



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Adriano Amaro de Sousa

O VÔO DO *TSURU*.
O EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO NO OESTE
PAULISTA: DE COLONO A INDUSTRIAL.



Presidente Prudente – SP

JULHO/2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Adriano Amaro de Sousa

**O VÔO DO *TSURU*.
O EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO: DE COLONO A
INDUSTRIAL.**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP-PP – área de concentração: “Produção do Espaço Geográfico”, na linha de Pesquisa “Desenvolvimento Regional”, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

Presidente Prudente – SP

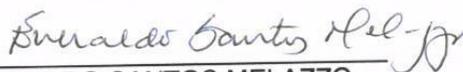
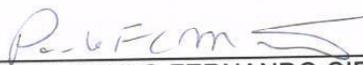
JULHO/2010

S696v Sousa, Adriano Amaro de.
O vôo do Tsuru. O empresariado nipo-brasileiro : de colono a industrial / Adriano Amaro de Sousa. - Presidente Prudente : [s.n], 2010
149 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Marcos Aurélio Saquet
Banca: Everaldo Santos Melazzo, Paulo Fernando Cirino Mourão
Inclui bibliografia

1. Território. 2. Empresário. 3. Nipo-brasileiro. 4. Família. 5. Imigração Japonesa. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

BANCA EXAMINADORAPROF. DR. MARCOS AURÉLIO SAQUET
ORIENTADORPROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO
(UNESP/FCT)PROF. DR. PAULO FERNANDO CIRINO MOURÃO
(UNESP/OURINHOS)

ABRIANO AMARO DE SOUSA

Presidente Prudente (SP), 05 de julho de 2010.

RESULTADO: APROVADO

Agradecimentos

- À Deus pela vida e pelas oportunidades e aos meus pais Gedes e Conceição;
- Ao Marcos Saquet pela orientação e confiança. Ele se tornou um grande amigo. Muito obrigado pelo apoio, atenção e compreensão;
- À família Amaro de Sousa e Silva pelo amor e cuidado. Aos meus irmãos Ademir e Adilson, a minha cunhada Cilene e aos meus sobrinhos Felipe, João, Gabrieli e Davi. Em especial a tia Elida, Nivalda e Jocila. Aos tios Gelson, Joaquim e Sebastião. E aos primos: Cláudia, Marisa, Marta, Eliane, Dico, Izabel, Silvino, Paulinho, José, Mau e Matheus (Teteu) e Gabriela. E a todos de modo geral;
- Aos amigos da vida: Marcos, Eliane, Fernando e Janete. E todos do JOCASB.
- Aos professores do programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP (Maria Ângela D`Incao, Everaldo Melazzo, Márcio Rogério da Silveira, Eliseu Sposito, Carminha, João Osvaldo, Arthur Magon, Nivaldo Hespagnol e Rosangela Hespagnol);
- E aos professores da banca de qualificação Everaldo Melazzo e Paulo Mourão cujas orientações foram importantíssimas para o resultado desta dissertação;
- Aos professores da graduação. Sandro Bertolli, Ana Claudia Dundes e Edilene Takenaka de economia na UNITOLEDO. Miguel, Thomaz, Benito, Jayro, Raul, Ruth e Rose de geografia na FCT/UNESP;
- Aos amigos da pós: Jânio, Edilson Júnior, Cássio, Maurício Foganholo, Veloso, Élson Holanda, Adriana, Rosiane, Natália, Elaine, Leandro Baiado, Túlio, Zé Roberto, Marcelo Nunes, Sônia Segatti, Evandro, Sônia, Alexandre, Cláudia, Natacha, Vitor Miazaki, Aline Pereira, Janaina, Gerson, Ricardo Santos, Aninha (GAsPERR), Paula, Luciano Furini, Paulo Jurado, Carlos e Adriano e Adriana.

- Aos amigos migrólogos: Lirian Melchior/UNESP, Denise Bomtempo/UNESP, Ricardo Hirata/USP, Alice Asari/UJEL, Jones/UFGD, Célia Sakurai/NEPO, Beatriz Medeiros/UFSCAR e Marcos Mondardo (UFGD).

- Em especial agradeço à Marilena dos Santos Ferreira de Castilho minha primeira orientadora que me estimulou a aterrissar na temática da migração. À Denise Bomtempo conhecedora da mobilidade e do mundo nipo-brasileiro pela nossa amizade e encontro. Destaco o Leandro Bruno dos Santos pelas discussões, pela disponibilidade e pela amizade. E Carla de Souza Leão amiga de graduação, de ex-grupo de pesquisa e da pós-graduação. E, agora, na pós as amigas Ana Cristina e Ana Paula Camilo que dividiram comigo alegrias e angustias. Á Érika Vanessa geógrafa e amiga da Zona Leste. Ao casal Gilnei e Cristina pela convivência, amizade e carinho. As amigas Maria Ângela D´Incao e Daniele Duarte pela amizade e afeto. Todos esses amigos ajudaram a tecer essa minha pequena rede de estudo/pesquisador, juntamente com o meu orientador Marcos Aurélio Saquet e, também, pelo professor Eliseu Savério Sposito. Enfim, foram pela amizade e solidariedade de vocês, que me auxiliaram a chegar ao término deste trabalho.

- Aos amigos que me auxiliaram na viabilidade do trabalho: o professor Camilo da UNIVEM nas entrevistas, o Cássio na confecção dos mapas, Cristina Buratto na tradução das fitas, Nivalda na correção do português e o Oscar pelo resumo;

- Aos industriais nipo-brasileiras das firmas estudadas, pelo tempo e atenção dispensados.

- E a todos que contribuíram de alguma forma e vivenciaram esse momento comigo.

- Por fim, à FAPESP por ter me concedido a bolsa mestrado para que a realização deste trabalho viesse a público.

INDÍCE

Introdução.....	13
1- A territorialização das indústrias nipo-brasileiras e japonesas no Brasil.....	21
2- O imigrante japonês e a indústria no interior paulista.....	43
3 - A inserção do industrial nipo-brasileiro na formação territorial do interior paulista.....	68
4- O industrial nipo-brasileiro no contexto do Oeste Paulista.....	87
Considerações finais.....	137
Referências Bibliográficas	

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: As principais indústrias nipo-brasileiras.....	32
Quadro 2: As parcerias produtivas entre Brasil e Japão.....	34
Quadro 3: As entradas das multinacionais japonesas no Brasil.....	37
Quadro 4: As principais indústrias nipo-brasileiras no Estado de São Paulo.....	45
Quadro 5: Os principais industriais nipo-brasileiros.....	46
Quadro 6: As indústrias nipo-brasileiras de bens de não consumo duráveis.....	57
Quadro 7: As indústrias nipo-brasileiras de bens de capital.....	63
Quadro 8: Distribuição das atividades e ocupações de chefes de famílias em Marília.....	85
Quadro 9: As indústrias nipo-brasileiras do Oeste Paulista I.....	91
Quadro 10: As indústrias nipo-brasileiras do Oeste Paulista II.....	92

LISTA DE MAPA

Mapa 1: Localização dos municípios das indústrias nipo-brasileiras estudadas no Oeste Paulista.....	93
Mapa 2: Trajetória da família Matsuda.....	100
Mapa 3: A territorialização da indústria Matsuda no Brasil.....	102
Mapa 4: Trajetória da família Sasazaki.....	104
Mapa 5: Trajetória da família Nishimura.....	111
Mapa 6: A territorialização das exportações da Jacto.....	119
Mapa 7: Trajetória da família Nakaya.....	125

LISTA DE FOTOS

Foto 1: A Família Matsuda no Japão antes da migração de Schiciro.....	70
Foto 2: O casal Nakaya na pequena propriedade em Promissão/SP.....	72
Foto 3: O armazém da família Matsuda em Álvares/SP.....	83
Foto 4: Antiga localização do Bar ABC.....	99
Foto 5: Vista atual da indústria Matsuda.....	101
Foto 6: O processo produtivo de janelas na empresa Sasazaki.....	106
Foto 7: Vista panorâmica da indústrias Sasazaki e da cidade de Marília.	107
Foto 8: O interior da indústria artesanal Nishimura.....	112
Foto 9: A máquina de pulverização Jacto.....	113
Foto 10: O pulverizador costal de plástico.....	115
Foto 11: Pulverizadores modernos em tratores.....	117
Foto 12: Vista da indústria Jacto.....	118
Foto 13: Fazenda Antinha em Promissão.....	120
Foto 14: A indústria artesanal na residência da família em São Paulo..	123

RESUMO

Nosso principal objetivo é verificar a geo-história do empresariado nipo-brasileiro no contexto do Oeste Paulista e analisar a trajetória de trabalho do imigrante japonês desde a sua participação como *colono* no complexo cafeeiro até o seu papel na industrialização regional, tendo como recorte espacial a indústria nipo-brasileira nos municípios de Álvares Machado/SP, Marília/SP, Pompéia/SP e Presidente Prudente/SP. Nesse sentido, a indústria privada familiar nipo-brasileira emergiu do pequeno artesanato e do comércio que foi motivada por uma incipiente burguesia industrial paulista interiorana. Isso ocorreu especialmente nos lugares em que a colônia japonesa era pujante. Da fabriqueta de *shoyu* a oficina de conserto os imigrantes nipônicos começaram a sua modesta empresa se destacando na embrionária produção industrial. Pelo saber-fazer (domínios de técnicas antigas familiares) do imigrante e pela oportunidade de negócios (entrada em nichos de mercados) na *frente pioneira paulista*. Foi através do acúmulo de capital na lavoura e no comércio que, posteriormente, os migrantes nipônicos puderam investir na pequena atividade fabril-artesanal-familiar. Cresceram, gradativamente, com recursos próprios investindo em modernização industrial visando diversificar a produção e ampliação do mercado, de modo geral, expandiram sem os subsídios do poder público. Por fim, as empresas selecionadas foram as *Máquinas Agrícolas Jacto S/A, Matsuda Implementos e Exportação Ltda., Sakura Nakaya Alimentos Ltda., e Sasazaki Indústria Comércio S/A*. pelo início das atividades industriais na década de 1940 e pela magnitude do capital/produção. O empresariado nipo-brasileiro, por meio de depoimentos orais, foi enfocado pelas seguintes características: história de vida e de relações com o desenvolvimento das novas tecnologias. Esses aspectos podem ser analisados considerando o comportamento desses empresários pela dinâmica schumpeteriana balizados nas invenções de máquinas e nas inovações de produtos, promovendo, assim, o desenvolvimento do setor industrial no Oeste Paulista. Tales aspectos pueden ser analizados considerando su comportamiento y a partir de la dinámica schumpeteriana. El empresario nipón-brasileño se distinguió por la invención de máquinas y por la innovación de productos, promoviendo así el desarrollo del sector industrial en el Oeste Paulista.

Palavras-chave: território, empresário, nipo-brasileiro, família e imigração japonesa.

RESUMEN

Nuestro principal objetivo es caracterizar la geohistoria del empresariado nipón-brasileño, en el contexto del Oeste Paulista, y analizar la trayectoria de trabajo del inmigrante japonés desde su participación como colono en el complejo cafetero, hasta su papel en la industrialización regional, teniendo como marco espacial los municipios de Álvares Machado/SP, Marília/SP, Pompéia/SP y Presidente Prudente/SP, centrado principalmente en la industria familiar. En este sentido, la industria privada familiar nipón-brasileña emergió del pequeño artesano y del comercio que fue motivado por una incipiente burguesía industrial del interior paulista. Esto ocurrió especialmente en los lugares en que la colonia japonesa era pujante. De la pequeña fábrica de *shoyu* al taller de reparación, los inmigrantes japoneses comenzaron su modesta empresa, destacándose en la embrionaria producción industrial por el saber hacer (dominio de técnicas antiguas familiares) del inmigrante y por la oportunidad de negocios (entrada en nichos de mercados) en el frente pionero paulista. Fue a través de la acumulación de capital en la agricultura y el comercio que, posteriormente, los inmigrantes japoneses pudieron invertir en la pequeña actividad fabril artesanal familiar. Crecieron gradualmente con recursos propios, invirtiendo en modernización industrial, buscando diversificar la producción y ampliación del mercado y, de modo general, se expandieron sin los subsidios del poder público. Por su inicio de las actividades industriales en la década de 1940 y por la magnitud del capital/producción, las empresas seleccionadas fueron *Máquinas Agrícolas Jacto S/A*, *Matsuda Implementos y Exportación Ltda.*, *Sakura Nakaya Alimentos Ltda.* y *Sasazaki Industria Comercio S/A*. Por medio de las declaraciones orales, el empresariado nipón-brasileño fue focalizado por sus características de historia de vida y de relaciones con el desarrollo de nuevas tecnologías. Tales aspectos pueden ser analizados considerando su comportamiento y a partir de la dinámica schumpeteriana. El empresario nipón-brasileño se distinguió por la invención de máquinas y por la innovación de productos, promoviendo así el desarrollo del sector industrial en el Oeste Paulista.

Palabras clave: territorio, empresario, nipón-brasileño, familia e inmigración japonesa.

INTRODUÇÃO.

O vôo do *tsuru* expresso na imagem da capa é uma forma de representar a trajetória de trabalho dos imigrantes japoneses para o Brasil desde que eles trabalhavam no cultivo do café até a sua contribuição na dinâmica industrial do Oeste Paulista. O *tsuru* é uma ave migratória que percorre grandes distâncias e voa em bandos. Tal ave representa o símbolo do Japão e seu *habitat* natural localiza-se nas lagoas térmicas ao Norte da ilha de Hokkaido. Esse símbolo tradicional ganhou traços modernos nesta imagem, porém, o seu conteúdo mitológico mantém-se preservado e balizado na longevidade-prosperidade. Visualizamos essa prosperidade e longevidade nas indústrias nipo-brasileiras estudadas aqui pela mobilidade do trabalho e ascensão social do imigrante japonês e seus descendentes. Contudo, foram poucos os nipônicos que conseguiram montar suas unidades produtivas no Brasil. Assim, analisaremos somente os imigrantes que construíram suas produções industriais, evidenciando rugosidades e marcas dessa geo-história.

Os descendentes de japoneses no Brasil (issei, nissei, sansei e ionsei¹) são muito expressivos e singulares. Seus traços inscritos na paisagem pelas territorialidades trazem no corpo e no psíquico diferentes formas de sentir, de viver e de produzir o espaço geográfico. Isto é verificável, por meio das práticas sociais dos nipo-brasileiros balizadas no budismo/confucionismo/cristianismo. E, também, através dos negócios que identificam a origem e a cultura nipônica dos proprietários de estabelecimentos nipo-brasileiros pelo nome da família. Por fim, pelas festas *nikkeis* locais (*Sushi Fest*, *Japan-Fest* e *Festa do Ovo*) que dão visibilidade a alguns aspectos da cultura japonesa (culinária, música e

¹ As gerações de nipo-brasileiros constituídas no país deram-se pelas seguintes características: issei (1º geração), nissei (2º geração), sansei (3º geração) e ionsei (4º geração).

artesanato) e enfatizam a divulgação dos negócios e dos produtos de empresários nipo-brasileiros e não nipo-brasileiros.

Todavia, o imigrante japonês era um não-europeu. Ele se diferenciava da sociedade brasileira, que tinha como tipo principal o imigrante europeu (português, italiano, francês, inglês e alemão). Com isso, a "elite branca" brasileira demorou muito para aceitar e assimilar a introdução de novas territorialidades balizadas pelos imigrantes orientais amarelos (nipônicos e chineses). Nesse cenário, emergiu uma *comunidade* nascida da imigração e motivada pelo racismo dos sujeitos não-brancos. Peculiarmente, a *comunidade* japonesa tentou estabelecer estratégias para manutenção e preservação da identidade étnica, depois, passou a estar integrada à sociedade brasileira. Essa integração ocorreu paulatinamente devido às diferenças "gritantes" entre as culturas: ocidental e oriental. Desse modo, a escola, o trabalho e o espaço público foram os lugares dessa construção/desconstrução/reconstrução do (nipo)brasileiro.

O nipo-brasileiro é visto como um brasileiro descendente de japoneses e sua identidade está permeada pelas sociedades nipônica e brasileira. Porém, o *hífem* da palavra nipo-brasileiro foi difundido pelo grupo social japonês no Brasil, na perspectiva de uma "negociação" das duas identidades, buscando, assim, incluir a população imigrada no novo território já estabelecido. Em tal inclusão está implícita a dupla identidade cultural do nipo-brasileiro (LESSER, 2001). Atualmente, a idéia de nipo-brasileiro nos remete a uma vaga associação com a sociedade japonesa, dado o grau de territorialização e enraizamento desses descendentes de nipônicos no Brasil, não tendo mais nenhuma ligação com o país de seus avós. Na nossa visão, os descendentes de japoneses são brasileiros, mesmo que, muitas vezes, o sujeito do cotidiano tenha "cara" de japonês.

A geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõem como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do

conhecimento do que é território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação e do lugar (SANTOS, 2006, p.13).

A geografia histórica, por sua vez, significa a (i)materialidade do passado socialmente construído pela questão do espaço e do tempo, tendo ênfase nas rugosidades pretéritas que marcam os objetos e ações do período contemporâneo. Para Saquet (2003), "*é necessário buscar no passado, também, a compreensão do território atual; é preciso apreender suas diferentes determinações, seu processo de apropriação* (p. 21). Assim, a geo-história, neste trabalho, ganha expressão pela abordagem dos processos territoriais em uma dada formação sócio-territorial.

Desse modo, a geo-história do nipo-brasileiro pode ser analisada pela mobilidade populacional para o trabalho, que está diretamente envolvida na produção do território por meio da TDR (desterritorialização, reterritorialização e territorialização), devido aos processos históricos desiguais e contraditórios da expansão do capitalismo na modernidade.

Para Saquet (2003),

[...]simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é recriado no novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização, acontecida com os italianos no Brasil e com as migrações internas (p. 39).

O processo de produção do espaço geográfico apresentado na des-territorialização está eminentemente articulado com o Estado e com o capital, sendo que a desterritorialização dá-se, sobretudo, por fatores

econômicos e políticos, de modo similar à re-territorialização. As pessoas migram condicionadas por um conjunto de elementos e processos. A partir de territorialidades complexas.

A própria migração está fundamentada na territorialização como fruto de uma estratégia para tomar posse de um espaço geográfico. Já a des-territorialização é o abandono espontâneo ou forçado do território. Por último, a re-territorialização é a construção de uma nova territorialização em um outro espaço, emergindo, assim, um novo território e nova(s) territorialidade(s).

No processo de mobilidade espacial², a formação territorial auxilia na explicação da sociedade e do território no tempo. Isto quer dizer que a trama histórica da formação territorial explicita a complexidade espacial por meio do processo de dominação e apropriação do espaço geográfico. Por outro lado, Santos (1977) apresenta o conceito de formação socioespacial, procurando explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço. Espaço este que a sociedade produz e só é inteligível por ela mesma. Todavia, a categoria *Formação Econômica Social* elaborada pelos economistas e sociólogos não incluía o espaço na análise da dinâmica social. Por isso, Milton Santos chama atenção para a *Formação Socioespacial*, pois não existe sociedade sem espaço. Desse modo, entendemos o território pelo espaço e pela sociedade. Ele é definido pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007). Assim, a *Formação Territorial* pode ser analisada pela leitura dos processos geo-históricos da abordagem do território tendo centralidade nos ambientes construídos (paisagens e rugosidades) e nos símbolos-culturais (signos).

De modo geral, com a geo-história, também contribuimos para os aspectos epistemológicos da geografia, especialmente para os processos

² A mobilidade espacial da força de trabalho representa na sua essência o ápice da reprodução capitalista, sendo que a migração não é determinada por ações individuais, mas por um conjunto de fatores que atendem as demandas do capital. Desse modo, o indivíduo é obrigado a se sujeitar as normas da (i)mobilidade impostas pelo capital, vendendo, assim, o seu único produto a sua força de trabalho (GAUDEMAR, 1977).

territoriais, em virtude das relações de poder, das redes de comunicações e das identidades tecidas historicamente (SAQUET, 2003 e 2007). Na análise do industrial familiar nipo-brasileiro a Geografia Histórica ganha relevância quando conjugada com a Geografia Econômica. Nossa ênfase é para os fatores e processos econômicos e culturais, historicamente determinados.

O estudo sobre as contribuições do empresário nipo-brasileiro, no Oeste Paulista, surgiu com o interesse de analisar a participação da imigração japonesa no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, devido à sua importância na economia industrial regional. Ademais, este território foi campo fértil na atração dos fluxos migratórios externos e internos de nipônicos no país.

Alguns autores, em diferentes tempos e recortes espaciais, procuraram compreender a presença do imigrante japonês e seus descendentes no Oeste Paulista. O psicólogo Francisco Hashimoto (1995) destacou a cultura e a mentalidade, a fim de recuperar as lembranças dos nipônicos que foram retidas entre 1908-1941 e confrontá-las com as novas situações encontradas na região de Assis/SP.

Na Sociologia, podemos destacar três trabalhos. Ennes (2001) procurou explicar a identidade *inacabada* dos nipo-brasileiros no interior paulista, pelas relações interétnicas, entre nipo-brasileiros e brasileiros em Pereira Barreto/SP. Butusgam (1973) abordou a integração do nissei na sociedade brasileira, por meio do Centro Cívico Nissei em Presidente Prudente/SP, que apresentava características diferentes das demais associações devido à sua autonomia em relação à colônia japonesa. Por último, Vieira (1973) analisou a frente de expansão paulista e as suas relações com o imigrante japonês na cidade de Marília/SP.

Já na Geografia, foram três trabalhos. Salgado (1971) estudou as colônias de Bastos/SP (japonesa) e Pedrinhas/SP (italiana), com a finalidade de fazer a comparação entre essas duas iniciativas de

colonização, na perspectiva de apreender a organização do espaço agrário. Bomtempo (2003) analisou os sonhos dos migrantes no movimento migratório entre Brasil e Japão em tempos diferentes (imigrantes e dekasseguis), com o objetivo de entender os lugares no movimento migratório dos nipônicos e seus descendentes em Álvares Machado/SP. Por último, Takenaka (2003) investigou a formação da colônia Brejão (1916), procurando tanto entender as respostas das diversas questões e motivações da imigração japonesa para o município de Álvares Machado/SP como verificar as transformações espaciais e culturais ocorridas ao longo do processo de formação da cidade.

Esses sete trabalhos mostram que a temática sobre a imigração japonesa na região apresenta uma significativa importância quando comparada com os outros grupos étnicos. Porém, ela ainda é bastante incipiente se pensarmos na densa dinâmica do processo imigratório e migratório no interior do Estado de São Paulo.

Agora, no pós-festividades do "*Centenário da Imigração Japonesa no Brasil*" (1908-2008), apresentamos um estudo cujo objetivo principal é verificar a geo-história do empresariado nipo-brasileiro no Oeste Paulista e analisar a trajetória de trabalho do imigrante japonês desde a sua participação como *colono* no complexo cafeeiro até o seu papel na industrialização do Oeste Paulista. Estabelecemos, assim, os seguintes pontos para o estudo.

- Analisar a presença do imigrante japonês na formação territorial do Oeste Paulista, levando em consideração os processos do movimento migratório.
- Pesquisar a influência dos imigrantes japoneses no processo de industrialização no Oeste Paulista, buscando fazer uma (re)construção das histórias das indústrias e dos industriais nipo-brasileiros dos municípios de Álvares Machado/SP, Bastos/SP, Marília/SP, Pompéia/SP e Presidente Prudente/SP.

- Investigar a importância do nipo-brasileiro na formação das unidades produtivas artesanais até a condição de fábrica.

Nessa perspectiva, coletamos os dados referentes às indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista junto às seguintes fontes: Prefeitura Municipal Marília/SP, Pompéia/SP e Presidente Prudente/SP (Secretária de Desenvolvimento Econômico); escritórios regionais do FIESP/CIESP; e, das Associações Comerciais e Industriais regional. A partir desses dados, foram selecionadas as indústrias de acordo com os seguintes critérios: a) início das atividades industriais na década de 1940/50; b) o fato dos fundadores e sócios terem residência nessas respectivas cidades; e c) origem e magnitude do capital. As indústrias nipo-brasileiras, no Oeste Paulista, partiram de uma análise específica das indústrias de capitais regionais e as empresas foram selecionadas a partir dos critérios expostos acima.

Todavia, as empresas investigadas no Oeste Paulista foram fundadas antes da década de 1950, o que facilitou o conhecimento do objeto de estudo: a) *a inserção territorial do nipo-brasileiro*; b) *a indústria privada nipo-brasileira*; e, c) *por ultimo, o empresário nipo-brasileiro no contexto Oeste Paulista*. Os dados coletados pelos depoimentos orais foram importantes para se (re)construir aspectos da história das indústrias nipônicas estudadas, apontando características da história de vida e das tecnologias, tendo como tema central "*o empresariado nipo-brasileiro: de colono a industrial*". Além das entrevistas, foi levantado um material publicado na imprensa regional sobre os industriais nipo-brasileiros, juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre a participação dos nipônicos na indústria brasileira. E, por fim, foi realizado um estudo assentado em uma metodologia de análise teórico-empírica e histórico-descritiva a partir dos dados levantados no trabalho de campo.

Com o presente trabalho, que está inserido no projeto temático da FAPESP intitulado de "*Mapa da indústria no início do século XXI*."

Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica do Estado de São Paulo”, buscamos contribuir com a análise geo-histórica da gênese do processo de industrialização no Oeste Paulista pelos imigrantes japoneses que constituíram aqui as suas pequenas unidades fabris artesanais familiares.

Assim, estruturamos a presente dissertação em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos o panorama da indústria nipo-brasileira atrelada ao movimento da industrialização brasileira e da entrada de multinacionais japonesas no Brasil. Já no segundo, discutimos a participação do imigrante japonês no processo de industrialização de São Paulo. No terceiro capítulo, verificamos a inserção do industrial nipo-brasileiro na formação territorial do Oeste Paulista pela mobilidade populacional para o trabalho. Por fim, no quarto capítulo, procuramos compreender o desenvolvimento da indústria e do industrial nipo-brasileiro no Oeste Paulista pela trajetória de trabalho e pelas novas tecnologias balizadas na empresa familiar.

1. A TERRITORIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS JAPONESAS E NIPO-BRASILEIRAS NO BRASIL.

Neste capítulo, verificaremos a dinâmica das indústrias privadas nipo-brasileiras formadas pelos imigrantes japoneses e seus descendentes na participação da formação do mercado interno do Brasil. Ao mesmo tempo, analisaremos a introdução de indústrias de capitais externos balizadas nas parcerias produtivas (*joint ventures*) nipônicas estatais/privadas e nas empresas multinacionais japoneses pela internacionalização da economia mundial após os anos 1950, que buscavam se expandir territorialmente para conquistar novos mercados para os seus produtos. É dentro deste contexto que analisaremos a territorialização das indústrias japonesas e nipo-brasileiras no país devido às *substituições de importações* com as empresas estatais e nacionais, em especial, com abertura da economia brasileira ao capital produtivo estrangeiro. Tal territorialização está assentada nos aspectos econômicos e políticos.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, envolvendo diferentes lugares, setores e pessoas. Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre está e nossa natureza exterior. E estas relações são de poder, dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas no espaço e em suas articulações (SAQUET, 2006, p. 65-66).

Para o autor, o processo de territorialização é o resultado da efetivação das relações de poder e das redes de circulação e comunicação no espaço geográfico. O homem e a empresa territorializam-se através das atividades cotidianas, das relações produtivas na indústria ou no campo e, também, pela organização da vida e do grupo social no

território³. Este processo é condicionado e gera territorialidade(s). Isso vêm se intensificando com as mudanças do capitalismo ao longo do tempo tendo rebatimentos territoriais.

As afirmações de Terra (2009, p. 23) baseadas, em M. C. de Andrade, vêm corroborar estas constatações. Segundo ele,

As mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo diversificaram e fragmentaram o que foi idealizado nos últimos séculos. De acordo com Andrade (1994), o que temos, hoje, é o território construído pelas empresas superpondo-se ao território construído pelo Estado que muitas vezes se encontra a serviço das empresas e dos seus jogos de interesses, que disputam territórios e mercados, nos quais os processos de territorialização, desterritorialização e novas territorializações se encontram cada vez mais freqüentes e subjugados aos interesses do capital.

Mais recentemente, com a mundialização do capital houve uma compressão do tempo-espaço, como afirma Harvey (1983), sendo que a mercadoria e o dinheiro dinamizaram essa nova economia estruturada nas revoluções tecnológicas (transportes, telecomunicações e informática). Elas se inseriram, nos mais diversos lugares, pelas empresas multinacionais, tendo o monopólio ou oligopólio em diversos setores da produção, muitas vezes, desestruturando o parque produtivo de vários países: pela qualidade do produto/preço e pelas fusões/aquisições. As multinacionais, pelas suas dinâmicas, têm facilidades de mobilidade(s) espacial(is) se instalando em territórios em que as estratégias de negócios forem lucrativas para os acionistas das mesmas.

Com isso, o território brasileiro, desde a internacionalização produtiva, a partir de 1950, e da abertura comercial em 1990, vem expandindo o processo produtivo-financeiro pelas indústrias estatais,

³ André Fischer apresenta um texto sobre empresa-território e afirma o seguinte com relação à noção de território produtivo: "*Consideramos aqui o "território" em sua plenitude, quer dizer como "um espaço onde se exerce poderes (organização-controle), inscrevem-se projetos sociais (desenvolvimento-ordenamento-planificação), exprimem-se estratégias de valorização e se afrontam os interesses mais ou menos contraditórios dos diferentes atores*" (CASTREGHINI & SPOSITO, 2008, p. 61).

nacionais e multinacionais, como veremos neste texto sob à luz das indústrias nipo-brasileiras e das indústrias multinacionais japonesas. Verificaremos a territorialização de tais indústrias pelo movimento histórico da abordagem territorial atrelado há alguns momentos da industrialização brasileira.

Historicamente, o Japão e o Brasil aderiram ao capitalismo industrial tardiamente, isto quer dizer, que somente no final do século XIX o processo de industrialização foi inicializado. As relações diplomáticas e econômicas entre esses dois países deram-se pelo *Tratado de Amizade Comércio e Navegação*, assinado na cidade de Paris, em 1895. Primeiramente, essas relações bilaterais foram concretizadas com a imigração do trabalhador japonês para o Brasil, de 1908 até a II Guerra Mundial. Posteriormente, na década de 1970-80, o relacionamento entre Brasil e Japão passou a ser centrado nos investimentos, na cooperação econômica e nos intercâmbios esportivo, cultural e de trabalho (os *dekasseguis*).

Foi com a introdução do modo de produção capitalista que o Japão conseguiu se livrar das amarras do sistema feudal e implantar o imperialismo militar nipônico. Já o Brasil esteve estruturado no modo de produção pré-capitalista (monocultura, mão-de-obra escrava e latifúndio) e, depois, iniciou sua formação capitalista balizada nos reflexos da dinâmica econômica cafeeira agro-exportadora. O Japão e o Brasil conheceram a industrialização atrasada quase que concomitantemente, mas foi somente com a forte participação do Estado que o capitalismo industrial de ambos os países deslançou⁴.

⁴ Nessa perspectiva, o capitalismo industrial teve início na metade do século XVIII no momento em que a indústria foi predominante na atividade econômica capitalista. Suas principais características foram: produção em série, divisão técnica do trabalho, trabalho assalariado, propriedade privada, consumo de massa, invenções, inovações, entre outras. De modo geral, o capitalismo industrial esteve centrado na produção de mercadorias cujo objetivo era transformar os recursos naturais em produtos "artificiais" de valor agregado, gerando, assim, a acumulação de capital. As três principais abordagens sobre o capitalismo: comercial, industrial e financeiro. O capitalismo comercial iniciou na fase das grandes navegações. Já o capitalismo industrial se inicia na I Revolução Industrial. Por último, o capitalismo financeiro inicia-se após a I Guerra

Todavia, a geo-história do processo de industrialização iniciado na Inglaterra mostrou que o capitalismo industrial foi dinamizado pela iniciativa privada que se revelou apta nas técnicas modernas de produção⁵. Já na Alemanha, a ação do Estado foi fundamental para o desenvolvimento industrial balizado na indústria pesada (bens de consumo duráveis) que, posteriormente, esteve associado aos bancos de investimentos burgueses (privados), consolidando, assim, o capital industrial alemão. O Japão e a Rússia tiveram o processo de industrialização acelerado pelo Estado devido à falta de uma classe de empresários que impulsionasse o setor fabril, por isso atuaram em diversos setores estratégicos. Por sua vez, *"o Japão, como a Rússia, aproveitou-se da contribuição estrangeira mas, ao contrário do que sucedeu na Rússia, o estrangeiro não substituiu a iniciativa nacional"* (NIVEAU, 1969, p.117). Ambos tinham pontos em comuns, *"mas a classe de dirigente japonesa, que fez a revolução Meiji, soube aproveitar melhor do que a classe de dirigente Rússia a derrocada do sistema feudal"* (p.117).

Mundial com o desenvolvimento dos bancos e das corretoras de valores (OLIVEIRA, 2003). O capitalismo industrial, segundo Mandel (1946-1972), ressurgiu na fase da Terceira Revolução Tecnológica (microeletrônica, informática e telecomunicações), onde os mercados foram ampliados e estiveram baseados em investimentos diretos externos, além disso, ocorreu o crescimento do capital financeiro e do Bem-Estar-Social (keynesianismo). Foi dentro desse cenário que se consolidou a indústria japonesa e, em menor grau a indústria brasileira, sendo que o processo produtivo de ambas teve uma dinâmica sólida, madura e moderna de visibilidade internacional competindo dentro e fora do mercado nacional.

⁵ O marco da Revolução Industrial teve como lugar de origem a Inglaterra. Tal revolução aconteceu (de certo modo) devido à invenção da máquina de fiar, que passou a produzir os produtos têxteis, em quantidade bem maior para os consumidores. E, também, pelas profundas mudanças que resultaram no desenvolvimento do capitalismo industrial inglês foram: a) Revolução Agrícola (leis de cercamentos e técnicas agrícolas); b) transportes (construções de canais, pontes e calçadas); c) pressão demográfica (diminuição da mortalidade e progresso da medicina); d) inovações técnicas (tear mecânico e máquina a vapor). Essas mudanças consolidaram a formação do mercado interno britânico. Assim, as condições sociais que favoreceram a dinâmica capitalista balizada na mercadoria estavam estruturadas no tripé propriedade privada - divisão social do trabalho - troca. Segundo Niveau (1969, p. 15), a Inglaterra foi *"o berço da sociedade industrial capitalista, [...] ofereceu a Marx um campo privilegiado de observação, sobre o qual lhe foi possível fundar sua doutrina"*.

No Brasil, a gênese da dinâmica industrial ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, devido ao aumento da grande produção cafeeira e às iniciativas dos imigrantes europeus. Porém, somente na década de 1930, com a tutela do Estado, iniciou-se o processo de *industrialização substitutiva de importações*. Já o desenvolvimento industrial no Japão emergiu com a modernização do país (Restauração Meiji, 1868), depois das pressões estrangeiras para a abertura dos mercados⁶. Logo, o Estado nipônico promoveu as iniciativas industriais financiando as grandes corporações privadas (*Zaibatsu*⁷), fizera isso porque os dirigentes das classes agrícolas e das pequenas empresas artesanais não tinham condições técnicas e nem financeiras para alavancar o processo de industrialização⁸. Em outras palavras, esses dois países se diferenciavam muito no que tange ao processo de industrialização, o Japão investiu nas grandes empresas familiares (*Zaibatsu* e *Keiretsu*⁹) e no Brasil o Estado

⁶ A industrialização japonesa emergiu com as rápidas transformações do capitalismo de Estado militar imperialista após a Restauração Meiji. Tal Estado era o grande impulsionador e financiador da industrialização (ALLEN, 1983). A indústria foi o principal pilar do crescimento econômico do Japão. Isso quer dizer que o capitalismo nipônico esteve balizado na tríade do imposto rural, da industrialização e da expansão territorial (OKABE, 1974). Ademais, houve uma transferência da riqueza rural para a urbana-industrial através dos impostos.

⁷ Os *Zaibatus* foram os principais conglomerados econômicos a receberem os subsídios fornecidos à iniciativa privada. Os nobres e os grandes comerciantes se beneficiariam nessas aquisições de fábricas. O Estado investiu nesses poderosos grupos industriais-financeiros de origem familiar, visando o desenvolvimento dos setores estratégicos, especialmente a indústria pesada: ferro, aço, construção naval (NIVEAU, 1969). Assim, os quatro grandes *Zaibatus* foram Mitsui (banco), Yassuda (indústria naval), Mutisubishi (banco) e Sumimoto (minas de cobre). Contudo, com a ocupação americana no território japonês no pós II Guerra Mundial foi desmontada os *Zaibatus* de forte caráter familiar para introdução dos *Keiretsus* de sociedade anônima (ARRIGHI, 1996).

⁸ Cf. Okabe 1974.

⁹ O *Keiretsu* foi um conjunto de empresas com relações entre si. Houve uma forte sinergia entre banco-indústria. Nada parecido com os conglomerados empresariais existentes em outros países. O *Keiretsu* apresentava características bem abrangentes e diferenciadas e atuava praticamente em todos os setores da economia. Um único conglomerado produzia de alimentos a aço e de carros a satélites. Das centenas existentes no Japão os seis principais são: Mitsui, Mitsubishi, Fuyo, Sanwa, Daí-chi e Sumitomo. Foi dentro de um *Keiretsu*, o Mitsui na fábrica da Toyota, que foi elaborado essa nova estrutura empresarial que impulsionou a III Revolução Industrial chamada de toyotismo. Para Chesnais (1996), esses grupos industriais e financeiros são altamente diversificados, mas com estrutura frouxa e muito descentralizada. Ademais, eles mantêm uma gama de relações de cooperação (intra-grupo) e terceirização.

promoveu o setor industrial e, em seguida, pela dificuldade e falta de *know how* teve a importante contribuição das multinacionais estrangeiras.

Nesse sentido, a dinâmica industrial da economia brasileira consolidou-se através do processo de *industrialização substitutiva de importações* entre os anos 1930 e 1980. Foram cinquenta anos de políticas industriais dinamizadas pela tutela do Estado. Tal desenvolvimento buscava um crescimento rápido da industrialização nacional. Para Brum (2000, p. 191), "*a industrialização era tida como a chave para o desenvolvimento. Ao lado de uma agricultura forte, era fundamental a implantação e expansão de um parque industrial*". Com isso, entre as décadas de 1930 e 1950, o país passou por uma profunda transformação na base do seu sistema capitalista, tendo como paradigma a mudança da hegemonia do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial. Assim, a industrialização emergiu como o viés de *substituição de importações* após o *crack* da bolsa de Nova York.

Foi a partir de 1933 que a economia brasileira começou a se recuperar da crise de 1929, apostando no setor industrial, que passou a comandar o processo de acumulação de capital no país (CANO, 1998). Com a *substituição de importações* pretendia-se expandir a industrialização para além dos ramos têxtil e alimentício, procurando trabalhar com atividades manufatureiras mais complexas no setor de bens de consumo duráveis, visando a consolidação do capitalismo industrial. Nesse sentido, as políticas industriais do Governo Vargas fomentaram o desenvolvimento do país balizado na atuação do Estado através dos investimentos em infra-estrutura básica e de incentivos à empresa privada nacional.

Os investimentos realizados pelo Estado nos setores industriais, no período de 1930-1950, não foram suficientes para alavancar o processo de industrialização. Contudo, somente após a implantação do Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) e, depois, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no Governo Geisel (1974-

1979), a industrialização se deu de forma sólida, onde o Estado tornou-se responsável pela política de *substituição de importações* do país, com o apoio das empresas multinacionais do ramo de tecnologia de ponta: metal-mecânico (automobilística), químico (petróleo, farmacêutica etc.) e eletroeletrônico.

Nessa perspectiva, ficou evidente que, com a internacionalização da economia brasileira, a empresa multinacional ganhou maior espaço em detrimento da indústria privada nacional, destacando-se em setores mais dinâmicos de grande volume de capital e de alta tecnologia. Contudo, o desenvolvimento autônomo com forte base industrial balizado na indústria privada nacional se esgotou após a II Guerra Mundial e o Estado comandou o processo de industrialização como empreendedor. Posteriormente, o Estado passou a atrair empresas multinacionais para os setores estratégicos, buscando, assim, consolidar o processo de internacionalização da economia brasileira.

Um dos resultados da política de industrialização por substituição de importações, sob a proteção do Estado, foi a construção de uma economia (indústria) acentuadamente fechada, isto é, com pequena participação do mercado internacional e, portanto, sem o desafio de precisar modernizar-se continuamente para enfrentar a concorrência de outros países (BRUM, 2000, p. 224).

Porém, na década de 1980, a política industrial que sustentava o modelo de *substituição de importações* entra em colapso devido às crises econômicas internacionais (choque do petróleo) e nacionais (dívida externa, inflação e desemprego) do período. Já na década de 1990, com a abertura da economia à competição internacional, o mercado assumiu, no lugar do Estado, centralidade na dinâmica industrial, procurando reestruturar e modernizar, gradativamente, o parque industrial nacional pela capacidade tecnológica e produtiva. Essas mudanças aconteceram pela estabilização monetária (plano real), pela desregulamentação dos

mercados, pela privatização das empresas públicas e pelas fusões e aquisições de empresas.

No limiar do século XXI, medidas estratégicas foram tomadas pelas empresas multinacionais e nacionais com a reestruturação produtiva, visando ultrapassar a recessão econômica dos anos 1990 e 2000 e ampliar o mercado devido à concorrência estrangeira. Assim, as empresas multinacionais foram importantes no país, pois elas imprimiram um padrão de produtividade, de inovação tecnológica e de qualificação dos trabalhadores. Tal padrão colocou a indústria brasileira na economia globalizada.

É neste contexto que compreendemos a participação da indústria privada nipo-brasileira e a entrada das empresas multinacionais japonesas no processo de industrialização brasileira. O Estado no Japão e no Brasil teve uma grande importância no desenvolvimento capitalista, pois eram países retardatários na dinâmica industrial devido à incipiente burguesia que não tinha força e capital para alavancar tal processo. Coube ao Estado essa tarefa. Em outras palavras, o capitalismo industrial era estimulado e financiado pelo Estado, sendo que o mesmo exercia a função de empresário e protetor da indústria nacional frente às empresas estrangeiras. Diferentemente do Brasil e de outros países de industrialização tardia, o Japão procurou manter suas características históricas e peculiares, estabelecendo regras para normatizar o capital estrangeiro no setor produtivo, faziam isso porque tinham medo de perder o controle do território nacional.

Após a II Guerra Mundial, o Japão se constituiu numa superpotência e o Brasil se inspirou nele para elaborar o projeto Brasil-Grande. Segundo Brum (2000), o país se espelhava no milagre japonês devido, principalmente, a cinco fatores: população de elevado nível cultural, alta capacidade de poupança da população, recursos humanos qualificados, autonomia científica/tecnológica e grandes empresas nacionais privadas. A

qualidade e a capacidade produtiva/tecnológica despertaram interesses de vários países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Apesar do rápido crescimento econômico brasileiro, na década de 1970, não conseguimos consolidar um desenvolvimento autônomo, devido à baixa capacidade de poupança interna, à falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento industrial, ao baixo nível cultural dos trabalhadores, ao grande endividamento externo e, por fim, à elite dirigente entreguista que passou para as empresas multinacionais a dianteira da dinâmica industrial do país, diferente do Japão, que apostou nas grandes empresas privadas nacionais (*Zaibatsu* e *Keiretsu*) para alavancar o desenvolvimento do país. Contudo, foi nesse cenário que emergiram as multinacionais japonesas no Brasil.

A importância da contribuição japonesa no processo de industrialização brasileira pode ser analisada pela articulação do tripé dos seguintes agentes empresariais: a) **as indústrias nipo-brasileiras**, que iniciaram de forma modesta após a II Guerra Mundial com uma pequena unidade fabril artesanal e com recursos próprios, tornaram-se médios e grandes grupos industriais, atuando em diversos setores da economia nacional e, em alguns casos, no mercado internacional (DUNDES, 1998; HANDA, 1987; MOURÃO, 1994 e 2002); b) **as parcerias produtivas Brasil e Japão** foram dinamizadas pelas *joint ventures* entre empresas brasileiras estatais e privadas com as associações de capitais japoneses a partir de 1950, e os investimentos deram-se nos setores siderúrgico e petroquímico (UEHARA, 2002; HANDA, 1987); c) **as entradas das empresas multinacionais japonesas** ocorreram com a internacionalização das indústrias nipônicas na década de 1970, elas ingressaram nos mais diversos segmentos produtivos, em especial nos ramos metal-mecânico e eletroeletrônico (UEHARA, 2002; HANDA, 1987)¹⁰. Conforme Brum (2000), sabemos que as empresas

¹⁰ As três fases que definimos em nossa pesquisa também tiveram como subsídio a COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA (1992).

multinacionais, em especial as japonesas no Brasil, atuaram nos setores mais dinâmicos do sistema econômico devido à incorporação e difusão de fatores tecnológicos. Já as indústrias domésticas, como as indústrias nipo-brasileiras, têm um histórico de atuarem em nichos de mercados e em setores com baixa capacidade tecnológica do circuito econômico.

Nesse sentido, as indústrias nipo-brasileiras iniciadas na década de 1940 tiveram como motivação a *substituição de importações*. Porém, foi com a formação e consolidação do mercado interno paulista/brasileiro balizado na economia cafeeira e algodoeira, que os imigrantes japoneses puderam trabalhar na lavoura e, posteriormente, acumular capital e iniciar as suas atividades fabris artesanais na cidade de forma modesta. Foi nessa fase que a corrente imigratória japonesa (1924-1941) atingiu o seu ápice com a chegada de 157.206 pessoas (correspondendo a 67% do total de 234.636, conforme Sakurai (2000)). Sendo assim, a maioria desses imigrantes nipônicos que entraram no país foram destinados à agricultura, embora uma parte deles tivesse experiência em atividades comerciais e/ou industriais no capitalismo militar e imperialista emergente japonês¹¹ (vide o quadro 1).

Isto quer dizer que vivendo em seus países de origem, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, [Japão] e etc. dentro de estruturas econômicas e sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes transplantaram estas mesmas estruturas nas regiões de destino. Os europeus embarcaram para as referidas regiões com "o capitalismo em seus ossos", mesmo que não dispusessem de nenhum

¹¹ Trabalhamos com as indústrias formadas por imigrantes japoneses que acumularam capital no país para depois montar aqui a sua indústria-artesanal. Porém, há um caso registrado de um imigrante nipônico que veio para o país com objetivo de constituir uma indústria. *"Muito provavelmente, Tatsuo Okachi tenha sido o único imigrante japonês a vir para o Brasil munido de capital e alta tecnologia e com intuito de estabelecer-se como industrial. Depois de formar-se em química agrícola na Universidade de Hokkaido, foi para os Estados Unidos fazer pesquisas sob a orientação de Jôkichi Takamine. Veio para o Brasil em 1923 e em 1925 fundou uma empresa farmacêutica em associação com um brasileiro. Dois anos depois fundou o Laboratório Okochi lançando "Takadiastase", remédio digestivo que freqüentou por muito tempo os lares brasileiros. Esse laboratório continua trabalhando como fornecedor de matérias-primas para a indústria farmacêutica e alimentícia"* (COMISSÃO DA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 431).

capital, mas apenas de iniciativa, habilidades especiais e engenhosidade [grifo nosso] (MAMIGONIAN, 1976, p. 89).

Com os industriais nipo-brasileiros não foi muito diferentes. Eles se desenvolveram nos setores de alimentos e mecânica. No ramo de alimentos aproveitaram a demanda do amplo mercado agroindustrial brasileiro, passando de produtor agrícola para industrial, destacando-se na produção de café, algodão, óleo, ovos, verduras/hortaliças, dentre outros. Já no ramo da mecânica emergiram da necessidade da manutenção de equipamentos importados, estimulando, assim, o aparecimento de pequenas oficinas de consertos que, posteriormente, tornaram-se grandes empresas privadas nacionais dos setores: metal-mecânico (agrícola) e eletroeletrônico (rádio e TV). Também, haviam as companhias de colonização e emigração de capital estatal/privado japonês que investiram na agroindústria (algodão, bicho da seda etc.) e em bancos (América do Sul). Além do mais, elas apoiaram pequenas cooperativas rurais de imigrantes japoneses que, depois, tornaram-se grandes empresas brasileiras (Cooperativa Cotia). Como podemos ver, a influência japonesa nos investimentos do desenvolvimento capitalista brasileiro deram-se pela iniciativa empreendedora do imigrante nipônico no segmento industrial (artesanato e conserto) e, também, pela empresa de colonização japonesa que passou atuar no setor produtivo e financeiro.

Foi somente a partir 1950 que se verificou a instalação de indústrias japonesas no país devido à internacionalização produtiva que incentivou, de forma tímida, os investimentos diretos nipônicos no setor industrial¹².

Entre 1957 e 1962, aconteceu o primeiro boom da entrada de empresas nipônicas no Brasil no pós-guerra. Começou com a indústria de Pesca Taiyo, com sede em Santos, seguida da joint venture Usiminas, Ishikawajima, Howa,

¹² Na imigração japonesa para o Brasil pouco se tem escrito sobre as empresas japonesas no país, como relata Handa (1987) "*talvez haja alguma dificuldade em iniciar na história da imigração a vinda de empresas no pós-guerra, iniciada pelas empresas Doi e Astoria, ambas no ramo de porcelana, mas isso só veio a ser possível alicerçado nos 50 anos da colônia japonesa*" (p. 774).

Kanebo, Kurabo, Canetas Pilot, Ajinomoto, Nippon Reizo, Yanmar Diesel, Kubota Tekko e outras indústrias e empresas do setor comercial e financeiro (COMISSÃO DA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 431).

Quadro 1: As principais indústrias nipo-brasileiras (1940-60).

Os maiores empreendimentos dos imigrantes		
(Cz\$, milhões, 1986)		
Nome	Receitas	Setor
Coopercotia	10.315	Alimentos
Bco. América do Sul	7.044*	Banco
Coop. Sul Brasil	1.180	Alimentos
Moeda	1.100**	Agropecuária
Matsubara	1.080**	Agropecuária
Cotia Créd. Rural	1.063	Coop. Crédito
Takenaka	859	Fertilizantes
Óleos Pacaembu	852	Alimentos
Sansuy	799	Plásticos
Nakata	703	Mecânica
T. Tanaka	703	Importação
Motorádio	637	Eletroeletrônica
N. Sra. da Penha	512	Ind. Papel
Jacto	481	Mecânica
Kitano	427	Alimentos
Gyotoku	420	Cerâmica
Ito Ovos	406	Alimentos
Bratac	380	Fiação de seda
Papelok	313	Ind. Papel
Granja Saito	305	Alimentos
* Depósitos		
** Estimativa de Exame		
Fonte – EXAME Seleções Econômicas		

Os investimentos diretos japoneses no Brasil, entre 1950-1960, foram estimulados pela importância do mercado interno e pela política de

proteção aos produtos industriais aplicada pelo governo brasileiro. Nessa fase, destacamos o setor têxtil como segmento de maior crescimento, onde as empresas japonesas puderam transferir para o país a produção de fibras naturais devido à proximidade com a matéria-prima. Porém, no Japão, passaram a atuar na promissora produção de fibras sintéticas. De modo geral, os investimentos no setor têxtil procuravam assegurar o suprimento de algodão às empresas, pois havia, no Japão, quotas para sua importação (UEHARA, 2008). Por isso, a nosso ver, houve o interesse da Companhia de Colonização Japonesa no setor agroindustrial apoiando/financiando os imigrantes patrícios na produção algodoeira.

As parcerias produtivas Brasil-Japão foram fomentadas pelas *joint ventures* entre empresas brasileiras com associações de capitais japoneses, surgindo, assim, uma nova empresa de cooperação nipo-brasileira. Nessa perspectiva, definimos dois tipos de *joint ventures* nipo-brasileiras no Brasil: a) as empresas estatais que atuavam em setores estratégicos (siderúrgica, celulose e plástico) originadas de grandes projetos governamentais em parceria com as empresas privadas japonesas que tinham o apoio oficial do governo nipônico; b) as médias e grandes empresas privadas nacionais promissoras no ramo de eletroeletrônica que despertaram o interesse de multinacionais japonesas para uma aliança estratégica. Tais tipologias impulsionaram a industrialização de bens de consumo duráveis, bens de capital e insumos básicos.

Dessa forma, destacamos a empresa estatal de suprimento de aço Usiminas (Usina Siderúrgica de Minas Gerais), criada em 1958 na cidade de Ipatinga/MG, como a principal parceria entre o Brasil e Japão. Por outro lado, enfatizamos a dinâmica empresa privada nacional de rádio e televisão SEMP (Sociedade Eletro Mercantil Paulista Ltda.) fundada em 1951 na cidade de São Paulo, que despertou, em 1977, o interesse da Toshiba Corporation S/A do Japão, originando a SEMP-TOSHIBA do Brasil (ver o quadro 2).

Quadro 2: As parcerias produtivas entre Brasil e Japão (1950-80).

As maiores <i>joint ventures</i> nipo-brasileiras		
Nome	Ano de Instalação	Controle
Usiminas	1958	Siderbrás
CST	1976	Siderbrás
Sharp	1972	Grupo SID
Nibrasco	---	CVRD
Cenibra	1973	CVRD
Politeno	1974	Petroquisa
Semp-Toshiba	1977	Affonso B. Hannel
Polialden	---	Conespar
NEC	1980	Globo
Fonte – Adaptação da Revista EXAME Seleções Econômicas 1986¹³.		

A cooperação nipo-brasileira baseada em *joint venture* gera uma nova empresa formada por investidores estrangeiros e nacionais que passariam a dividir o controle e a propriedade da mesma. Elas deviam compartilhar o capital e a tecnologia, habilidades e competências, mas, sobretudo, o lucro. Normalmente, uma parceria produtiva ocorre quando uma empresa não tem recursos financeiros para alavancar o processo produtivo e tecnológico. No entanto, pode também acontecer quando uma multinacional visa a dinâmica industrial de uma empresa no exterior devido à qualidade do produto e do mercado em que atua, procurando, assim, controlar/eliminar a concorrente e/ou ampliar os negócios.

¹³ Tais dados sobre as indústrias nipo-brasileiras e japonesas no Brasil são os únicos e os mais recentes. Como foi mencionado, poucos pesquisadores estudaram a influência produtiva (industrial) japonesa no país.

Contudo, a *joint venture* pode ser uma opção para a internacionalização de empresas e, conseqüentemente, para uma aliança estratégica na economia global.

Os investimentos diretos japoneses nos setores estratégicos (siderurgia e petroquímica) da indústria brasileira ocorreram porque o Japão tinha uma dependência de recursos naturais. "*Durante a década de 1970 os maiores fluxos de investimentos diretos no país ocorreram nos anos de 1973 e 1975, quando o Japão, castigado pelo choque do petróleo, procurou transferir para o exterior as indústrias que exigiam o uso intensivo de energia e outros recursos naturais*" (UEHARA, 2008, p. 14). Os empreendimentos japoneses que se dirigiram para o Brasil foram tomados, sobretudo, pelo lado nipônico que tinha interesse no mercado brasileiro devido às fontes de matérias-primas e insumos. Com isso, vieram estabelecer no país numerosas empresas japonesas no período denominado de milagre econômico brasileiro.

No quinquênio de 1968 a 73, a economia brasileira teve um extraordinário desenvolvimento, com crescimento anual de 11% no seu PIB. Tal resultado se deveu à política então adotada de estimular e favorecer o ingresso do capital estrangeiro, o que se abriu portas para a vinda de muitas empresas que investiram na indústria de bens de capital e bens de consumo durável. As grandes instalações de energia elétrica, comunicações e etc., que formam a infra-estrutura econômica do país, foram iniciadas, ampliadas ou complementadas nessa fase. Lançaram-se grandes projetos nacionais de desenvolvimento, resultando daí o chamado "milagre brasileiro". A partir de 1973 cresce de modo extraordinário a vinda de empresas nipônicas para o Brasil (COMISSÃO DA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 430).

O segundo *boom* da instalação de empresas japonesas no país foi marcado por diversas multinacionais nipônicas dos mais variados setores industriais (alimentos, têxtil, alumínio, celulose, fertilizantes, mecânica, eletroeletrônico, petroquímico e siderúrgico – vide o quadro 3).

Nesse período, segundo Silva (2006, p. 15), “o Japão foi o terceiro investidor externo no país e o segundo mercado individual para as exportações brasileiras, o que leva a afirmação de que essas exportações estiveram determinadas pelos investimentos diretos japoneses na economia brasileira”. Contudo, tais investimentos deram-se pela acumulação flexível¹⁴ da economia nipônica com base na flexibilização da produção e do trabalho, juntamente com a inovação tecnológica e financeira.

O crescimento significativo do fluxo de investimentos no Brasil se dá a partir de 1967, quando o Japão começa a obter superávits na sua balança de transações correntes, possibilitando a realização de empreendimentos no exterior. A década de 1970 foi um período de grande atração de IDE do Japão ao país, que ocorreu simultaneamente com o significativo desempenho positivo da economia brasileira (UEHARA, 2008, p. 14).

Os investimentos japoneses diretos na década de 1970 foram importantes ao Brasil, por cinco motivos: a) o Japão se tornou um dos principais compradores de produtos agroindústrias derivados da soja; b) o capital e a tecnologia nipônica surgiram como alternativa aos Estados Unidos; c) os empresários japoneses concordavam em manter posições minoritárias no capital das empresas a serem constituídas; d) os empresários nipônicos não viam como um problema a negociação com

¹⁴ “A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “*compressão do espaço-tempo*” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (HARVEY, 1983, p. 140).

órgãos e empresas estatais no Brasil; e, por último, e) a instalação da Zona Franca de Manaus (1967), pelo governo brasileiro, incentivou as multinacionais japonesas de tecnologia de ponta (UEHARA, 2008, p. 14).

Quadro 3: As entradas das multinacionais japonesas no Brasil.

As maiores empresas japonesas no Brasil		
(Cz\$, milhões, 1986)		
Nome	Receita	Setor
National	2.633	Eletroeletrônica
Ishibrás	2.315	Const. Naval
Moto Honda	2.116	Mat. Transporte
Mitsui Yoshioka	1.253	Alimentos
Kanebo	1.212	Têxtil
Furukawa	1.193	Metalurgia
Toyobo	1.079	Têxtil
Fert. Mitsui	1.012	Química
Rio Negro	869	Metalurgia
Yanmar	786	Mecânica
CBC	665	Metalurgia
Kurashiki**	634	Têxtil
Yakult	595	Alimentos
NGK	587	Metalurgia
Komatsu	585	Mecânica
Fuji Photo	550	Química
Mitsui	542	Comércio
Yamaha	534	Mat. Transporte
IKK Yoshida	527	Metalurgia
Sanyo	512	Eletroeletrônica
<i>* estimativa</i>		
<i>** Cotonifício e Lanifício</i>		
<i>Fonte – EXAME Seleções Econômicas</i>		

De modo geral, os IDEs nipônicos na economia brasileira auxiliaram na mudança estrutural industrial do país, dinamizando, assim, o avanço

da modernização tecnológica e da internacionalização da economia brasileira. Contudo, as indústrias privadas nipo-brasileiras que iniciaram de forma modesta (indústria-artesanal) atingiram, nessa fase, o porte de média e grande empresa com características da produção em massa, cujos métodos produtivos incorporaram novas tecnologias e trabalho padronizado/parcializado.

Na década de 1980, o Estado era protagonista do desenvolvimento industrial sob o viés de *substituição substitutiva de importações* que entra em crise devido à conjuntura internacional (choque do petróleo, Guerra do Vietnã, fordismo, entre outras) e nacional (dívida externa, inflação e desemprego). Com isso, surgiu um novo modelo de desenvolvimento econômico pautado numa nova ideologia denominada de neoliberalismo. Nessa perspectiva, a base produtiva liderada pelo Estado cede lugar aos agentes de mercado que dinamizam a especulação financeira, consolidando o capitalismo financeiro. Diante desse cenário conturbado e de recessão econômica, os investidores japoneses sentiram-se desestimulados para novas operações devido à instabilidade do país.

Os investimentos diretos japoneses no exterior na década de 80 foram distribuídos da seguinte forma: Estados Unidos (43%), Europa (18,5%), com destaque para o Reino Unido (6,3%) e Países Baixos (4,4%); Ásia e Oceania (19,6%), destacando-se Austrália (4,8%), Hong Kong (3,2%), Indonésia (2,8%) e Cingapura (2,2%); América Latina e Caribe (14,1%), com liderança do Panamá (6,5%), Ilhas Cayman (3,0%) e Brasil (1,4%); e finalmente a África com menos de 2%. [...] O crescimento dos investimentos japoneses na segunda metade da década de 80 assegurou ao Japão o segundo lugar de maior investidor, depois do Reino Unido, em termos de fluxos, respondendo por 36% dos investimentos diretos globais. [...] A dinâmica dos investimentos japoneses nos anos 80 beneficiou-se da posição do iene frente às demais moedas dos países desenvolvidos, o que lhe permitiu inclusive, um maior envolvimento em fusões e aquisições de empresas americanas e européias (SILVA, 2006, p. 8-9).

Como podemos verificar, a economia japonesa, na década de 1980, teve um crescimento econômico balizado na capacidade produtiva/tecnológica, na ampliação dos mercados e no sistema monetário forte. Ao contrário da economia brasileira, que teve uma desaceleração econômica, um *déficit* no balanço de pagamentos e uma deteriorização do parque industrial. Isto quer dizer que as políticas industriais protecionistas da *substituição de importações* e as crises internas/externas do período provocaram certo atraso tecnológico (sucateamento do parque produtivo), deixando, assim, a indústria nacional menos competitiva no circuito produtivo e financeiro internacional.

Nos anos 1990, o Estado procurou combater a inflação e controlar a dívida externa para a retomada do crescimento econômico. Entraram em cena as políticas neoliberais: a) abertura da economia ao mercado globalizado; b) desregulamentações dos mercados nacionais balizado pela privatização das empresas públicas e pelas fusões/aquisições de empresas. Com a estabilização monetária (plano real) as empresas nacionais tiveram que aumentar a sua capacidade produtiva e tecnológica devido à competitividade das empresas estrangeiras e nacionais ocasionada pela abertura comercial em 1992 (BRUM, 2000).

Nessa fase, as indústrias privadas nipo-brasileiras (pequeno, médio e grande porte) precisaram se adaptar às novas exigências de competitividade, buscando estratégias industriais pautadas na racionalização no uso dos fatores (internos e externos), na informatização dos processos produtivos, na automação industrial, na terceirização das atividades secundárias, nas novas formas de organização do trabalho na fábrica, entre outras. Todas essas medidas estão na base da reestruturação produtiva com o fito de sobreviver à recessão econômica dos anos 1980-90.

Os investimentos diretos japoneses no mundo declinaram nos anos 1990 devido à recessão econômica da abertura do mercado financeiro nipônico que sofreu ataques especulativos provocando aumento na dívida

pública e a valorização da moeda. Com isso, as multinacionais japonesas tiveram queda na lucratividade pela crise interna que, conseqüentemente, limitaram a atuação dessas empresas no mercado externo. Todavia, a presença dos IDEs japoneses no Brasil deu-se pela dinâmica das privatizações de empresas estatais e concessões de serviços públicos.

Segundo Uehara (2008), a participação de empresas nipônicas no processo de privatização brasileira na década de 1990 limitou-se ao setor de telefonia móvel, representando apenas 0,4% do valor total das privatizações US\$ 72 bilhões de dólares arrecadados até 1999. Tais dados sobre a privatização no Brasil ajudam a mostrar o quadro de que os investimentos japoneses no mundo diminuíram devido à forte crise financeira que atingiu as filiais japonesas no Sudeste Asiático¹⁵. Assim, durante os anos 1990 os investimentos diretos japoneses foram afetados dando lugar para a reestruturação do sistema econômico financeiro.

No início do século XXI, os fluxos globais de investimentos nipônicos estiveram desacelerados pelo baixo crescimento econômico ocasionado pelo mercado financeiro. O Brasil recebeu investimentos japoneses destinados ao setor automotivo com a entrada das empresas: Honda, Komatsu, Mitisubishi Motors, Nissan e Toyota (NUNES, 2006). Dentro desse contexto, ressaltamos, também, que as indústrias privadas nipo-brasileiras buscaram priorizar maior qualidade do produto para concorrer em outros mercados, tornando-se, assim, mais competitivas. Para isso, investiram em tecnologias para garantir o aumento da produtividade. Tais investimentos iam desde o setor produtivo até as políticas de recursos humanos e marketing.

De modo geral, a indústria privada nipo-brasileira ganhou visibilidade no Brasil a partir da década de 1970, quando as indústrias

¹⁵ A recessão econômica japonesa tem a ver com a crise da bolsa de Nova York de 1987, quando os EUA tiveram graves desequilíbrios comerciais que diminuíram suas reservas de acumulação. Com isso, o Japão foi pressionado a liberar o mercado financeiro que, posteriormente, sofreriam vários ataques especulativos, dentre eles o crash das bolsas asiáticas de 1997, provocando um aumento dívida pública e valorização da moeda (ARRIGHI, 1996).

fabris dos imigrantes japoneses começaram a se destacar em nível regional e nacional. Ao mesmo tempo, ocorreu a entrada das empresas multinacionais japoneses devido à internacionalização da economia brasileira pelas indústrias de capitais estrangeiros. Foi nessa fase que as indústrias japonesas e brasileiras atingiram o grau máximo do processo de industrialização, passando, assim, a ter no seu parque produtivo indústrias de bens de consumo duráveis, industriais intermediárias e indústrias pesadas. A diferença principal era que o Japão desenvolveu a sua indústria com inovações tecnológicas própria e o Brasil expandiu seu parque fabril com capitais e tecnologias estrangeiras. Atualmente, as indústrias brasileiras cresceram e desenvolveram por meio de tecnologias próprias competindo no mercado nacional e internacional; as indústrias privadas nipo-brasileiras não ficaram para trás, criaram produtos inovadores e antes da abertura comercial, quando chegou o período de grande concorrência, ela estava pronta para competir com os produtos importados e com as multinacionais do setor.

Em poucas palavras, a territorialização das indústrias japonesas e nipo-brasileiras no país deu-se (in)diretamente pela tutela de ambos os Estados. Nesse sentido, as indústrias privadas nipo-brasileiras dinamizadas pelos imigrantes japoneses, de certo modo, tiveram na ação do Estado japonês e do Estado brasileiro à condição de se reterritorializar no Brasil, porém a iniciativa da pequena unidade artesanal-industrial aconteceu pelas benesses do trabalho individual/familiar do nipo-brasileiro. Já as parcerias produtivas de empresas entre Brasil e Japão foram normatizadas pela participação do Estado brasileiro na cooperação de uma *joint venture* nipo-brasileira, tais parcerias atingiriam os objetivos dos respectivos países que eram, de um lado, se internacionalizar e, de outro lado, se capitalizar.

Nessa perspectiva, as entradas das multinacionais japonesas priorizavam a internacionalização das empresas privadas nipônicas com o apoio do Estado do Japão. Essas multinacionais vinham ao encontro dos

interesses do Estado brasileiro que não tinha capital e força para consolidar o processo de industrialização do país. Contudo, foi com a internacionalização da industrialização de países periféricos para Estados de capitalismo industrial tardio que podemos analisar as parcerias produtivas entre Brasil e Japão, juntamente com as entradas das empresas multinacionais japonesas no país. É dentro deste contexto que podemos analisar a contribuição do nipo-brasileiro no processo de industrialização do Brasil, em especial do interior paulista.

2. O IMIGRANTE JAPONÊS E A INDÚSTRIA NO INTERIOR PAULISTA.

As indústrias iniciadas por imigrantes japoneses e seus descendentes em todo o Brasil têm centralidade e expressão nas indústrias nipo-brasileiras originadas no Oeste Paulista que ganharam relevância no ano do "*Centenário da Imigração Japonesa*", em especial pela Revista da Indústria FIESP/CIESP 2008, que destacou as principais indústrias nipo-brasileiras do Estado de São Paulo. Foram elas: *Máquinas Agrícolas Jacto S/A* (Pompéia/SP), *Sakura Nakaya Alimentos Ltda.* (São Paulo/SP – Presidente Prudente/SP), *Sasazaki Indústria e Comércio S/A* (Marília/SP) e *Hikari Indústria e Comércio Ltda.* (Registro/SP - São Paulo/SP). Das quatro indústrias somente uma não teve o seu início industrial-artesanal no Oeste Paulista que é a empresa de alimentos Hikari, porém, ela foi instalada em Marília na condição de fábrica na década de 1990, pela dinâmica do aglomerado industrial deste município no ramo da alimentação (massas, biscoitos e doces). Como podemos observar, essas empresas são de grande porte e dinamizam o território paulista e brasileiro com as difusões da produção, da distribuição e do consumo desses produtos e marcas (ver quadro 4).

Como os industriais nipo-brasileiros do Oeste Paulista, outros empresários imigrantes japoneses também tiveram êxito no Brasil, não somente no setor industrial, mas, na agricultura e no comércio. Deliberador (2000) estudou cerca de oito empresários nipônicos e definiu-os como bem sucedidos pela dinâmica econômica do empreendimento, pela influência social dentro e fora da colônia japonesa e pela realização pessoal (família, negócio e lazer). Os empreendedores imigrantes foram analisados devido à sua história de vida e à sua forma de criação/administração da empresa, dando ênfase aos aspectos psicológicos/sociológicos balizados na ideologia do *self-made-man*, onde o pioneirismo heróico do imigrante japonês foi sobrevalorizado.

No quadro 5, verificamos que os oitos empresários nipônicos chegaram no Brasil nas décadas de 1920/30, todos vieram acompanhados de suas famílias como *colonos* para o café, por volta de uma década depois se livraram do *colonato* e iniciaram as suas pequenas produções/comerciais e as suas unidades fabris artesanais no interior paulista e norte do Paraná. A agricultura foi o elemento básico para os imigrantes se desenvolverem social e economicamente. Com isso, destacamos Itamura na cultura do rami e Mizumoto na produção de ovos, da mesma forma, Maeda no cultivo e processamento do algodão. A produção industrial desses empresários estava atrelada à dinâmica dos produtos agrícolas, como o caso da Jacto e da Nakato com os pulverizadores, já a Sasazaki confeccionou equipamentos agrícolas. Porém, tanto a Nakato como a Sasazaki deixaram de fabricar produtos ligados ao ambiente agrário pelos graves problemas (geadas, êxodo rural, entre outras) que o setor primário enfrentou nas décadas de 1960/70. E, partiram, para a produção de peças de automóveis a Nakata e para a fabricação de portas/janelas a Sasazaki, ambas se expandiram pelo crescimento da urbanização que exigiram novos produtos (carro e moradia) para uma emergente classe de consumidores.

Quadro 4: As principais indústrias nipo-brasileiras no Estado de São Paulo.

Indústria	Ano de Fundação	Instalação Inicial	Local da Produção Atual	Produtos
Hikari Ind. e Com. Ltda.	1965	Registro/SP São Paulo/SP	São Paulo/SP Santo André/SP Marília/SP	Cereais, farináceos, especiarias, molhos, temperos, chás, sopas, pipocas e produtos de conveniências.
Máquinas Agri. Jacto S/A.	1948	Pompéia/SP	Pompéia/SP Tailândia	Pulverizadores, adubadoras, colhedoras, lavadoras e peças/assessórios.
Sakura Nakaya Alim. Ltda	1947	São Paulo/SP P. Prudente/SP	São Paulo/SP P. Prudente/SP Boituva/SP Ouvidor/GO	Shoyu, missô, molho de pimenta, molho inglês e palmito em conserva e outros.
Sasazaki Ind. e Com. S/A.	1943	Marília/SP	Marília/SP	Janelas, portas, telas e guarnições.

Fonte: Pesquisa nos sites das respectivas empresas, 2010.

Quadro 5: Os principais industriais nipo-brasileiros.

Empresários	Nascimento	Chegada no Brasil	Empresa	Início da Empresa	Localização da Empresa	Produto
Akira Mizumoto	1915	1929	Granja Mizumoto Exp. e Com. Ltda.	1933	Assis/SP	Ovos
Fumio Hori	1933	1936	Empresa de Mineração Hori Ltda.	1965	Mogi das Cruzes/SP	Caulim, calcário, carbonato de cálcio, argila e areia.
Kosaku Sasazaki	1917	1933	Sasazaki Ind. e Com. Ltda.	1943	Marília/SP	Equipamentos agrícolas, portas e janelas.
Massaru Nakata	1917	1929	Nakata S/A Ind. e Comércio.	1938	Diadema/SP	Pulverizadores e peças automotivas.
Motoichi Oki	1919	1934	Alimentos Wilson Ltda.	1945	P. Prudente/SP	Bebidas, molhos e alimentos.
Shunji Nishimura	1910	1932	Máquinas Agrícolas Jacto S/A.	1948	Pompéia/SP	Pulverizadores e peças/assessórios.
Sussumu Itimura	1918	1919	Fazendeiro	1947	Uraí/PR	Rami, trigo, soja e café.
Takayuki Maeda	1924	1927	Grupo Maeda S/A.	1940	Ituverava/SP	Óleo de algodão, fição e gordura vegetal.

Fonte: Adaptação de Deliberador (2000).

Nessa perspectiva, podemos analisar a presença do imigrante japonês na indústria brasileira que remonta da sua experiência no milênio artesano-industrial no Japão que teve centralidade na indústria metalúrgica devido à produção de espadas e de outros objetos (têxtil, porcelana e cerâmica)¹⁶. Muitos nipo-brasileiros eram camponeses no seu país de origem e alguns deles desenvolveram modestos agroartesanatos/indústrias (*shoyu*, *missô* e *saque*) e oficinas (mecânica, serralheria e marcenaria) no espaço rural do Japão. Posteriormente, no Brasil, poucos nipônicos desenvolveram essas atividades “fabris” no espaço urbano, os que conseguiram isso, fizeram pela dinâmica crescente dos produtos industrializados e pelo comércio realizado na frente pioneira paulista. Essas características aconteceram pelo frenético movimento migratório, pela difusão das relações de trabalho assalariado, pelo fenômeno crescente da urbanização e pela ampliação dos meios de transporte/circulação.

Dessa forma, várias indústrias de pequeno porte surgiram no interior paulista, e não somente as nipo-brasileiras, que foram dinamizadas pelas iniciativas dos imigrantes estrangeiros em cidades médias.

Isto também ocorreu em diversas cidades do [Oeste Paulista], como demonstra Dundes (1988) sobre Presidente Prudente, que apesar da pouca importância das indústrias da cidade, muitas delas foram fundadas por imigrantes principalmente japoneses. Por outro lado, Mourão (1994) analisa a origem e evolução da industrialização de Marília, tratando também do papel do imigrante na fundação das empresas da cidade, principalmente os japoneses e italianos. [...] A região de São José do Rio Preto e Mirasol, também se destaca dos grupos de imigrantes na constituição do empresariado local, dentre eles, os italianos, árabes, espanhóis e alguns armênios (MATUSHIMA e SPOSITO, 2002, p. 11) [Grifo nosso].

¹⁶ "Grupos de artesanato dos mais peritos estavam de há muito engajado na produção de têxteis finos, porcelanas, cerâmica e laca para os proprietários e mercadores ricos" (ALLEN, 1983, p. 15). Tais grupos foram a base para iniciar o processo de industrialização japonesa comanda pelo Estado após a Revolução Meiji (1868).

Essas empresas fundadas por iniciativas de imigrantes tiveram origem no capital local familiar com a produção atrelada de forma (in)direta com a dinâmica agropecuária/agroindustrial regional. Elas atuavam em diversos ramos produtivos, sendo quase que predominantemente efetivadas por imigrantes italianos e japoneses que se especializaram em cada município em um segmento, como o exemplo de Marília/SP na alimentação¹⁷ (italianos) e máquinas/equipamentos agrícolas (japoneses), já Presidente Prudente/SP destaca-se nas bebidas/molhos (japoneses) e frigorífico/couro/calçado (italianos) e São José do Rio Preto/SP, numa gama de setores não tendo uma especialização específica balizada numa etnia. Essas indústrias começaram pequenas e, posteriormente, cresceram e se modernizaram sem perder o controle familiar de gestão, mesmo algumas delas, abrindo parte do seu capital para obter recursos financeiros. Contudo, a nossa leitura da indústria no Oeste Paulista está centrada no viés da indústria nipo-brasileira no contexto da industrialização paulista desde da empresa de beneficiamento até a entrada da multinacional nesse território¹⁸.

Segundo Gomes (2007), dois fatores contribuíram para o processo de industrialização no Oeste Paulista: a) a instalação das primeiras indústrias de beneficiamento de capital externo; b) a participação de empresas de origem familiar e capital local. Nas décadas de 1970-80, com a queda na produção agropecuária e o fechamento das indústrias de beneficiamento as empresas locais assumiram a liderança do setor secundário, em especial, as indústrias nipo-brasileiras. Verificaremos detalhadamente a participação das indústrias nipônicas e nipo-brasileiras em cada uma das fases da industrialização regional começando pela indústria de beneficiamento.

¹⁷ Massas, biscoitos e doces.

¹⁸ Mais detalhes sobre o processo de industrialização no Oeste Paulista ver Mourão (1994), Dundes (1998), Gomes (2002), Silva (2003) e Rosalino (2008).

Os investimentos de capitais diretos japoneses nas instalações de máquinas de beneficiamentos de algodão na década 1930 era um desdobramento das atividades das empresas de colonização que passaram a atuar no ramo de comércio e indústria, dentre elas destacamos a BRATAC.

A fundação da Sociedade Colonizadora do Brasil – (SBC), inteiramente japonesa, remonta a março de 1929. Seus objetivos eram: a compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, a fundação e a exploração dos núcleos colônias, a introdução e localização de imigrantes, a construção e exploração de vias férreas, estradas e todos os outros meios de comunicação, a exploração das terras e todas as atividades inerentes à colonização. Dez anos mais tarde, ela possuía, em São Paulo e no Paraná 215.000 ha, o montante total das despesas atingia 43 milhões de mil réis. Pela organização de cooperativas agrícolas, de um banco, a Companhia Japonesa podia fornecer muitos serviços a seus sítiantes, e controlá-los muito depois deles terem adquirido a plena propriedade. Ela tinha montado nas diferentes colônias máquinas de descascar arroz, de triturar mandioca, despolpar café, descarregar algodão, fiações de seda, e ainda serrarias, refinarias de óleo, fábricas de gelo. As fazendas (colônias) distantes da via férrea eram ligadas a ela por uns serviços de caminhões e ônibus que dependiam da sociedade colonizadora. Esta era associada aos exportadores de algodão para o Japão. Enfim, como ela assumia igualmente a organização da escola, dos hospitais e subvencionava as associações culturais, a Sociedade Colonizadora do Brasil estendia seu controle sobre todas as atividades dos colonos. Uma tal potência era rendosa. Ela estava seguramente destinada a implantar um povoamento japonês e não era vão inquietar-se pela colonização nipônica. Lembremos no momento, que a penetração política se fazia sob a cobertura da pequena propriedade e que ela era apenas possível dentro da estrutura da empresa. (MONBEIG, 1984, p. 239).

Nesse sentido, as principais colônias japonesas da BRATAC foram: 1) Fazenda Bastos, localizada no município de Bastos/SP; 2) Fazenda Aliança I e II, no atual município de Mirandópolis/SP; e, 3) Fazenda Tietê, localizada no atual município de Pereira Barreto/SP. O município de Bastos/SP foi fundado em junho de 1928, nas terras da Fazenda de

Henrique Bastos, sua gleba compreendia cerca de 12.000 ha. A Sociedade Colonizadora do Brasil (*Bratac*) de capital japonês adquiriu 60% da fazenda, posteriormente, dividiu em pequenos lotes, quase que exclusivamente a japoneses imigrantes. Em Bastos/SP e Pereira Barreto/SP, a *Bratac* financiava os imigrantes nipônicos na produção agrícola e, também, auxiliou no saneamento da malária e da leishmaniose controlando algumas doenças na região (MONBEIG, 1984).

A empresa procurou dirigir e proteger os imigrantes japoneses, assegurando, assim, boas oportunidades de fixá-los no Brasil. Ela estendia o seu controle sobre todas as atividades do migrante. Viera (1973), afirma que a *Bratac* era uma empresa de economia mista constituída de capitais do Governo do Japão com investidores particulares nipônicos. Tinha como objetivo recrutar e encaminhar os emigrantes de colonização agrícola, não os deixando isolados, mas organizando-os como proprietários em um núcleo de colonização planejada. Ao nosso ver, a empresa de colonização buscava reterritorializar os imigrantes japoneses definitivamente no Brasil para que não houvesse o retorno dos migrantes patrícios. Com isso, ofereciam lotes de terras rurais e financiavam/compravam as primeiras produções, através de uma rede socioeconômica estruturada nas cooperativas agrícolas, nas de máquinas de desencaroçar algodão e no banco BRATAC (Banco América do Sul).

Outra empresa japonesa que iniciou na indústria de beneficiamento foi a Sociedade Algodoeira do Brasil-Japão (*Brazcot*) fundada em 1936, na cidade de Marília, que tinha também por objetivo financiar e comprar a produção dos imigrantes japoneses no Brasil. Ela investiu no setor comercial e industrial instalando-se máquinas beneficiadoras e construindo grandes armazéns. Para Mourão (1994), a *Brazcot* detinha em 1937, quase 50% das compras de algodão da colônia japonesa e os outros 50% era comercializados com as indústrias Anderson Clayton e Sanbra. O destino da produção de algodão dos nipônicos era para as

indústrias da capital paulista, mas, sobretudo, para as exportações junto aos países do Japão e Alemanha (como vimos no capítulo I).

A Brazcot adquiriu de Fernando de Almeida Prado, na cidade de Marília, em nome de um dos seus acionistas, um terreno de cerca de 10.000 m². Imediatamente foi iniciada a construção dos armazéns e importação dos Estados Unidos de 4 descaroadoras com prensa. Em abril de 1937, terminadas as construções, a Brazcot iniciou a compra do algodão: cerca de 1.000.00 de arrobas (aproximadamente 15 mil toneladas), mantendo o mesmo ritmo de compra nos anos de 1938 e 1939 (VIEIRA, 1973, p. 54).

Segundo a autora, esta empresa aumentou suas instalações em outras cidades do Oeste Paulista. Nesse sentido, foram montadas máquinas em Martinópolis e Álvares Machado. Ela ainda comprou duas máquinas, uma em Birigui e outra em São João da Boa Vista. Além disso, financiavam diversas cooperativas agrícolas.

Com o advento da II Guerra Mundial, as empresas *Bratac* e *Brazcot*, em 1942, tiveram seus bens confiscados pelo governo brasileiro devido à participação do Japão no eixo Alemanha-Itália-Japão. Essas empresas foram liquidadas por ordem do Governo Federal. Sabe-se, conforme Vieira (1973), que a BRATAC foi readquirida por um grupo de japoneses naturalizados, porém, a Brazcot foi incorporada à *Nishibo*, um grupo de fiação de seda do Japão.

A empresa japonesa de colonização-comércio-indústria colaborou com a consolidação das máquinas de beneficiamento do algodão (fibras têxtil e óleo) junto com outras grandes empresas nacionais e internacionais (Anderson Clayton, Matarazzo, Lottus, Esteves, Sambra, entre outras). Para Mourão (2002), a atividade industrial surgiu na região pela transformação do algodão "graças" à presença da pequena propriedade e do imigrante japonês associado à crise do café. Todavia, o algodão foi à primeira matéria-prima a desencadear a indústria nesse

território seguida do bicho da seda atraindo empresas nipo-brasileiras locais e externas.

A BRATAC, sob nova direção, tornou-se uma indústria definitivamente nipo-brasileira e passou a fabricar fio de seda substituindo a fiação de algodão. Continua, ainda hoje em atividade com uma produção de 1.000 toneladas de fios por ano (dados de 2009) nas unidades fabris de Bastos/SP e Londrina/SP, que representam 75% da produção nacional, os seus produtos são exportados para Ásia, Europa e Estado Unidos¹⁹. Outra empresa de capital japonês (estrangeiro) a Kobes S/A entra no setor de fiação de seda em Marília/SP no ano de 1972, conforme Mourão (1994), ela se instalou aqui por estar perto da matéria-prima e pela presença significativa da colônia japonesa na cidade, porém, na década de 1990, a indústria teve problemas para obter as matérias-primas, pois a produção de casulos era insuficiente para abastecer Bastos, Gália e Marília²⁰. Além disso, a Kobes sofreu uma forte concorrência com os produtos chineses e coreanos devido à abertura comercial e logo foi desativada. Devemos registrar a presença de duas pequenas indústrias locais de fiação de seda em Marília dinamizadas por nipo-brasileiros: Taizo Ohara e Irmão (1945) e a de Tomojiro Umeda. A expressiva produção de fiação de seda regional estava relacionada à paralisação da produção de seda no Japão devido à guerra. A sericultura foi uma ótima opção lucrativa para os migrantes japoneses da Alta Paulista e da Sorocabana após a crise da cotonicultura. Porém, várias empresas de fiação de seda desativaram suas produções no final da II Guerra (MOURÃO, 1994).

Nessa perspectiva de produção local, houve diversas pequenas máquinas de beneficiamento (algodão, amendoim, café e arroz) que, por meio da sua produção, contribuíram para a expansão do mercado regional de alimentos, como no caso da Ceralista Ihara (1956) que processava

¹⁹ Ver no site da Bratac www.bratac.com.br acesso dia 17/02/2010.

²⁰ A empresa BRATAC resolveu seu problema trazendo a matéria-prima do Norte Paraná e, também, possui 55 depósitos e entrepostos de recebimentos de casulos e 6 campos de criação.

amendoim e da Cerealista Ohara Filho que beneficiava café/amendoim, ambas no município de Marília/SP²¹. Nelas visualizamos a agroindústria artesanal produzida em pequena escala por máquinas com razoável excedente comercial, caracterizando, assim, uma pequena produção mercantil (MOURÃO, 1994).

Na indústria de beneficiamento, há coexistência de empresa de grande porte de capital estrangeiro e com a pequena cerealista de capital local, cada uma delas com um ritmo (espaço/tempo, mudança/permanência e continuidade/descontinuidade) diferente de produção, de técnicas e de administração. De modo geral, a indústria de beneficiamento começou a entrar em dificuldades na década 1960-70 por quatro motivos: a) a produção era voltada para o mercado externo e começou a perder espaço para a emergente produção direcionada para o mercado interno visando contribuir com à substituição de importações; b) devido aos baixos preços internacionais dos produtos agrícolas ocasionados pelas crises do período (do petróleo); c) problemas relacionados com a baixa produtividade da safra (perda de fertilidade do solo e técnicas arcaicas de cultivo) e aos impactos naturais (geada, praga, seca); e, por último, d) o processo produtivo da indústria de beneficiamento foi superado por um novo paradigma balizado na agroindústria: no mesmo local de transformação da matéria-prima se estabeleceu a produção agrícola, o processamento e a distribuição da mercadoria. Tal indústria ficou em funcionamento até meados da década de 1980, com poucas unidades e uma baixa dinâmica produtiva, logo encerrou suas atividades, abrindo, assim, espaço para as indústrias de capital familiar local assumirem a liderança do setor secundário regional. Antes, porém, iremos conhecer a gênese das indústrias privadas nipo-brasileiras de capitais locais assentada em três setores produtivos: alimentação/molho, metal-mecânica e biotecnologia.

²¹ A indústria Matsuda começou em 1948 como uma cerealista que beneficiava o grão de amendoim no município de Álvares Machado/SP.

A indústria familiar privada nipo-brasileira de capital local iniciou sua atividade como uma pequena unidade fabril artesanal com poucos recursos financeiros e baixa capacidade tecnológica, produzindo bens de consumo não-duráveis e bens duráveis para atender a demanda local. No ramo de bens de consumo não-duráveis os japoneses e seus descendentes se destacaram no setor da alimentação, bebidas e molhos tendo centralidade no município de Presidente Prudente/SP, nas respectivas empresas: Alimentos Wilson Ltda., Bebidas Astecas Ltda., Bebidas Funada Ltda. e Sakura Nakaya Alimentos Ltda., como relataremos a seguir com alguns exemplos de iniciativa industrial (ver quadro 6).

Em 1945 foi fundada uma fábrica de bebidas por Motoichi Oki e mais três amigos (Siguetochi Gobara, Getulio Oki e Sebastião Salgado), que produzia de forma rudimentar conhaques, batidinhas, destilados e licores, localizada na Vila Marcondes em Presidente Prudente/SP. O imigrante japonês Oki chegou ao Brasil em 1934 se instalando na região de Ribeirão Preto/SP como *colono* assalariado para o café. Veio para Álvares Machado/SP trabalhar como arrendatário na atividade agrícola. Em 1942, montou um pensionato²² na cidade de Presidente Prudente/SP. Depois deixou o pensionato e adquiriu uma destilaria de bebidas. A família Oki em Osaka no Japão tinha uma pequena unidade fabril artesanal centenária de saquê que faliu com as crises econômicas da era Meiji. Motoichi, quando se reterritorializou no Brasil, buscou efetivar o antigo saber-fazer herdado da família no Japão para se desenvolver no país: de saquê para água ardente. Na década de 1970, iniciou a produção de condimentos alimentares (catchup, molho de pimenta e *shoyu Mitsuwa*) que superou a produção de bebidas, fazendo, assim, a mudança da razão

²² Segundo Deliberador (2000), Motoichi percebeu que não tinha muito futuro trabalhar na agricultura e vislumbrou outras possibilidades de negócios. A autora descreveu na íntegra o relato oral do migrante. "*De Álvares Machado comecei a vir freqüentemente para Presidente Prudente, pois é muito próximo, para observar as possibilidades de trabalho ou negócio na cidade. Logo aluguei um imóvel de 13 quartos, e subaluguei para 3 escritórios de contabilidade, 2 escritórios de advocacia e pensões. Morava no sítio, e fiquei com quarto e vinha semanalmente para administrar os negócios. Continuava no sítio plantando batatinha com meu cunhado. Depois, adquiri esta pequena indústria, o dono não estava conseguindo ter lucros*".

social, em 2006, de Bebidas Wilson Ltda. para Alimentos Wilson Ltda. Hoje a indústria tem duas unidades produtivas em Presidente Prudente/SP (filial) e Regente Feijó/SP²³ (matriz).

A indústria Sakura Alimentos começou em 1947 com os irmãos imigrantes Suekichi e Hidekazu Nakaya que montaram duas produções artesanais de *shoyu* em suas residências: uma em São Paulo/SP e outra em Presidente Prudente/SP. A família chegou em 1932 e fabricava esse produto na área rural junto com o trabalho na lavoura e revendia o molho de soja para os seus patrícios, depois foram para a cidade iniciar a fabricação industrial artesanal do *shoyu*. Como a indústria de Alimentos Wilson, a história da empresa Sakura remonta o ofício da produção de molho de soja milenar no Japão que é transplantada para o Brasil pelo saber-fazer do migrante japonês no *shoyu Sakura*, como veremos mais adiante no capítulo 4.

Mampeí Funada, juntamente, com os seus filhos iniciaram a indústria de Bebidas Funada, em 1947, com a produção de guaraná, soda limonada, água tônica, conhaque, água ardente e vinagre. Depois se especializou na produção de refrigerante (1962) por esse segmento ser um nicho de mercado. No Brasil, a família Funada chegou em 1932 e se dirigiu para São José do Rio Pardo/SP (fazenda Santo Antônio) como *colono*, em seguida, foram ser arrendatários em Martinópolis/SP (Colônia Guachos). Em 1939, adquiriu 10 alqueires no município de Caiabu/SP (Colônia Pacífica). Veio para Presidente Prudente/SP trabalhar no ramo do comércio montando uma sorveteria em 1942. Como observamos, a família não tinha nenhuma experiência no ramo, contudo, viu a oportunidade de negócio e investiu na produção de bebidas. Fabricou refrigerante de forma manual com poucos recursos técnicos. Adquiriu um padrão de produção de fábrica (capital, tecnologia, qualidade e *know how*) quando passou a

²³ A indústria Wilson, em 1985, construiu uma unidade no distrito industrial de Regente Feijó/SP e, gradativamente, foi transferindo sua produção para este local e, em seguida, o escritório de gestão e de administração, tornando-se a matriz da empresa. Ela se localiza aproximadamente a 30 km de Presidente Prudente/SP no município vizinho.

engarrafar as linhas de refrigerantes da Brahma (1978) e da Skol (1983) por meio de uma cooperação/aliança produtiva. Em 1986, inaugurou novas instalações no terreno próprio de 48.000 m², com um novo conjunto de máquinas (esteiras, lavador, transportador, enchedor, arrolhador e rotulador de garrafas). Dez anos depois, na indústria, começou a fabricação de refrigerantes com a embalagem P.E.T. Hoje a empresa atua praticamente em todo território nacional e exporta para os países da América do Sul e para o Japão.

A última empresa de bens de consumo não-duráveis foi a indústria de Bebidas Asteca que teve como fundador Keneti Fukuhara que iniciou a produção de vermute, quinado, amargos e aperitivos em 1948, depois de comprar uma fábrica de bebidas da família Tannus, chamada Destilaria Bardini. O imigrante japonês Keneti chegou ao Brasil em 1913 e foi para Alvarenga/SP trabalhar como *colono*/empregado para o café. Depois foi para Minas Gerais nos municípios de Conquista e Sacramento arrendar terra para o cultivo de café e arroz. Volta para o Estado de São Paulo e trabalha nos municípios de Rio Claro e Santo Anastácio na produção de algodão e milho. Em Presidente Bernardes/SP, adquiriu uma padaria, depois, investiu na área industrial na fabricação de mentol. Essa pequena experiência fabril motivou Keniti a convidar o seu cunhado a comprar junto com ele uma fábrica de bebidas em Presidente Prudente/SP. Logo iniciou uma marca de produtos de bebidas própria chamada de Asteca e a fabricação do *shoyu Hinomoto*, com o tempo passou a fabricar molhos e apimentados. Atualmente, a unidade fabril da Asteca se encontra no Distrito Industrial I, com uma área de construção do processo produtivo de 7.500 m².

Quadro 6: As indústrias nipo-brasileiras de bens de consumo não-duváveis.

Indústria	Fundador Da Indústria	Instalação da Indústria	Local de Produção	Ramo de Atividade	Produtos
Alimentos Wilson Ltda.	Motoichi Oki	1945	P. Prudente	Alimentos, bebidas e molhos	Bebidas, chocolate em pó, catchup, groselha, suco, <i>shoyu</i> etc.
Bebidas Asteca Ltda.	Keneti Fukuhara Massami Honda	1948	P. Prudente	Bebidas e molhos	Batidinha, vodka, licor, cachaça, <i>shoyu</i> , molho de pimenta, molho inglês e molho de alho, entre outros.
Bebidas Funada Ltda.	Mappei Funada	1947	P. Prudente	Bebidas	Refrigerante (tubaína)
Sakura Nakaya A. Ltda.	Hidekazu Nakaya Suekichi Nakaya	1947	P. Prudente	Alimentos e molhos	<i>Shoyu</i> , <i>missô</i> , molho de pimenta, molho inglês, palmito em conserva, <i>saquê</i> etc.

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Essas indústrias nipo-brasileiras de bens de consumo não-duráveis desempenharam a função de fornecedoras de produtos de bebidas (diversas) e molhos (variados) na economia regional depois da II Guerra Mundial. Pelo trabalho autônomo dos imigrantes japoneses que acumularam certo capital na agricultura e no comércio. Eles fabricaram, também, produtos típicos da culinária japonesa pela crescente demanda de *shoyu*, *missô* e *saquê* por parte dos nipo-brasileiros e brasileiros. Tal produção estava concentrada especialmente no município de Presidente Prudente/SP. Desses quatro industriais dois já tinham experiência(s) no ramo pelo trabalho familiar realizado/herdado no Japão: Bebidas Wilson (destilado) e Sakura Alimentos (*shoyu* e *missô*). Quase todos os industriais trabalharam com bebidas e molhos sendo concorrentes entre si, menos a Bebidas Funada que teve um produto diferenciado, por fabricar somente refrigerantes. Assim, as indústrias nipo-brasileiras tanto do setor de bebidas como do setor de molhos estão inseridas no circuito inferior da economia por atender o mercado de barzinho/boteco (bebidas) e lanchonetes (molhos) com produtos de supermercados (pequeno e médio) e não concorrem com o grande capital. Porém, a Sakura Alimentos por ter vários produtos específicos da culinária japonesa atende um nicho de mercado distinto com consumidores de alto padrão aquisitivo e situando-se no "circuito superior" da economia por disputar mercado com as multinacionais.

O processo de industrialização no Oeste Paulista balizado no capital local teve como motivação a *substituição de importações* centrada na produção de bens de consumo não-duráveis efetivada por imigrantes modestos (japoneses e italianos) no setor de alimentação, bebidas e molhos. Completou-se, com os imigrantes japoneses artesãos na produção de bens de consumo duráveis pelas oficinas/fábricas de conserto que, paulatinamente, procuraram trabalhar com atividades mais complexas: mecânica, metalurgia, borracha, plástico, química e material elétrico/eletrônico. Tal fase exigiu no país maior investimento de capital e

utilização de técnica/tecnologia para desenvolver a indústria de bens de produção “pesados”, em especial no setor de máquinas e equipamentos agrícolas. O pequeno capital regional nipônico do Oeste Paulista se destacou por estar próximo da(s) área(s) de produção agrícola se aproveitando das condições favoráveis do mercado para iniciar várias unidades fabris (artesanais) vinculadas às máquinas e equipamentos agrários e às esquadilhas metálicas. Como exemplo, temos as seguintes indústrias de bens de capital: as *Máquinas Agrícolas Jacto S/A* (1948), a *Sasazaki Industria e Comércio S/A* (1943), a *Seita Hirata Ltda.* (1940), a *Ikeda Filho Ltda.* (1944), a *Mil Mecânica Implemaq Ltda.* (1967) e a *Matsuda Equipamentos Ltda.* (1992). Essas empresas foram criadas para atender a demanda de (auto)peças agrícolas no mercado regional se espraiando no território nacional, por isso, se faz necessário conhecer a história de cada indústria para compreendermos tal processo (vide o quadro 7).

Em 1940, conforme Mourão (1994), foi fundada uma fábrica no ramo moveleiro, a *Seita Hirata Ltda.*, na cidade de Marília/SP, que produzia móveis em gerais, com o passar do tempo, especializou-se na fabricação de balcões e vitrines para estabelecimentos comerciais (supermercados e padarias). Hirata era um nipo-brasileiro natural de Getulina/SP e tinha a mesma profissão de carpinteiro que seu pai exercia no Japão. Ou seja, aprendeu o ofício com a habilidade artesão familiar e, aos poucos, foi expandindo os seus negócios com o saber-fazer herdado e com as novas adaptações/tecnologias adquiridas no novo território.

A indústria *Ikeda Filhos Ltda.* começou com Itiro Ikeda, em 1945, montando uma pequena oficina de consertos que, ao longo do espaço-tempo passou a fabricar diversos equipamentos agrícolas, dentre eles, discos e arados. Ikeda era ferreiro no Japão. Chegou ao Brasil para trabalhar na agricultura em Tupã/SP, depois, se estabeleceu em Pompéia/SP como industrial²⁴. Em 1982, transferiu a indústria para

²⁴ Caderno de campo da Profa. Ms. Denise Cristina Bomtempo.

Marília/SP devido a infra-estrutura, a prestação de serviços e a mão-de-obra serem mais apropriadas para a produção. E, também, pela aquisição de um terreno localizado no Distrito Industrial onde está a atual sede da empresa. Na década de 1980, a indústria passou por uma grande recessão devido à crise econômica do período (inflação, desemprego e juros altos), paralisando, assim, grande parte da produção agrícola, menos o arado da marca *aiveca*. Desenvolveram novos produtos ligados aos consumidores urbanos: churrasqueiras, caixas de sons e racks. Hoje a empresa se destaca pela sua diversificação produtiva na linha de equipamentos agrícolas e de produtos/acessórios para Home Theater²⁵.

Já a *Mil Mecânica Implemaq Ltda.* produtora de peças para tratores e caminhões truscks, pode-se dizer que, iniciou sob o comando de Alberto Sano, em 1965, depois que o imigrante japonês passou a ser sócio da oficina de conserto pelas cotas adquiridas de Luiz Darcy Terin Dolfini, passando, assim, a dividir a empresa com Antônio Seiti Toda. A oficina era especializada no *conserto* de tratores, máquinas agrícolas e caminhões. Dessa forma, conhecendo melhor as máquinas puderam fabricar/inventar pequenas peças, como: trucks para caminhões, implementos agrícolas e diversas peças para tratores. A partir de 1977, a empresa definitivamente passou atuar somente no ramo da fabricação de peças e deixando de lado a oficina de conserto. Em 1989, a linha de produção foi para uma sede maior na Estrada Arthur Boigues Filho. Nos anos 1990, a empresa enfrentou grandes dificuldades ocasionadas pela crise econômica da época (abertura comercial, inflação etc.). Em 1997, Sano compra as cotas do seu sócio e tornou-se o único proprietário. Já em 2003, a situação econômica se estabilizou e a empresa começou a construir uma sede

²⁵ Segundo Mourão (1994), a produção de caixas de sons, de racks e de acessórios está voltada para a montagem do Home Theater, equipamentos de alta tecnologia, visando o cinema em casa (TV de tela plana, um vídeo Hifi, um amplificador estério e as caixas de sons especiais). Contudo, a produção de churrasqueira era (também) sofisticada e única no mercado, tal produto tinha um motor rotativo, chamado de giragrill. Ambos os produtos (home theater e churrasqueiras) atingiram o mercado dos consumidores de alto poder aquisitivo, em especial na cidade de São Paulo, sendo que a empresa abriu nessa cidade uma loja para comercializar esses produtos de elevado padrão tecnológica.

própria em Álvares Machado/SP, sendo inaugurada em 2007. Hoje a empresa se destaca como referência na fabricação de peças de tratores com a marca MIL e seus produtos estão presentes em algumas empresas de tratores da frota nacional e até internacional.

Yasaburo Sasazaki, juntamente com seus irmãos, constituíram a empresa *Sasazaki Indústria e Comércio S/A* como uma pequena oficina de consertos gerais. Posteriormente, iniciaram com a fabricação artesanal de pequenos utensílios domésticos para o uso no lar e na agricultura. Logo, inventaram as plantadeiras manuais (algodão e amendoim) e máquinas agrícolas para o beneficiamento de grãos. Com a crise da agricultura na década de 1970, a empresa apostou no ramo da construção civil passando a produzir esquadilhas metálicas (portas e janelas) de aço e alumínio. Nessa perspectiva, o industrial Shunji Nishimura, fundador das *Máquinas Agrícolas Jacto S/A*, também iniciou como uma oficina de consertos gerais e seus inventos iniciais foram destinados a objetos de latas (canecas) e máquinas agrícolas (pulverizadores). Nas décadas de 1970/80, a empresa lançou vários produtos: ceifadeiras manuais, máquina de arar a terra, máquinas para secar os grãos, colheitadeira de café, entre outras. Hoje o carro-chefe da empresa continua sendo os pulverizadores com tanques de prolietilenos e barras de comando eletrônico a ar.

Fechando as empresas de bens de consumo duráveis, temos a empresa *Matsuda Equipamentos Ltda.* que esteve voltada para a fabricação de implementos para a colheita de sementes forrageiras visando a substituição primária da mesma. Tal empresa pertence ao Grupo Matsuda que é produtor nacional de sementes forrageiras e nutrição animal. Assim, essas últimas três empresas serão trabalhadas de forma completa (origem e desenvolvimento) no capítulo 4, sendo, que, tais indústrias são de grande magnitude produtiva/capital.

Diante do exposto, podemos observar que as indústrias nipo-brasileiras de bens de consumo duráveis com ênfase na produção de bens de capital, foram formadas por empresas pequenas e familiares dedicadas

à fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas. A produção esteve presente em três cidades (Álvares Machado/SP, Marília/SP e Pompéia/SP) dispersando, assim, a atividade de bens de capital no território do Oeste Paulista, com tempos e espaços diferentes. Pois em Marília/SP e Pompéia/SP essas atividades foram dinamizadas pelos *isseis* (1 geração) na década de 1940, que iniciaram as suas incipientes produções artesanais, alguns deles pelo saber-fazer herdado/adquirido. Já em Álvares Machado/SP deram-se pelos nipo-brasileiros da segunda geração (*nikkeis*), começando pela empresa *Mil Mecânica*, na década de 1960, que era uma pequena oficina e aos poucos se transformou numa produtora de peças para tratores e caminhões, depois, pela Matsuda que, na década de 1990, entrou nesse mercado visando a colheita das sementes forrageiras, ambos não tinham um domínio do saber-fazer e foi através do departamento de pesquisa e engenharia que desenvolveram tais produtos que eram nichos de mercados.

As permanências e as mudanças que aconteceram nas indústrias nipo-brasileiras de bens de capital podem ser visualizadas pelas transformações no segmento da produção ao longo do espaço-tempo. Sendo assim, as permanências ocorreram nas indústrias: *Jacto* pela alta tecnologia e invenções dos seus produtos e na *Mil Mecânica* pela fabricação de peças para frota de tratores, ambas começaram como uma oficina/fábrica atendendo o mercado de máquinas e equipamentos agrícolas regional/nacional e estão no mesmo ramo até os dias atuais. Contudo, as mudanças realizadas nessas indústrias couberam as intensas crises da agricultura brasileira na década de 1970-80 (mecanização, êxodo rural, geada etc.), que fizeram com que as empresas Sasazaki e Ikeda deixassem o setor de máquinas agrícolas entrando no ramo de produtos para consumidores urbanos ligados à construção civil (portas e janelas) e aos acessórios para festas (churrasqueiras) e eletro-eletrônicos (caixas de sons e racks).

Quadro 7: As indústrias nipo-brasileiras de bens de capital.

Indústria	Fundador da Indústria	Instalação da Indústria	Local de Produção	Ramo de Atividade	Produtos
Seita Hirata Ltda.	Seita Hirata	1940	Marília/SP	Moveleiro	Balcões e vitrines.
Sasazaki Ind. e Com. S/A	Yasaburo Sasazaki	1943	Marília/SP	Esquadilhas metálicas	Janelas, portas, telas e guarnições.
Ikeda Filhos Ltda.	Itiro Ikeda	1945	Marília/SP	Equipamentos agrícolas	Disco, arado, churrasqueira, racks e acessórios para home theater.
Máquinas Agr. Jacto S/A	Shunji Nishimura	1948	Pompéia/SP	Máquinas e equipamentos agrícolas	Pulverizadores, adubadoras, colhedoras, lavadoras e venda peças/assessórios.
Mil Mecânica Impl. Ltda.	Alberto Sano	1967	Álvares Machado/SP	Equipamentos agrícolas	Trucks de caminhão e peças para tratores.
Matsuda Equipamentos Ltda.	Jorge Matsuda	1992	Álvares Machado/SP	Máquinas e equipamentos agrícolas	Ceifadeira, ancinho enreilador, colheitadeira e vagão forrageiro.

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

De modo geral, essas empresas, apesar de estarem no mesmo ramo de máquinas e equipamentos agrícolas, não concorreriam entre si (porque uma produzia pulverizador e a outra arado - um confeccionava plantadeira e a vizinha peça(s) para tratores/caminhões) por fabricarem produtos diferentes para mercados distintos. Na medida em que elas foram crescendo em produção e tecnologia começaram há concorrer com o grande capital e hoje são destaques nos seus segmentos.

O crescimento das indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas teve centralidade na produção de tratores entre as décadas de 1940-60, quando a produção passou do arado artesanal/local de tração animal para as máquinas com tração mecânica dos grandes grupos internacionais e nacionais. Essa dinâmica de produção foi acelerada pela internacionalização da economia mundial e pelo Estado brasileiro desenvolvimentista que visava efetivar a *substituição de importações*, conforme visualizamos nas afirmações de Castilhos.

A expansão do setor [máquinas e equipamentos agrícolas] no Brasil foi marcada, sobretudo, pela onda de investimentos que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, nos anos 50, e pela implantação do Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas, contido no Plano de Metas do Governo JK. Mais recentemente, a partir dos anos 90, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), lançado em 2000 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), provocou um novo e expressivo impulso nessa indústria (CASTILHOS, 2009, p. 3) [Grifo nosso].

Foram esses dois planos governamentais que garantiram a ampliação dos investimentos em indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas necessários para a crescente demanda doméstica de tratores ocasionada pela produtividade agrícola balizada na alimentação e nos insumos químicos. Com isso, ocorreu o aumento das plantações e houve a intensificação da mecanização agrícola atrelados aos fertilizantes, às sementes selecionadas e aos defensivos químicos. É dentro deste

contexto que as indústrias privadas familiares nipo-brasileiras de bens de capital emergiram atendendo os produtores regionais de café, algodão e amendoim com consertos de máquinas e, também, com pequenos inventos rudimentares que foram importantes na época. Hoje elas atuam com alta tecnologia e são líderes de mercado, mantiveram-se sólidas mesmo com a abertura econômica da década de 1990, tendo várias empresas como concorrentes e não cederam às fusões/aquisições com o capital estrangeiro e/ou nacional.

Nessa perspectiva, a modernização da agricultura contribuiu para o aumento da produção e da produtividade agrícola pelo desenvolvimento de experiências no campo da genética e biotecnologia através das melhores matrizes de sementes selecionadas e de rebanhos bovinos. Com isso, surgiram as duas empresas nipo-brasileiras para atender esse segmento, em especial as sementes forrageiras e a produção de sêmen bovina de alta qualidade.

A primeira foi a *Indústria e Comércio Matsuda Implementos e Exportação Ltda.* que iniciou como uma cerealista em 1948, sob o comando de Schichiro Matsuda que comercializava e beneficiava grão (algodão, amendoim e feijão). Depois passou a trabalhar com as sementes forrageiras que eram selecionadas e adequadas para diversos tipos de solos e climas associados há boa resistências a pragas e doenças. Logo entrou no ramo de nutrição animal com o processamento de sais minerais, como veremos melhor no capítulo 4. Já a segunda empresa foi a *Tairana S/A Central de Congelamento de Sêmen* que iniciou com o imigrante japonês Hiroshi Yoshio na pecuária com a criação de gado da raça Nelore. Exportou seus reprodutores da Índia montando um rebanho aprimorado. Em 1974, com o intuito de difundir a criação da raça bovina e ter excelente matrizes progenitoras no Brasil criou a Tairana. Hoje ela presta serviços na área de inseminação artificial com alta tecnologia para os pecuaristas visando o rebanho para produção de carne/leite dando assessoria genética em leilões bovinos. Contudo, ambas as empresas

foram importantes para a modernização da agricultura nacional desenvolvendo o setor agropecuário com novas reformas de pastagens e espécies selecionadas de bovinos de alta qualidade/tecnologia.

Segundo Gomes (2007), a indústria regional tem uma relação estreita com a agropecuária. Ao nosso ver, a indústria privada familiar nipo-brasileira também teve o seu desenvolvimento balizado pelas máquinas e equipamentos agrícolas associados ao melhoramento de sementes para pastagens, com uma intensidade menor no setor de alimentação.

A industrialização no Oeste Paulista inicialmente deu-se de forma semelhante. Onde predominavam as máquinas de beneficiamentos de capital externo, nos últimos anos, tem assumido comportamento diferenciado tendo como fio condutor o capital local, não excluindo a presença de empresas de capital de fora, seja nacional ou internacional num período recente (GOMES, 2007, p. 45).

A presença de indústrias nipo-brasileiras de capital de fora aconteceu, mais recentemente, na cidade de Marília pela dinâmica do aglomerado industrial no ramo de alimentação que atraiu as empresas Yoki e a Hikari. Por sua vez, a indústria Yoki teve como fundador Yoshizo Kitano na cidade de São Bernardo do Campo/SP, que iniciou a fabricação/comercialização de farináceos e cereais em 1960 com a marca Kitano. Posteriormente, inaugurou a linha de sobremesa (gelatina), de chás e molhos/temperos pela marca Yoki. Hoje são 180 produtos produzidos em oito fábricas, dentre elas a unidade de Marília que produz doces de amendoim, que são exportados para mais de 10 países. Já a indústria Hikari originou-se da embalagem de produtos para armazéns, que antes era vendido a granel, em 1965, na cidade de São Paulo/SP. Ela foi formada pelos irmãos nipo-brasileiros da família Kurita (Marino, Mauro e Kazue)²⁶. As primeiras mercadorias foram: farinhas (milho e mandioca),

²⁶ A família Kurita era de Fukuoka no Japão e partiram para o Brasil em 1913. Ao chegar se instalaram em Registro/SP. Trabalharam nas fazendas de bananas e chás da região.

pimenta do reino, clorífico e orégano. Hoje os produtos da empresa podem ser encontrados nos melhores supermercados do país, com cereais, farináceos, produtos de conveniência, molhos, especiarias, temperos e chás. Contudo, ambas as empresas contribuem para o fortalecimento do aglomerado industrial de Marília no segmento de alimentos pela dinâmica dos seus empreendimentos e pelas marcas, destacamos também a presença da Nestlé pela aquisição de uma empresa, a Ailiram.

Concordamos com Gomes (2007, p. 46) ao tratarmos do desenvolvimento industrial nesse território.

O setor industrial no Oeste Paulista, não é formado de grandes grupos industriais. Particularmente nas cidades médias, é constituído de pequenas e médias empresas de origem local e familiar, principalmente de consumo não-duráveis.

Porém, as indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista de maior destaque são do setor metal-mecânico de grande magnitude de capital e tecnologia, depois, aparecem as empresas do ramo de alimentação com baixa capacidade tecnológica e produtos voltados normalmente para atender consumidores de baixa renda. A história da indústria nipo-brasileira se mistura com o início do processo de industrialização do Oeste Paulista.

Foram donos de armazéns de secos e molhados e de lojas de móveis. Partiram para São Paulo proposto para abriu um supermercado e embalar os produtos a granel. A empresa foi batizada com o nome do moderno trem-bala lançado no período no Japão: Hikari. Atualmente, são mais de 300 produtos da Hikari nas prateleiras brasileiras e alguns produtos alcançaram o mercado internacional (REVISTA DA INDÚSTRIA FIESP/CIESP, 2008, p. 37).

3. A INSERÇÃO DO INDUSTRIAL NIPO-BRASILEIRO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO INTERIOR PAULISTA.

A mobilidade populacional japonesa entrou no circuito dos movimentos migratórios internacionais devido à explosão demográfica, ao desemprego e à fome. Isto ocorreu após a Era Meiji, de 1868, que foi o marco da transição da gestão do território nipônico que era agrário-feudal para urbano-industrial-capitalista. Ademais, o Japão passou a ser mais um país fornecedor de trabalhadores aos países ocidentais, em especial da América do Norte e do Sul. Para Sakurai (2000), o Brasil foi a última e única escolha dos emigrantes japoneses porque as outras nações começavam a fazer restrições a essa etnia.

Nesse sentido, a emigração japonesa para o Brasil atendia às necessidades desses dois países, por isso ambos subsidiaram essa corrente imigratória. O Japão buscava se livrar de uma massa de excluídos e também construir uma interação comercial mundial. O Brasil, por sua vez, precisava de braços para a lavoura cafeeira e alguns cafeicultores estavam de "olhos abertos" no potencial mercado consumidor de café do Sudeste Asiático. Apesar de interesses diferentes, o momento geo-histórico aproximou esses países pela mobilidade da força de trabalho.

A partir de 1908, iniciava a entrada de trabalhadores nipônicos assalariados no Brasil, estimulada pelos fazendeiros e subsidiada pelo governo paulista, até 1924. Esse fluxo diminuiu devido à crise da superprodução cafeeira, que já não necessitava mais de um grande contingente de mão-de-obra. Logo em seguida, o Japão ainda precisava liberar o seu excedente populacional, por isso continuou enviando os seus patrícios pelas empresas de colonização até 1942, arcando, assim, com todos os custos da viagem e instalação no Brasil. Foi dessa forma que a corrente imigratória entre esses dois países se concretizou.

A reterritorialização dos japoneses aconteceu recentemente na república brasileira. Tal territorialização se inseriu na dinâmica capitalista em expansão no Brasil que passara por profundas transformações, dentre elas: a) a lei de Terras e Colonização, de 1850; b) o fim do trabalho escravo e o início do trabalho assalariado; c) a ocupação do interior do país; e, por último, d) a imigração europeia e asiática. As grandes levadas migratórias que chegaram para trabalhar e viver no Brasil mexeram com as bases étnico-culturais balizadas no índio, no branco português e nos negros, acrescentando outros grupos como os italianos, alemães, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses. Logo depois, todos esses imigrantes se fixaram e se enraizaram, contribuindo para a formação multiétnica do povo brasileiro. É neste contexto que compreendemos o imigrante japonês e seus descendentes como nipo-brasileiros.

Historicamente, foi em abril de 1908 que partiram, do porto de Kobe, no Japão, os primeiros imigrantes japoneses no navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (SAITO, 1961). Essa primeira leva de imigrantes desembarcou em junho do mesmo ano no porto de Santos, sendo levados para a hospedaria do imigrante e, depois, encaminhados às fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo (foto 1).

A imigração japonesa no Brasil concentrou-se, principalmente, no Estado de São Paulo, mais especificamente na região metropolitana e, no interior, nas regiões do Vale do Ribeira, da Mogiana e do Oeste Paulista. Além disso, instalaram-se também na Amazônia e no Pará, em meados da década de 1930, onde cultivaram diversas culturas, em especial a pimenta-do-reino que capitalizou alguns nipônicos na região Norte.

A mobilidade para o trabalho do imigrante japonês no Estado de São Paulo esteve relacionada à busca da sua independência financeira, por isso eles procuraram outras regiões com terras mais baratas e férteis. A população migrante veio das *Velhas Zonas* de Café da região de

Ribeirão Preto, Vale do Ribeira e Baixada Santista (SUZUKI, 1973; SAKURAI 1995). Essa mobilidade teve como foco o Oeste Paulista, após a construção da estrada de ferro, que possibilitou a ocupação de parcela do interior paulista.

Foto 1: A Família Matsuda no Japão antes da migração de Schiciro.



Fonte: Carvalho e Suzuki (2008).

Assim, o Noroeste era composta pelos municípios de Bauru, Lins, Araçatuba e Cafelândia, foi a primeira região a agregar os *colonos* japoneses, em 1930, para o cultivo do café. A outra região, a Alta Sorocabana, estava representada pelas cidades de Presidente Prudente, Assis, Rancharia e Presidente Epitácio, que cresceram na década de 1940 pela dinâmica da cotonicultura. A Alta Paulista tinha um grande contingente de imigrantes nipônicos que chegaram a partir do final da década de 1930, devido ao cultivo de algodão (SAKURAI, 1995).

Os núcleos de colonização japonesa da Alta Paulista e Noroeste foram centros de produção agrícola, as colônias que mais se destacaram foram Bastos (formada pela companhia Bratac) e Aliança I e II (criada por uma instituição religiosa) localizada em Mirandópolis. Além disso, algumas colônias foram originadas de iniciativas espontâneas, como aconteceu na Alta Sorocabana, com a colônia Brejão.

A *marcha pioneira* para o Oeste do Estado deu-se com a expansão da cafeicultura, no final do século XIX, e foi estimulada pela disponibilidade de terras (fazendas, sítios e florestas), pela introdução da mão-de-obra imigrante (italianos, japoneses etc), pela tecnologia da mecanização agrícola (máquina norte-americana *Lidgewood*²⁷), pela construção das linhas férreas e estradas de circulação rodoviária. Ademais, a economia cafeeira apresentou uma estrutura capitalista (com grandes propriedades) e sua expansão implicou na ocupação das terras interioranas.

Nessa perspectiva, a dinâmica do uso e da apropriação do território do Oeste Paulista deu-se, primeiramente, pelos índios. Posteriormente, pelos mineiros que fugiam da decadente economia mineradora de Minas Gerais e das crises políticas (Revoltas Liberais de 1842 e Guerra do Paraguai 1864-70). Logo depois, pelos fazendeiros e sitiante devido à dinâmica e os reflexos da superprodução cafeeira. A ocupação do território do Oeste Paulista, por todos esses sujeitos, ocorreu baseada em processos socioeconômicos: a) os nativos procuravam fazer tarefas como caça, pesca e rituais culturais; b) os mineiros trabalhavam com a criação e comércio de gado para Mato-Grosso e Goiás; e, c) por último, os fazendeiros buscavam aumentar a produção de café avançando em direção ao interior, procurando terras produtivas. Na seqüência, os sitiante vieram para comprar e/ou arrendar terras para dinamizar a sua pequena produção agrícola (MONBEIG 1984; D´INCAO & NASCIMENTO 2007).

²⁷ Segundo Silva (1995) com a introdução dessa máquina na economia cafeeira aumentou a produtividade da lavoura.

O movimento de ocupação capitalista ocorreu com os mineiros que foram os primeiros brancos a habitarem e desenvolverem uma atividade econômica na região, em meados de 1850-60. Logo depois, num outro movimento mais rápido, vieram os fazendeiros ocupando o interior paulista pela dinâmica da economia cafeeira chegando à região no decênio 1900-10 (MONBEIG 1984; D'INCAO & NASCIMENTO 2007). Porém, foi somente entre as décadas de 1920 e 1930, que ocorreu efetivamente a fixação do imigrante japonês e seus descendentes no Oeste Paulista. Assim, o processo de reterritorialização dos nipo-brasileiros deu-se pela dinâmica da *frente pioneira* para o interior paulista, centrada na expansão da cafeicultura.

Os imigrantes japoneses foram atraídos ao Oeste Paulista porque pretendiam se tornar sitiantes e se livrar do regime de *colonato*. Os lotes adquiridos pelos nipônicos foram comprados, na sua maioria, junto aos grandes fazendeiros ou empresas de colonização.

Os loteamentos tinham como ponto de partida as grandes propriedades, as glebas, cobertas de florestas e abrangendo centenas e milhares de alqueires e que eram divididas em propriedades menores (fazendas) ou em pequenos lotes (sítios). Por sua vez, os próprios fazendeiros procediam a fragmentação de suas terras, reservando-as as melhores porções, os espigões para plantar o café e vendendo as regiões impróprias, os fundo de vale, para os sitiantes (VIEIRA, 1973, p. 65).

Assim, confirmando o que Vieira (1973) afirma sobre os lotes localizados nas encostas e nos fundos de vale, Monbeig (1984, p. 230) relata que *nas fazendas loteadas por japoneses, uma estrada contorna cada pequena bacia hidrográfica, que assim é utilizada como unidade para traçado dos lotes*. Próximo à estrada eram construídas as casas e a parte mais elevada era utilizada para o plantio de culturas. A estrada facilitava tanto a circulação de mercadorias como o acesso à cidade.

Os latifundiários venderam suas propriedades ou partes delas para saldar dívidas adquiridas na crise da cafeicultura pós-1929. O parcelamento das fazendas pela venda de lotes rurais deu início pelas áreas impróprias de terrenos acidentados e fundos de vales. Desse modo, o minifúndio dinamizou o acesso dos imigrantes japoneses ao trabalho autônomo e à posse da terra. A adaptação do nipônico na pequena propriedade privada pode ser compreendida pela sua significativa participação na produção da cultura do algodão e dos hortifrutigranjeiros. Contudo, sobre o parcelamento das propriedades rurais, Bomtempo (2007) apresenta um bom exemplo sobre a estrutura fundiária em um município de pequeno porte dinamizado por nipo-brasileiros.

[...] a estrutura fundiária do município de Álvares Machado se difere dos demais municípios do Pontal do Paranapanema e da região Oeste de São Paulo, pois a presença do imigrante japonês, possibilitou que a terra fosse vendida em pequenos e médios lotes. De acordo com dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2005), Álvares Machado possui 1.217 propriedades rurais, sendo que, 773 são minifúndios, 387 são pequenas propriedades, 57 são médias propriedades e apenas 6 são grandes propriedades (p. 7).

O território do Oeste Paulista foi denominado por Handa (1987) de *Zona de Ocupação dos Primeiros Sítiantes Independentes* nipo-brasileiros. A nosso ver, sua constituição ocorreu pela formação do mercado capitalista do interior paulista balizado pelo trabalho autônomo dos imigrantes, pela pequena propriedade rural, pelas redes de sociabilidade e, por fim, pela policultura e/ou modernização da agricultura. Desse modo, as diversas territorialidades dos japoneses na agricultura deram-se pela cultura do café, algodão, hortelã e amendoim, também, pela criação do bicho da seda e da granja avícola, mas, sobretudo, a partir da prática da policultura com trabalho familiar.

Neste processo de colonização, a terra era o elemento básico para o desenvolvimento socioeconômico. A partir disso a cultura do café

provocou um crescimento econômico acentuado no Oeste Paulista, proporcionando lucros aos fazendeiros e atraindo um grande contingente de mão-de-obra imigrante. Com o "crack" da bolsa de valores de Nova York em 1929, ocorreu o declínio dessa monocultura de exportação devido à crise do sistema capitalista no período. O café foi substituído pelo cultivo de algodão e, também, por investimentos em comércios e indústrias.

A partir de 1930, a cotonicultura foi favorecida pela expansão da indústria têxtil brasileira e pela exportação do produto. Tal cultura proporcionou um impulso econômico para o Oeste, principalmente com a introdução do algodão fibra longa, que tinha bons preços no mercado internacional. Devido à produção do algodão, ocorreu a instalação de indústria para o beneficiamento do produto. Com o aparecimento da fibra sintética, em 1950, acentuou-se o declínio da cotonicultura, juntamente com o enfraquecimento do solo pelas duas culturas: café e algodão (MEDEIROS, 2002).

Por outro lado, a cultura do amendoim, na década de 1960, atingiu o seu ápice e tornou o Oeste Paulista um dos maiores centros produtores do Brasil. Para Medeiros (2002), um dos pontos favoráveis ao produtor era a possibilidade de se fazer duas colheitas anuais, esta foi uma alternativa para as empresas processadoras de óleo que, instaladas no Oeste paulista desde a década de 1940, substituíram o óleo de algodão pelo de amendoim. A partir dos anos 1970, houve uma redução da área cultivada com amendoim. Logo depois, esta cultura volta a ter destaque na região de Marília tendo centralidade nas indústrias confeitarias que atendem o mercado nacional.

A produção agrícola do Oeste Paulista, a partir de 1950, passou a ter um papel secundário em relação à pecuária de corte/leite, à especulação imobiliária urbana e à indústria. Assim, quando a agricultura de monocultura entrou em declínio, começam a se destacar os imigrantes

japoneses com o plantio das culturas hortifrutigranjeiros (legumes, verduras, ovos e outros produtos de feiras livres), soja (para fazer o shoyu²⁸) e granja avícola.

Na pequena propriedade rural, os nipônicos procuravam também cultivar batata-inglesa, feijão, amendoim e hortaliças. Outra cultura que possuía um excelente mercado no Brasil e no exterior era a de hortelã, para a fabricação de menta. A região se destacou nesta produção, nas décadas 1940-50, sendo uma das maiores produtoras no referido período²⁹. Porém, a lavoura de hortelã entrou em decadência na década de 1960, surgindo, assim, pluralidades de culturas e criações na pequena propriedade privada, que forneciam alimentos ao Ceasas (Centrais de Abastecimento) e às feiras livres (foto 2).

Contudo, devemos ressaltar a ligação dos nipônicos com a cultura do algodão.

A identificação entre algodão e pequena propriedade deve ser acrescentado um terceiro elemento: o japonês. Com efeito, o grosso da imigração japonesa desembarcou em Santos no exato momento em que os agricultores paulistas lançavam-se na cultura do algodão. Já em 1920, quando a queda do preço do café, japoneses recém-chegados começaram a plantar algodão. Foi então que se viu a chegada da massa da imigração amarela, dirigida inteligentemente e preparada, antes do embarque no Japão, para do algodão. É incontestável que os pioneiros japoneses asseguram o sucesso do algodão na sua fase inicial (MONBEIG, 1984, p. 288-289).

A produção do algodão e o assentamento populacional da imigração tutelada japonesa³⁰ no Oeste Paulista ocorreram por meio dos

²⁸ Popularmente difundido na culinária brasileira como molho de soja.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ De acordo com Sakurai (2000) a imigração japonesa configurou-se de forma tutelada porque foi estimulada, dirigida e subsidiada: "*é tutelada, porque é amparada, desde o início, por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo japonês. A imigração japonesa diferencia-se das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal*

investimentos do governo japonês nas companhias de emigração *Bratac* e *Brazcot*, que foram responsáveis pela compra de terras, insumos agrícolas, transporte, venda e exportação do algodão. Em menor escala, essas empresas privadas atuavam no cultivo de outros produtos, como café, arroz, amendoim, construção de usinas de açúcar e criação do bicho da seda. Investiram em casas bancárias para financiar a produção da pequena propriedade privada, pois os bancos comerciais, nacionais e estrangeiros financiavam somente as grandes produções e as agroindústrias. Os bancos japoneses que se destacaram na época foram três: Casa Bancária Tozan, Banco Noroeste e Banco América do Sul.

Todavia, foi com o trabalho independente na lavoura de algodão como arrendatário e/ou meeiro que os japoneses conseguiram adquirir a sua propriedade privada. Com a cultura do algodão alguns tiveram uma significativa participação no desenvolvimento territorial e, paralelamente, uma ascensão social.

Isto quer dizer que muitos imigrantes japoneses, antes de conseguirem a aquisição de pequenas propriedades no Oeste Paulista, trabalharam por muito tempo como arrendatários em outras fazendas, onde a produção era dividida normalmente desta maneira: metade para o trabalhador que arrendou a terra e a outra metade para o dono da propriedade. Foi com muito trabalho que os nipônicos compraram o seu primeiro lote rural. Mas, mesmo com muito labor, uma significativa parcela dele(s) não chegou a ser proprietário de um lote rural.

japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso” (p. 202). Para a autora, a tutela aconteceu desde o local de origem (aldeia/cidade) até o destino final (outros países). Começou após a modernização do Japão (1868) e teve sua duração até o início da II Guerra Mundial. A nosso ver, a imigração tutelada tinha duplicidade de interesse. A primeira era permanência dos japoneses pobres nos locais receptores, para que não houvesse a imigração de retorno, contrariando as ilusões dos nipônicos em voltar à terra natal ricos. Já a segunda era pelo interesse econômico iniciado pelas empresas de colonização no transporte desses imigrantes, mas depois pela dinâmica agro(industrial)-exportadora. Enfim, a economia além-mar foi um dos pilares da economia capitalista japonesa tendo como produtores (algodão e fios de seda) os imigrantes nipônicos.

Foto 2: O casal Nakaya na pequena propriedade em Promissão/SP.



Fonte: Trabalho de campo 2009.

Também, destacamos a participação do nipo-brasileiro na criação do bicho da seda e da avicultura no Estado de São Paulo. Contudo, a sericultura emergiu como uma alternativa à produção de algodão na década de 1930, atingindo o seu ápice durante a II Guerra Mundial. Foram os japoneses e os italianos que trouxeram de suas pátrias a técnica

sericícola³¹. Assim, com a expansão dessa criação surgiram as indústrias de fiação de seda tendo como referência regional a empresa Bratac³². Tal ciclo se deteriorou no período conturbado da guerra, como podemos verificar em Viera (1973):

[...] a manutenção da continuidade da produção agrícola, orientada para os mercados exteriores, colocou os japoneses diante de um dilema: continuar a produzir algodão, casulos de bicho-da-seda e menta, implicava em colaborar e servir aos interesses dos inimigos do Japão. Essa verificação levou a maioria dos japoneses a renunciar a esse tipo de produção, especialmente a sericultura. Formaram-se, também, grupos de controle visando pressionar os recalcitrantes e impedir a continuidade da produção que pudesse favorecer os inimigos do Japão (VIEIRA, 1973, p. 236).

Consideramos que a estrutura social japonesa construída no Brasil entrou em crise quando os líderes das empresas japonesas e das colônias voltaram para o Japão em função da guerra. Com isso, emergiram organizações secretas³³ de caráter nacionalista e duvidoso que tinham por finalidade preservar e re-orientar o espírito japonês na sociedade

³¹ As atividades econômicas nipo-brasileiras ficaram bastante limitadas no período da guerra e a recuperação econômica deu-se pela sericultura devido à paralisação da produção de fios de seda no Japão e na Itália. Ambos os países eram os maiores produtores de seda mundial (SALGADO, 1971).

³² Mita (1986) descreveu que tanto a produção como a industrialização da seda tinha centralidade na cidade de Bastos. "*Em 1945, havia em Bastos 7 fábricas de fiação de seda: Fiação de Seda Bratac, Fiação Ueda, Fiação Cooperativa de Sericultura de Bastos, e mais quatro pequenas fábricas particulares* (p.97).

³³ A associação secreta de maior expressão do período foi a *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) criada por ex-militares japoneses que dinamizavam atos terroristas contra os seus patrícios derrotistas e, paulatinamente, foram agregando mais súditos chegando a cerca de 100 mil japoneses no Brasil. Ademais, tinha como ideologia voltar à terra natal ou migrar para as colônias japonesas no Sudeste Asiático após a guerra (MITA, 1986). O relato oral de um ex-militante da *Shindo Reinmei* que foi preso pelo assassinato do diretor da Cooperativa de Bastos mostrou como os japoneses estavam confusos e perturbados: "[...] comecei a pensar que desde 1941 (quando rompeu a guerra entre o Japão e os Estados Unidos) que criar bicho-da-seda e plantar hortelã só serviria para auxiliar os inimigos do Japão. Mas cheguei também à conclusão de que plantar algodão e arroz serviria ao inimigo que é o Brasil. Portanto, a melhor maneira de viver para os trabalhadores japoneses era só plantar verduras" (VIEIRA, 1973, p. 237).

brasileira. Toda *comunidade* nipo-brasileira que se dedicava a produção de algodão, de mentol e à fiação de seda foi convidada a interromper as suas atividades sob pena de represálias, pois, segundo os seguidores dessas organizações, as exportações de tais produtos fortaleceriam os norte-americanos, então inimigo do Japão.

Depois da guerra, a seda (nipo)brasileira passou a competir com o fio de seda japonês no cenário internacional e teve uma grande perda de mercado devido à baixa qualidade do produto e ao preço alto. Por sua vez, a sericultura cede espaço para a prática da avicultura, cujo início deu-se pela utilização da estrutura sericícola para montar as granjas avícolas. A melhoria nas condições técnicas de criação pelos galpões de gaiolas atraiu grandes empresas particulares na produção e comercialização dos ovos, com o objetivo de atender o mercado nacional³⁴. Sem sombra de dúvidas, a avicultura associada à policultura dinamizou o espaço agrário dos municípios com maior expressão de nipo-brasileiros, em especial Bastos/SP, que já foi o principal produtor nacional de ovos. A feira/exposição dessa cidade chegou a receber o nome de “Festa do Ovo”.

De modo geral, entendemos que a *frente pioneira* estava atrelada à fronteira agrícola paulista. Tal frente era um ciclo de recuperação econômica que vigorou nesse território de 1930-1950 e que ajudou na formação do mercado interno do interior paulista, estruturado na produção agrícola/pecuária, no pequeno comércio e na atividade artesanal fabril. Como consequência disso, visualizamos um acelerado crescimento das cidades e do contingente populacional devido às migrações. Esse mercado foi criado pelo Estado com estímulo à formação e consolidação da dinâmica econômica capitalista interiorana baseada na *substituição de importações*.

³⁴ Cf. Salgado (1971, p. 61-62).

Várias cidades no Oeste do Estado emergiram de vilarejos situados inicialmente dentro de fazendas, depois próximos às estradas e no eixo das linhas férreas. Nesse sentido, segundo Camagni (2005), o processo de aglomeração urbana trata-se de um conjunto de pessoas e atividades que foram instaladas num espaço de forma concentrada. Nela é evidente a formação de um núcleo urbano que nada mais é que uma aglomeração de grupos humanos e seu ambiente construído. Estes encontrariam mais vantagens pessoais, econômicas, políticas e culturais nessa forma de sociabilidade.

Por outro lado, Sposito (1994) define o aglomerado como,

[...] local onde, historicamente, alojou-se o grupo encarregado de gerenciar e consumir excedentes agrícolas, diferentemente das áreas de produção agrícola, ao qual se juntaram os artesãos, militares e funcionários ligados ao Estado. Constitui-se assim, um núcleo populacional dependente dos alimentos produzidos na zona rural, e cujas atividades são predominantemente o comércio, a indústria e os serviços (p. 23).

O aglomerado urbano pode ser compreendido como cidade. Ele esteve balizado pela população e pelas determinações econômicas (produção, circulação, troca e consumo). A cidade que se formou precisa ser entendida como uma forma de produção do espaço urbano produzido, ou seja, um bem material. Ao contrário disso, o urbano produziu a cidade pela forma de consumir, pensar e sentir – é um modo de vida diferente (CARLOS, 1994).

Desse modo, as cidades com “influências nipo-brasileiras³⁵” como Marília/SP, Presidente Prudente/SP e Pompéia/SP, historicamente, se

³⁵ São cidades originadas por colônias japonesas (Bastos/SP e Álvares Machado/SP) ou por terem uma maior expressão de nipo-brasileiros (Marília/SP, Pompéia/SP e Presidente Prudente/SP). Tal expressão se deve pelo número de indivíduos e quantidade de famílias descendentes de japoneses, pelas associações culturais e esportivas, por fim, pelo número de indústrias de médio à grande porte de propriedade

localizaram perto dos espigões, em áreas de plantações de café e próximas dos eixos de circulação. Várias pequenas fundações, como Álvares Machado/SP e Bastos/SP, foram originadas em fundos de vales e terrenos acidentados ou em colinas amplas distantes de eixos de circulação, tendo, assim, um papel secundário na rede urbana. A colônia japonesa de Álvares Machado assentou-se numa região com características de fundo de vale, por isso o nome colônia Brejão. De modo geral, as cidades maiores apresentaram uma urbanização mais acentuada desde sua fase inicial, em detrimento das cidades pequenas.

O trilho e a estrada de rodagem criam os sítios favoráveis às fundações urbanas. A facilidade das relações com as velhas zonas e com os desbravamentos opera uma verdadeira seleção entre os patrimônios, para transformá-los em cidades. (MONBEIG, 1984, p. 347).

Normalmente, a cidade tinha uma praça central, uma igreja e um centro comercial. As lojas destinam seus produtos (alimentação e vestuários) aos sitiantes. Posteriormente, o comércio (armazéns, bazar, joalheria, papelaria, tecidos etc.) e os estabelecimentos de máquinas (desencaroçar algodão, descascar arroz e despolar café) se destacam na economia do aglomerado. Outras características mostravam a evolução morfológica da cidade, como: hotéis, bancos, escolas e postos de saúde. Juntamente com os espaços de uso coletivo: praça, parque, cinema, clubes, associações. Além das infra-estruturas: ruas pavimentadas, rede de distribuição de água e rede elétrica. A partir daí, a cidade estabelecia um ritmo de crescimento próprio, dependendo somente da sua situação/ inserção na rede urbana das cidades do interior paulista.

A lógica das dinâmicas territoriais das cidades no Oeste do Estado aconteceu dessa forma e seu desenvolvimento histórico pode ser

de nipo-brasileiros. Contudo, as cidades de Marília/SP e Presidente Prudente/SP são sedes administrativas regionais, já as outras cidades são de pequeno porte (Álvares Machado, Bastos e Pompéia) e inseridas nas redes dessas sedes pólo regional.

analisado pelas idéias de Camagni (2005). Para esse autor, as funções urbanas delinearão as características específicas da cidade, sua especialização e seu papel na divisão territorial do trabalho. Ao lado de outros elementos que permitiram o sustento básico da população urbana associado às atividades complementares. Os aglomerados urbanos deveriam produzir suas mercadorias visando à exportação de modo a atrair mais capital para a cidade e a aumentar o nível de competitividade do(s) produto(s) daquela localidade. Assim, a cidade tem que ter uma abertura muito maior para o comércio exterior e importar bens primários, já que a produção urbana deve ser de bens de serviços, assim, a exportação para a cidade era fundamental para sua dinâmica socioeconômica. Tal desenvolvimento das cidades despertou desde o início interesse dos nipônicos não-agricultores, por isso vários deles migraram para o espaço urbano.

A presença do imigrante japonês em espaços urbanos do Oeste Paulista deu-se porque as cidades formadas à beira dos trilhos tornaram-se espaços de concentração da população, da produção e dos serviços. Eles procuraram o trabalho autônomo e não o assalariado, objetivando a sua independência financeira. Assim, alguns deles se tornaram pequenos empresários urbanos quando abriram pensões, instalaram armazéns, bares, lojas e oficinas (foto 3). Além disso, muitos trabalhavam como empregados em atividades urbanas e nas empresas japonesas (Bratac, Brazcot, Banco Tozan, Banco Noroeste e Banco América do Sul).

Apesar de mencionarmos apenas as atividades urbanas, a dinâmica econômica ainda era subordinada às agroindústrias beneficiadoras, que serviam de suporte à produção agrícola, como: as cooperativas, os armazéns, os bancos e as transportadoras. Tal economia dinamizou o comércio e a pequena produção artesanal, formando, assim, o mercado regional. A cidade também atraiu um número de profissionais especializados. Alguns nipônicos, por valorizar os estudos, tornaram-se

médicos, advogados, engenheiros e dentistas. Por sua vez, um número reduzido de nipo-brasileiros tornou-se industriais.

Dentro desse cenário, emergiram as indústrias locais de iniciativas de imigrantes japoneses, que começaram com as suas pequenas atividades artesanais na década de 1940 (ligados ao ramo de bens de consumo), visando atender o mercado regional. Ao longo do tempo, as indústrias nipo-brasileiras se especializaram na produção de molho de soja, de bebidas, de alimentação, de sementes selecionadas, de nutrição animal, de equipamentos agrícolas e de esquadilhas metálicas, atingindo a escala nacional e, em alguns casos, a internacional.

Foto 3: O armazém da família Matsuda em Álvares/SP.



Fonte: Carvalho e Suzuki (2008).

Nessa perspectiva, Butusgan (1980) analisou na década de 1970, a participação do imigrante japonês e seus descendentes na dinâmica econômica de Presidente Prudente/SP. Os nipo-brasileiros participaram de forma mais significativa nos setores agrícolas como grande, médio e

pequeno sitiante, e tinham a policultura como base. Já no espaço urbano, dedicaram-se nos setores do comércio com participando na Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente, na qual representavam 16% do total. Como profissionais liberais atuaram mais nas especialidades de médicos, engenheiros e advogados. Isto pode ser verificável, também, na cidade de Marília, onde a atividade agrícola, a partir da década de 1960, começa a perder espaço para as atividades especializadas e não especializadas. (vide o quadro 9).

De modo geral, vários nipo-brasileiros buscaram êxito econômico e *status* social em empregos urbanos (operários, funcionários públicos, comerciários, e prestadores de serviços), sendo em alguns casos, por meio das atividades de profissionais liberais e das atividades intelectuais (professores universitários, escritores, etc.) devido aos investimentos da família na educação dos filhos. Os resultados dessa conquista aconteceram pela organização do trabalho laboral regida pela disciplina da cultura nipônica. Também foi perceptível a participação dos nipo-brasileiros em nichos de atividades comerciais e de prestação de serviços com características mais refinadas e/ou tecnológicas: fotográfica, ótica, joalheria e relojoaria. Ao longo do tempo-espaço, a ascensão social de alguns nipo-brasileiros ocorreu "graças" ao grau de especialização do trabalho e pelo nível técnico de instrução que teve uma paulatina evolução.

Quadro 8: Distribuição das atividades e ocupações de chefes de famílias em Marília (1964).

ATIVIDADE E OCUPAÇÕES	ISSEI	NISSEI
-----------------------	-------	--------

I – Atividades ligadas à agricultura		
1) Fazendeiros (proprietários-empregadores)	6	-
2) Chacareiros e sitiantes (lavradores)	36	27
3) Administradores	1	-
II – Atividades urbanas		
1) Trabalho não especializados	23	37
2) Ofícios especializados	102	82
3) Atividades ligadas ao comércio		
a) Comerciantes	143	20
b) Comercários	28	63
4) Serviços de escritórios	17	58
5) Industriais	14	1
6) Profissionais Liberais	11	15
7) Indeterminada	1	-
Total	382	303

Fonte: adaptado em Vieira (1973, p. 106).

Para Abreu (1972), os imigrantes que tiveram a iniciativa de abrir na região suas unidades fabris artesanais não possuíam condições financeiras para adquirir/trabalhar na agricultura devido ao preço da terra. Com isso, fizeram parte da migração campo-cidade no grande êxodo rural do país entre as décadas de 1960-70. A nosso ver, o imigrante japonês foi um típico exemplo dessa conjuntura de mobilidade espacial e de dificuldade de acesso à terra.

Contudo, Viera (1973) afirma que, em Marília/SP, havia somente um pequeno número de industriais nipônicos devido à falta de capital desses imigrantes para montar o negócio. Isso significa dizer que os nipo-brasileiros tiveram diversos problemas para iniciar o trabalho autônomo e

a independência financeira tanto no espaço agrário como no espaço urbano, porque era uma força de trabalho barata e explorada pelos agentes do capital, por um lado, muitos não tinham noções das técnicas produtivas, de empreendimentos e do mercado levando-as à falência, por outro lado.

Assim, a trajetória do industrial nipo-brasileiro misturou-se com a história da formação territorial do Oeste Paulista, porque foram iniciadas quase que concomitantemente. Com isso, a geo-história do nipo-brasileiro estava balizada na trajetória mútua: imigrante japonês e aglomerado urbano-industrial.

4. O INDUSTRIAL NIPO-BRASILEIRO NO CONTEXTO DO OESTE PAULISTA.

A indústria privada familiar nipo-brasileira emergiu do pequeno artesanato e do comércio que foi motivada por uma incipiente burguesia industrial paulista interiorana. Isso ocorreu especialmente nos lugares em

que a colônia japonesa era pujante. Da fabriqueta de *shoyu* à oficina de concerto os imigrantes nipônicos começaram a sua modesta empresa se destacando na embrionária produção industrial. Pelo saber-fazer (domínios de técnicas antigas familiares) do imigrante e pela oportunidade de negócios (entrada em nichos de mercados) na *frente pioneira paulista*.

Tais indústrias foram estimuladas indiretamente pelo Estado brasileiro devido à formação do mercado interno paulista que estava balizado na *marcha para o Oeste*, nas ferrovias, na economia algodoeira, nas vendas de lotes/terras (rural e urbana) e, sobretudo, na migração estrangeira. O Estado japonês também contribuiu de forma indireta por meio das empresas de colonização que assentaram parte dessa população no Brasil, ajudando na reterritorialização dos mesmos, apoiando na produção técnico-agrícola (financiando/capacitando) de vários pequenos produtores.

Foi dentro dessa estrutura e conjuntura que nasceram as indústrias privadas nipo-brasileiras, de forma modesta através do acúmulo de capital (poupança) na lavoura que, posteriormente, foi investido no comércio e/ou na pequena atividade fabril-artesanal-familiar, atendendo, assim, o mercado local/regional. Em poucas palavras, o desenvolvimento industrial do interior paulista não precisou dos subsídios do poder público para se iniciar e se manter, pois o industrial se utilizou, paulatinamente, de seus recursos próprios para expandir os investimentos em modernização industrial, visando diversificar a produção e ampliar os mercados como qualquer outra empresa capitalista, como veremos neste capítulo.

Também, devemos ressaltar, que o processo de industrialização do Oeste Paulista foi pouco expressivo em relação às outras atividades econômicas (agricultura, comércio e serviços) em nível regional e estadual. Por outro lado, os empresários regionais não investiam no ramo industrial, mas na agropecuária e em imóveis urbanos devido à facilidade de ganhos monetários e do baixo risco financeiro. Contudo, incentivavam

os investimentos externos na industrialização regional. Os próprios empresários não se arriscavam diretamente no ramo industrial. Diante desse quadro, surgiu o imigrante nipônico interessado no setor secundário, diferentemente de outros empresários regionais que propagavam o discurso industrializante, mas investiam em outros segmentos.

Assim, para darmos conta de explicar a indústria privada familiar nipo-brasileira no Oeste Paulista pela sua fase fabril-artesanal e, depois, pela sua fase de modernização na condição de fábrica, utilizaremos dois pressupostos teóricos para desvendar a realidade, dando ênfase aos aspectos econômicos e culturais do imigrante japonês na formação territorial industrial do Oeste Paulista, conforme indicamos anteriormente.

O primeiro referencial teórico de interpretação sobre a indústria artesanal balizado no migrante é o conceito de *pequena produção mercantil* de Armem Mamigonian (1976 e 2000) que analisou o processo de industrialização brasileira pelo viés histórico-econômico. Mamigonian afirma que esses imigrantes foram importantes para o capitalismo industrial do Brasil, porque tinham uma capacidade produtiva e de consumo superior aos escravos, bem como, uma habilidade de produzir e comercializar artefatos (resquícios de um domínio do saber-fazer individual/familiar herdados de um tempo pretérito). Alguns desses migrantes se tornaram grandes comerciantes exportadores-importadores e industriais pela dinâmica da indústria artesanal e de beneficiamento. Tal indústria teve origem no complexo cafeeiro que, com o crescimento do mercado paulista, espalhou-se paulatinamente pelo território brasileiro.

Já o outro suporte teórico de explicação da modernização da indústria nipo-brasileira nessas últimas décadas está fundamentado em Schumpeter pelo desenvolvimento do comportamento dos empresários em *innovar/empreender*. Para o autor, a dinâmica do capitalismo é dada pelas inovações tecnológicas e pelos modos de combiná-las. A acumulação de capital por parte dos empresários somente acontece pelo avanço

tecnológico que altera velhos paradigmas produtivo-técnicos, buscando, assim, produzir novos produtos e descobrir e criar novos mercados. Enfim, a função de inovar cabe ao empresário que acaba promovendo (ou não) o desenvolvimento econômico.

É dentro desses dois contextos teóricos que compreendemos a indústria privada familiar nipo-brasileira pelo elemento da geo-história da abordagem territorial. Visualizamos, aqui, o industrial nipo-brasileiro como um trabalhador assalariado e consumidor comedido que acumulou um pequeno capital no campo e investiu na cidade como comerciante e/ou pequeno artesão/industrial. Com a oportunidade de negócio apostou no saber-fazer e no(s) produto(s) de certo nicho de mercado, expandindo sua pequena produção fabril que, gradativamente, era inserida na modernização pela capacidade empreendedora do fundador da empresa que sempre buscava introduzir novas técnicas/tecnologias e novos produtos, com isso acabou desenvolvendo sua empresa e o setor industrial no Oeste Paulista.

Diante do exposto, analisaremos a dimensão sócio-econômica das indústrias nipo-brasileiras pela(o): a) presença do capital familiar local; b) saber-fazer e visão de negócio do imigrante; c) ampliação do mercado consumidor local/regional; d) transformação e agregação de valor nos produtos; e) participação da mão-de-obra familiar (homens, mulheres e crianças); f) capital próprio balizado na venda do produto; e, por fim, g) invenção e inovação do imigrante japonês e seus descendentes. Tais características territoriais das industriais nipo-brasileiras nos permitem entender as transformações aceleradas em algumas das unidades produtivas dos empresários nipo-brasileiros desde a fase artesanal até a fábrica.

Nesse sentido, as indústrias do Oeste Paulista, de certo modo, foram fomentadas pelas iniciativas de imigrantes japoneses e italianos. Estes começaram com as suas pequenas atividades artesanais na década de 1940, ligadas ao ramo de alimentação e bebidas, atendendo ao

mercado local/regional. Posteriormente, dessas indústrias, destacaram-se as empresas japonesas na produção de molho de soja, bebida, granja avícola, fiação de seda, máquinas e equipamentos agrícolas, conforme descrevemos no capítulo 2. Juntamente com essas indústrias nipo-brasileiras, outras se expandiram, dando uma nova dinâmica à industrialização regional que, ao longo do espaço-tempo, foi se especializando na produção de alguns tipos de alimentos e de venezianas (janelas metálicas) em Marília/SP, molho de soja e bebidas em Presidente Prudente/SP, sementes e nutrição animal em Álvares Machado/SP e equipamentos agrícolas em Pompéia/SP (quadros 10 e 11 - mapa 1).

A trajetória dessas indústrias familiares nipo-brasileiras se misturou com a história da industrialização no Oeste Paulista. Os donos tiveram como motivação as substituições de importações. Atualmente, essas empresas são de médio a grande porte e de capital familiar local.

Quadro 9: As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista I.

Indústria	Fundador da Indústria	Chegada no Brasil	Instalação da Indústria	Origem Japonesa
Máq. Agr. Jacto S/A	Shinji Nishimura	1932	1948	Issei (1 geração)
Matsuda Imp. Ltda.	Shichiro Matsuda	1935	1948	Issei (1 geração)
Sakura Nakaya Alim. Ltda.	Suekichi Nakaya Hidekazu Nakaya	1932	1947	Issei (1 geração)
Sasazaki Ind. Com. Ltda.	Kosaku Sasazaki Yusaburo Sasazaki	1932	1943	Issei (1 geração)

* Issei é a primeira geração de descendentes de japoneses no Brasil.

Fonte: FIESP/CIESP de Pres. Prudente e Marília. Trabalho de campo 2008-2009.

Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

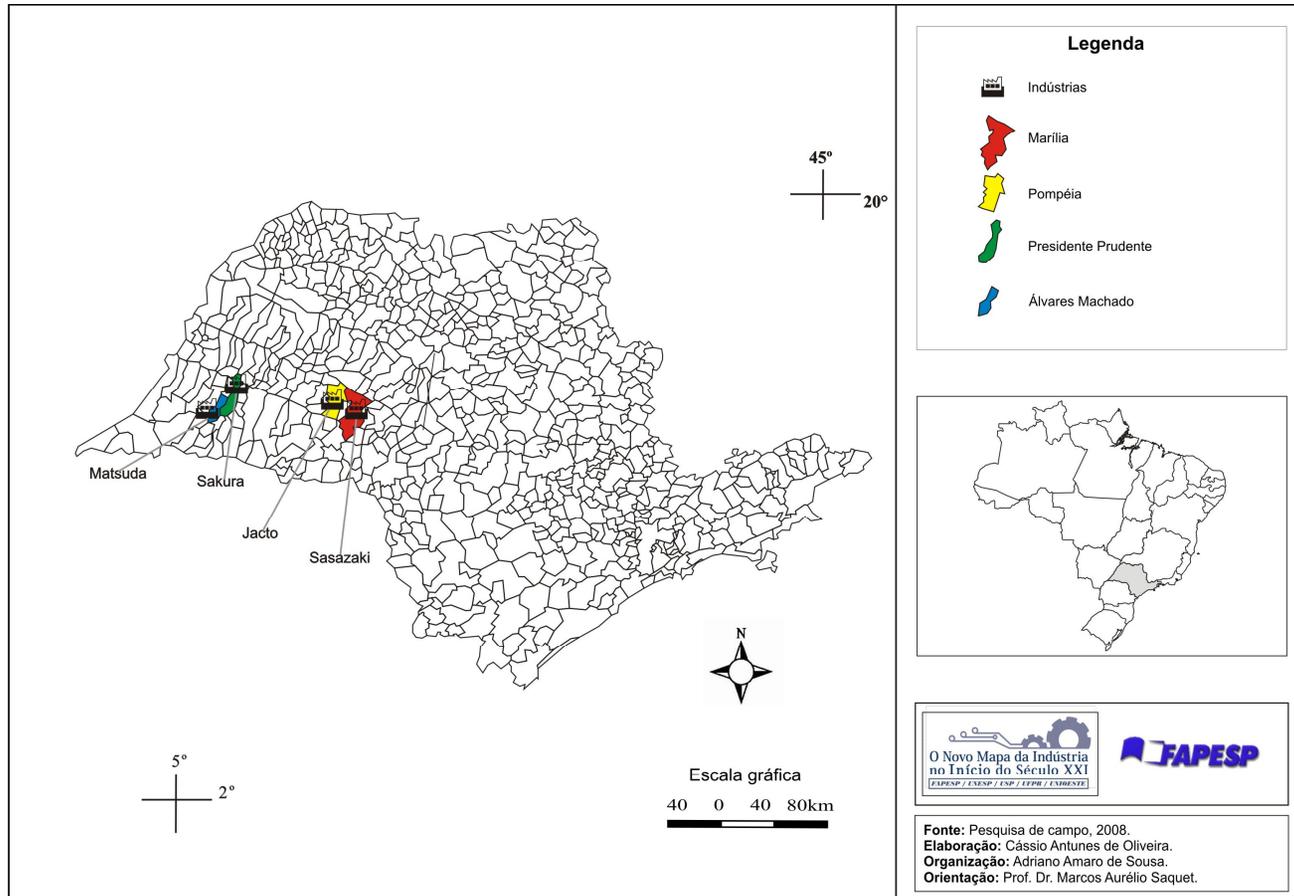
Quadro 10: As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista II.

Indústria	Ramo de Atividade	Porte da Indústria	Escolaridade do Fundador	Associação Nipônica
Máq. Agr. Jacto S/A	Máquinas agrícolas	Grande	Técnico mecânico	Sim
Matsuda Imp. Ltda.	Sementes e máquinas agrícolas	Grande	-----	Sim
Sakura Nakaya Alim. Ltda.	Alimentos e molhos	Grande	Ensino fundamental incompleto	Sim
Sasazaki Ind. C. Ltda.	Esquadrihas metálicas	Grande	Ensino médio incompleto	Sim

Fonte: FIESP/CIESP de Pres. Prudente e Marília. Trabalho de campo 2008-2009.

Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

Mapa 1: Localização dos municípios das indústrias nipo-brasileiras estudadas no Oeste Paulista.



De modo geral, as empresas familiares dos industriais nipo-brasileiros no Oeste Paulista analisadas por nós possuem as seguintes características: a) a família é proprietária da unidade produtiva ou detém a maioria do capital da empresa, controlando o processo decisório; b) os membros da família presentes estão na administração direta dos negócios; e, c) há sucessão familiar na direção da empresa garantindo a continuidade do negócio dentro da estrutura familiar. Sendo, assim, Bernhoeft (1991 e 2003) afirma que a empresa familiar deve ser formada pelos membros da família há pelo menos duas gerações. Nela a política do empreendimento é baseada pelos objetivos e interesses da família. Outra característica básica é a sucessão do poder decisório de maneira hereditária.

Historicamente, a empresa familiar estava vinculada à trajetória dos imigrantes que, muitas vezes descapitalizados, abandonavam o seu país de origem e iniciavam no Brasil suas indústrias-artesanais. Nesse sentido, em razão das questões econômicas e culturais, portugueses, alemães, italianos, sírio-libaneses e japoneses sempre tiveram um apego à propriedade. As empresas comandadas por esses imigrantes cresceram através de capital próprio, sobretudo, com uma administração familiar e paternalista.

Os industriais nipo-brasileiros que constituíram suas unidades fabris no Brasil tinham o conceito de empresa familiar balizados nas velhas tradições japonesa: paternalismo e primogenitura. Vejamos como Cardoso (1998) descreveu a embrionária mentalidade de gestão e administração dos pequenos negócios dos nipônicos no Brasil. Para a autora, a organização familiar japonesa era uma unidade de trabalho e cooperação; a família poderia ser vista como uma empresa e o chefe da família o seu administrador. Essa unidade corporativa estava baseada na continuidade genética e na perpetuação do nome da família. Nela não se separa família e empresa, pois uma depende da outra. Essas características do trabalho

cooperativo familiar são milenares na cultura japonesa e foram trazidas também para o Brasil no processo de migração e colonização.

Nessa perspectiva, o Zaibatsu³⁶ foi o principal representante das grandes empresas familiares japonesas após a restauração da *Era Meiji*. Nele, permaneciam as relações familiares tradicionais nas fábricas paralelas aos empreendimentos modernos. Posteriormente, cresceram e se transformaram em organizações independentes do parentesco, porém, mantendo o nome da família. Cardoso (1998, p. 100), afirma que *podemos admitir que este modelo ideológico mostrou sua maleabilidade no tempo, acomodando-se as situações novas e, com os japoneses, deslocou para o Brasil.*

Assim, alguns clãs familiares (Mitsui, Mitsubishi etc.) dinamizaram a industrialização no Japão e, posteriormente, tornaram-se empresas multinacionais. Tempos depois os imigrantes japoneses, no Brasil, iniciaram o processo de industrialização (artesanal) no Oeste Paulista. Hoje os industriais nipo-brasileiros procuram, por meio da sua longevidade e prosperidade, perpetuar o nome da família na empresa. Devemos ressaltar que os *Zaibatus* tinham o apoio do Estado e atuavam em setores estratégicos. Já as indústrias nipo-brasileiras iniciaram de forma modesta e cresceram, paulatinamente, conforme a conjuntura econômica da época e a especificidade do seu território, normalmente com recursos próprios. As indústrias nipo-brasileiras tiveram como exemplo os *Zaibatus* para montar suas unidades fabris familiares no país, que hoje são empresas de médio/grande porte com características de fábricas modernas, contendo alguns métodos do toyotismo japonês. Por isso, torna-se necessário reproduzir a geo-história desses industriais nipo-brasileiros de forma sintética pela abordagem territorial.

³⁶ O Zaibatsu era um conglomerado de grandes empresas familiares que surgiram entre 1870 e 1920, estes estavam fortemente articuladas e integradas com o Estado japonês, por isso tiveram uma enorme concentração econômica, de renda e de prestígio, além do monopólio em determinados setores estratégicos, como: bancos, exploração mineral, indústria bélica, têxtil e comércio exterior. Os principais grandes Zaibatus eram Mitsui, Mitsubishi, Yasuda, Sumimoto, Okura, Furukawa, Kuhara, Suzuki, Fujita e Asano.

O industrial nipo-brasileiro procurou, por meio da trajetória de vida e de trabalho, vislumbrar os horizontes dos sujeitos migrantes e seus significados, através da experiência desses industriais ao longo do tempo-espaço. Cada um dele(s) criou o seu território materializado na unidade produtiva familiar. Foi pela mobilidade do trabalho que o imigrante japonês passou de colono a industrial. As diversas experiências vivenciadas pelos industriais nipo-brasileiros foram pelas perdas/conquistas, sonhos/conflitos e concretudes/signos. Além das histórias de vida e de trabalho apontamos também as características de criação, da origem do capital, de administração, de desenvolvimento e de tecnologia. Tais trajetórias podem ser traçadas pelas histórias das empresas *Jacto*, *Sasazaki*, *Sakura* e *Matsuda*. Aqui, é importante destacar que foi difícil coletar os dados destas empresas em virtude das restrições impostas pelos donos e (também) porque há poucos registros sobre elas.

A empresa de sementes selecionadas e de sais minerais a, *Indústria e Comércio Matsuda Implementos e Exportação Ltda.*, teve como fundador Shichiro Matsuda. Ele era agricultor no Japão. Plantava arroz e pegava lenha. Os ancestrais da família Matsuda provavelmente eram responsáveis por plantar, cuidar e cortar pinheiros³⁷. O imigrante japonês Shichiro veio para o Brasil:

Em janeiro de 1935, a bordo do vapor África maru, Shichiro Matsuda, nasc. a 17.01.1920, em Fukushima Ken, Japão. Proprietário do Empório Matsuda. Diretor da Associação dos Japoneses de Álvares Machado (BARATA e CUNHA, 1999, p.1403).

Chegou, aqui, acompanhado da família Hangai e foram para Marília (mapa 2). Seis meses depois foi morar com sua irmã casada que já estava

³⁷ O nome da família Matsuda tem origem na junção de duas palavras Matsu que significa pinheiro e Da significa um área ou quadrado. O pinheiro é uma árvore mitológica e sagrada representa vida longa e próspera. A partir de 1907, depois que o sr. Itaro voltou do Havaí casou-se e comprou um pequeno pedaço de terra, onde construiu sua casa e plantou arroz e chá, além de um pomar e uma horta (CARVALHO, 2008).

no Brasil há sete anos. Trabalhou com o cunhado em Maracai/SP, na condição de arrendatário, na lavoura de algodão e cereais. Casou-se com Fumiko Suzuki, em 1941, ela era irmã de seu cunhado. Depois trabalhou por conta própria, como arrendatário na plantação de algodão e hortelã durante cinco anos. Vejamos como Carvalho e Matsuda (2008) descreveram a mobilidade do trabalho da família Matsuda no bojo das migrações internacionais, assim:

[...] Itaro Matsuda, pai de Shichiro, esteve nos campos de batalha, frios e sujos da Manchúria em 1894-1896. Trabalhava duramente como cortador de cana nas plantações do Havaí no início do século XX. A sabedoria e visão de Itaro, ao enviar seu filho, Schichiro Matsuda para o Brasil, em busca de um futuro e uma vida melhor que o Japão, jamais poderia lhe dar. [...] Schichiro teve coragem aos 14 anos, de deixar sozinho sua terra natural e começar a trabalhar como catador de algodão nos campos do oeste paulista. Depois tocando com muito sacrifício roça como arrendatário. E aos poucos desenvolveu o comércio (p. 43).

Dessa forma, a família Matsuda fizera parte do circuito da emigração japonesa estimulada pelo governo nipônico para países como Havaí, EUA, Canadá, Peru e Brasil. A emigração aconteceu pela crise política e econômica da Era Meiji. Com isso, ocorreu uma explosão demográfica e a necessidade de se livrar da população pobre – os excluídos. Nesse processo complexo, o pai de Shichiro foi soldado na invasão japonesa no Sudeste Asiático. Depois foi trabalhador nas plantações do Havaí. De volta para o seu país de origem constituía uma família. Itaro estava preocupado com a situação econômica e bélica do Japão. Temia que os seus dois filhos, Tomeo e Shichiro fossem convocados para a guerra. Escreveu uma carta para o seu genro, Yukimasa Suzuki, que estava no Brasil para que recebesse em sua casa o seu filho mais novo Schichiro. Com isso, Schichiro Matsuda completa o circuito da emigração japonesa vindo para o Brasil. Veio trabalhar com o

cunhado. Depois, sozinho como arrendatário. Tornou-se comerciante quando se mudou para Álvares Machado/SP, em 1948.

Seu Zé Matsuda³⁸ conhecia uma pessoa em Alfredo Marcondes, o sr. Kawachima, que lhe disse certa ocasião que a lavoura é muito desgastante e quando um ano dá, vem o ano seguinte e tira por dois anos. É como estar sempre patinando no barro mole. O sr. Kawachima crê que Schichiro se sairia melhor no comércio, e conta a seu Zé Matsuda que há um senhor que tem dois bares: um em Álvares Machado e outro em Presidente Prudente. Ele quer vender um deles, pois não consegue tocar os dois e o preço deles é um pouco diferente um do outro (CARVALHO E MATSUDA, 2008, p. 317).

Chegando a cidade de Álvares Machado/SP com 170 contos de réis, comprou o bar ABC, próximo ao jardim central, pegando gosto pela atividade do comércio (foto 4). Em 1954, adquiriu o empório de José Canducci, onde trabalhou no ramo de comércio de secos e molhados durante mais ou menos 15 anos. Na época do comércio, o trabalho era todo familiar. Em 1959, convidou o cunhado Skio Sammi para ser sócio. Ampliou seus negócios quando adquiriu uma máquina de amendoim dos Malully³⁹, em 1964. Alguns meses depois compram máquinas novas da empresa Dandrea, dando início à indústria Matsuda. Com isso, passou a negociar com os agricultores de diversas regiões a compra e venda do amendoim. Enfim, começou suas atividades com o comércio de cereais, exportação e produção de sementes. Entrevistamos o médico veterinário Fernando Carvalho⁴⁰ para saber como foi o início da fase industrial da família Matsuda.

³⁸ Schichiro Matsuda adota definitivamente o apelido de Zé Matsuda e sua esposa Fumiko Suzuki Matsuda era conhecida como dona Diva.

³⁹ Os irmãos Fuadi e Eduardo Malully estavam vendendo uma máquina de beneficiamento de grãos da empresa Máquinas Santa Rosa. A máquina foi vendida por dois mil e quinhentos cruzeiros em 1964.

⁴⁰ O médico veterinário Fernando Carvalho foi o que nos cedeu as poucas informações sobre a empresa Matsuda. O mesmo não é membro da família Matsuda, por isso diferenciando um pouco das outras empresas estudadas, onde os familiares falaram sobre a empresa e o trabalho familiar migrante.

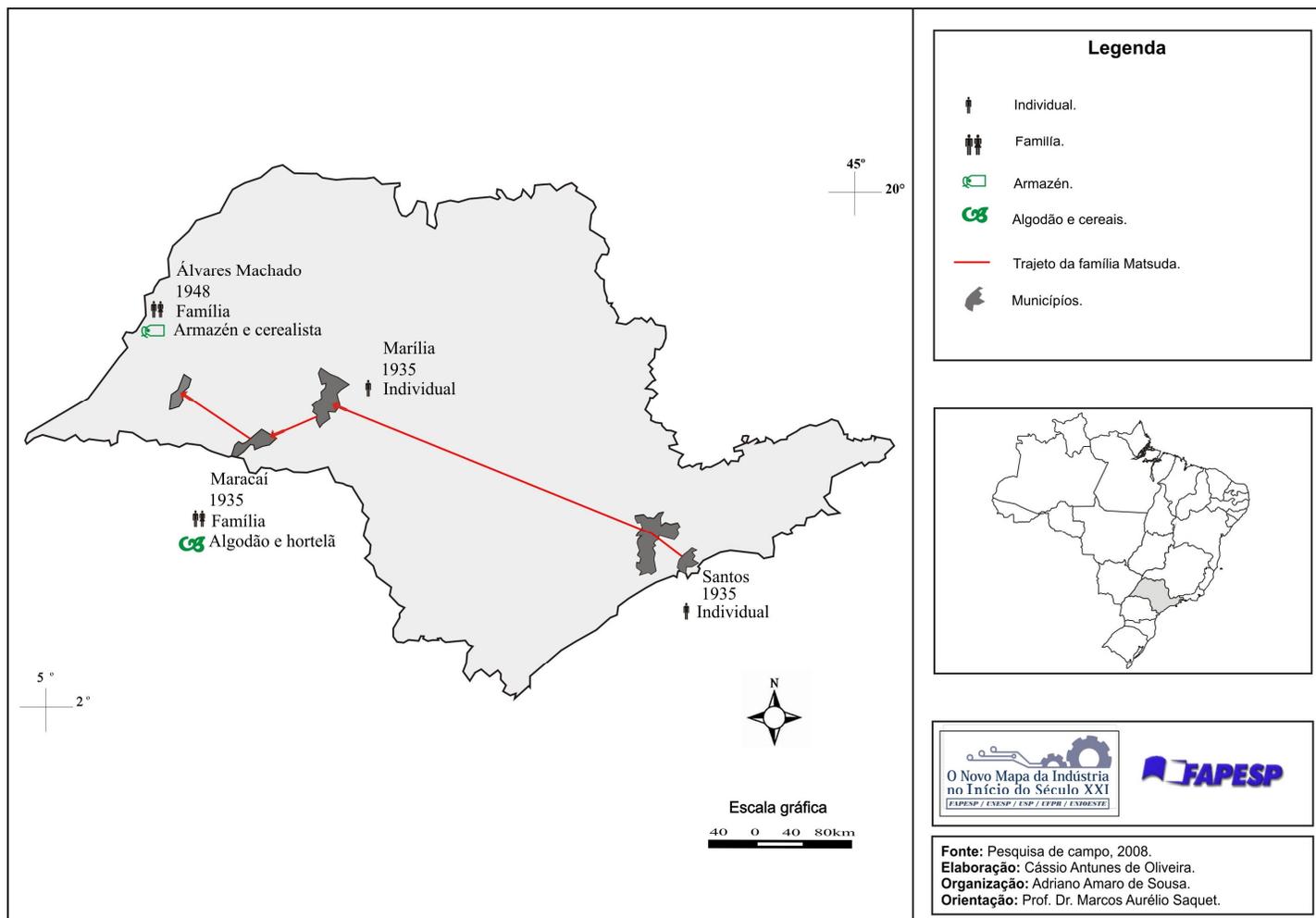
Foto 4: Antiga localização do Bar ABC.



Fonte: Carvalho e Suzuki (2008).

Em 1948 começou o comércio, né. A indústria pra valer mesmo, depende, porque na verdade foram várias fases. A primeira foi a parte do comércio que era fazer comida num boteco. Depois de 1961 foram para a questão de empório. Por volta de 1963 começaram a comprar algodão e feijão. Em 1968, o beneficiamento dos grãos de amendoim. Portanto, a partir de 1978, iniciou o trabalho com as sementes de brachiárias e diversos tipos de sementes selecionadas forrageiras. A indústria, mesmo, só em 1988, com o processamento dos sais minerais. Porque, antes, era cerealista e cerealista não é indústria. Mexer com cerealista é outra coisa.

Mapa 2: Trajetória da família Matsuda.



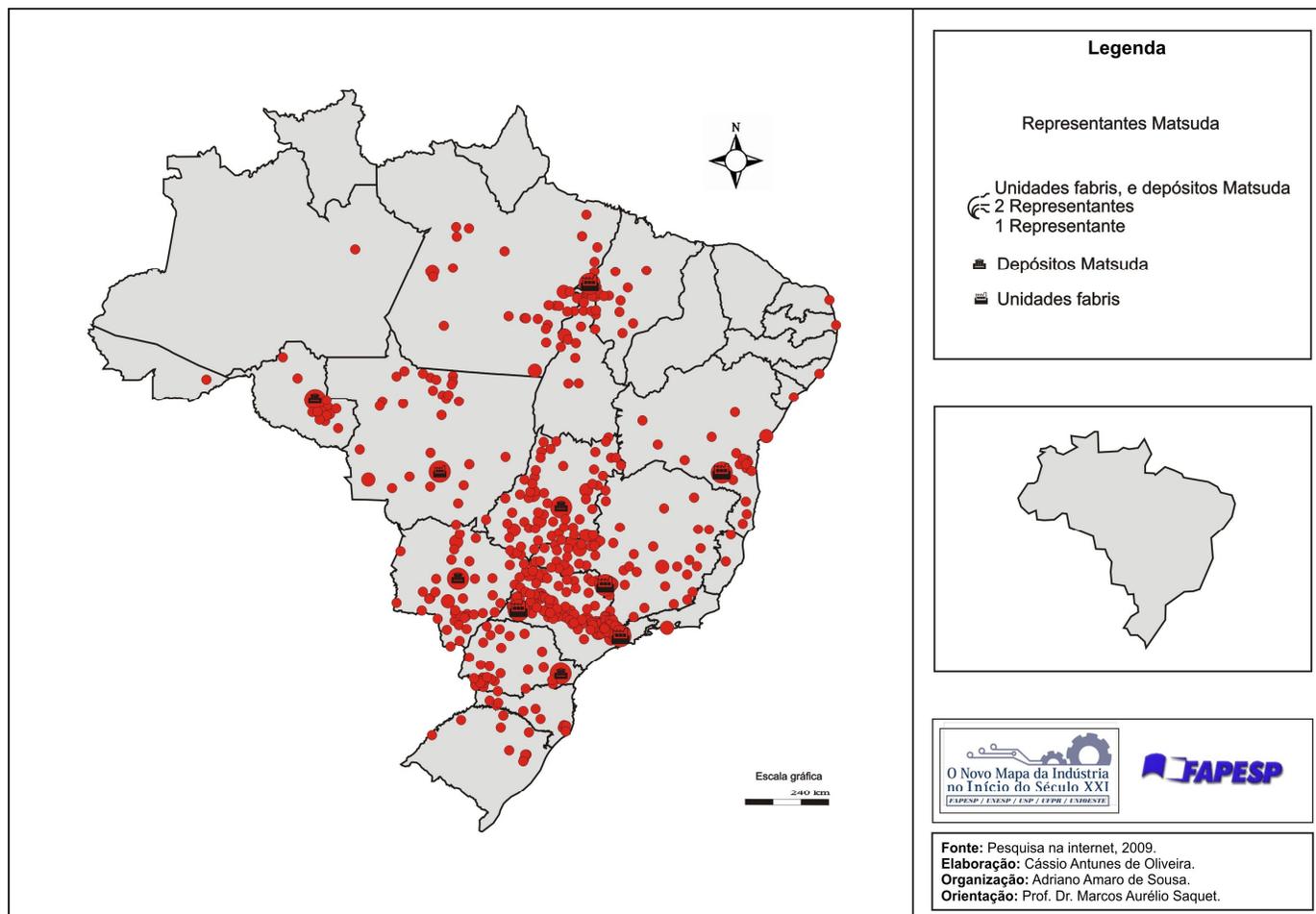
Na década de 1980, a empresa entrou no ramo da nutrição animal. Em 1990, inaugurou a fábrica em São Sebastião do Paraíso (MG), voltada para a atividade de sementes, nutrição animal e *petfood*, ampliando, assim, suas áreas de atuação para os estados das regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

Hoje, a indústria Matsuda virou um grupo que trabalha com sementes, nutrição animal, *petfood* e equipamentos agrícolas. Além disso, possui filiais (São Sebastião do Paraíso/MG e Cuiabá/MT) e fazendas (Mapa 3 – foto 5).

Foto 5: Vista atual da indústria Matsuda.



Fonte: Carvalho e Suzuki (2008)

Mapa 3: A territorialização da indústria Matsuda no Brasil.

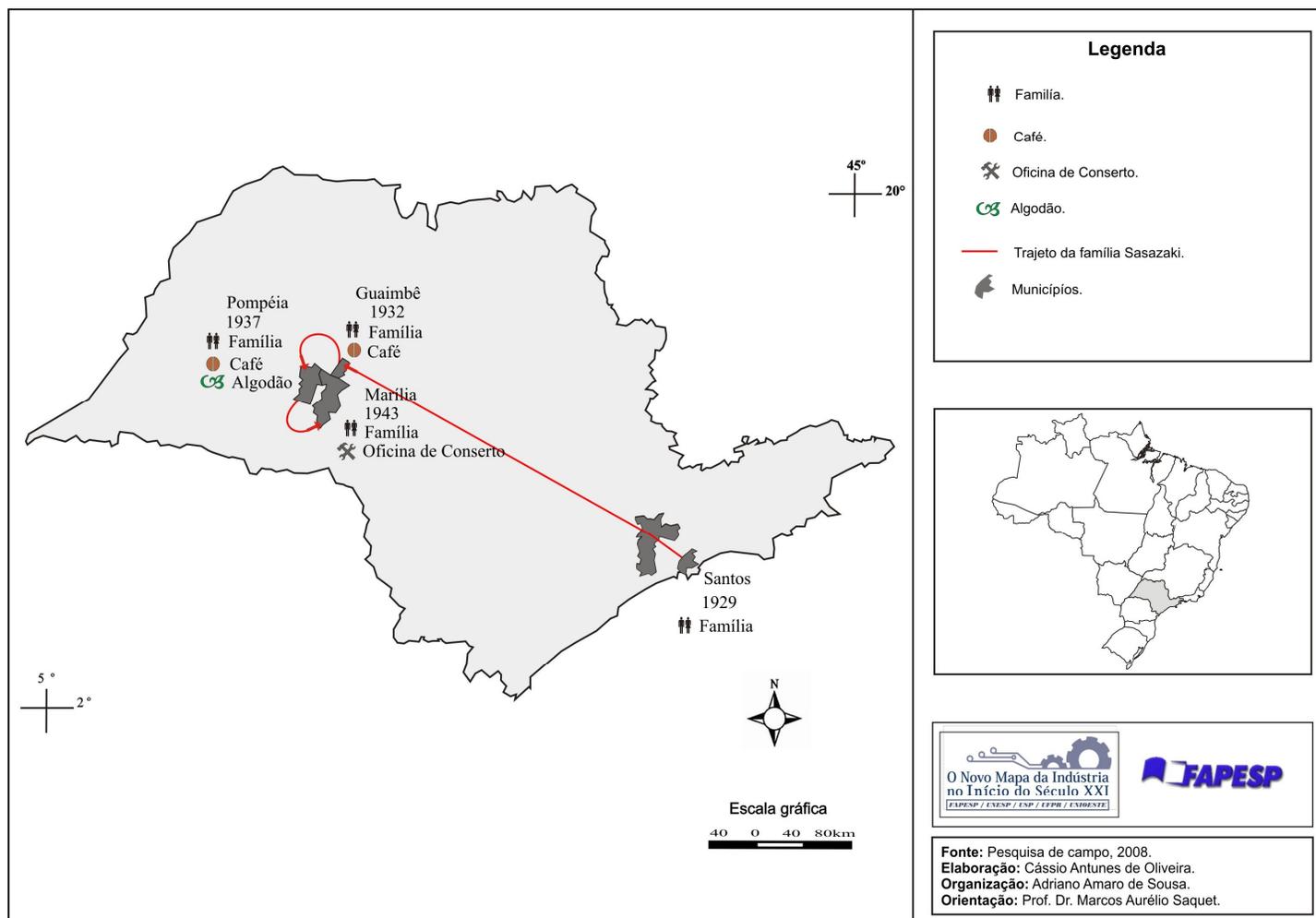
Já a indústria de esquadilhas metálicas *Sasazaki Indústria e Comércio S/A* teve como fundadores os irmãos Kosaku e Yasaburo. Ambos vieram para o Brasil acompanhados do patriarca da família, Yosaku Sasazaki e sua esposa, Kiyo com mais duas irmãs em:

[...] janeiro de 1932, a bordo do vapor (maru) *África*, Kosaku Sasazaki, nasc. a 01/10/1917, em Hokkaído, Japão. Proprietário da Ind. e Com. Sasazaki Ltda. Máquinas agrícolas. Diretor da Sociedade Cultural Nipo-brasileira de Marília (BARATA e CUNHA, 1999, p.2076).

Os dois irmãos, junto com a família, desembarcaram no porto de Santos, no dia 11 de janeiro. Logo em seguida instalaram-se em Guaimbê/SP, próximo a Lins/SP, na Noroeste (mapa 4). A família se tornou arrendatária na lavoura de café em Pompéia/SP (em 1937) depois de cinco anos de trabalho no campo. Com a morte do pai, os irmãos assumiram a responsabilidade da família. Yasaburo deixou os familiares no sítio e mudou-se para Marília/SP, na perspectiva de trabalhar com uma pequena oficina. A fala do sr. Tochimiti, descreve como foi o início da indústria familiar Sasazaki.

A entrada da família no ramo industrial começou um pouco antes de 1943. Nós morávamos num sítio aqui em Paulópolis [atual distrito de Bastos]. E aí o mano (o segundo irmão mais velho - Yasaburo) tinha conseguido alguns livros que falavam sobre fabricação de implementos pequenos. Era uma literatura industrial. E ele lia isso trabalhando na lavoura como meeiro. Acho que foi alguma coisa assim naquele tempo. Eu era muito pequeno nasci no ano de 1939. Depois o mano resolveu vir para a cidade [Marília] sozinho com dezenove anos. E montou uma pequena fabriqueta junto com um colega. Dali uns seis meses chamou a família para vir ajudar e mudamos para a cidade em 1943 [Grifo nosso] (27/11/08).

Mapa 4: A trajetória da família Sasazaki.



Nessa pequena oficina a família Sasazaki iniciava a fabricação artesanal de pequenos utensílios para o uso no lar e na agricultura. Apesar de serem objetos rudimentares eram de grande serventia naquela época. Yasaburo utilizava sua habilidade e criatividade para inventar/consertar os equipamentos agrícolas. Assim, Mourão (1994) sintetizou os primeiros produtos fabricados pela indústria Sasazaki e a introdução da mão-de-obra familiar da seguinte forma:

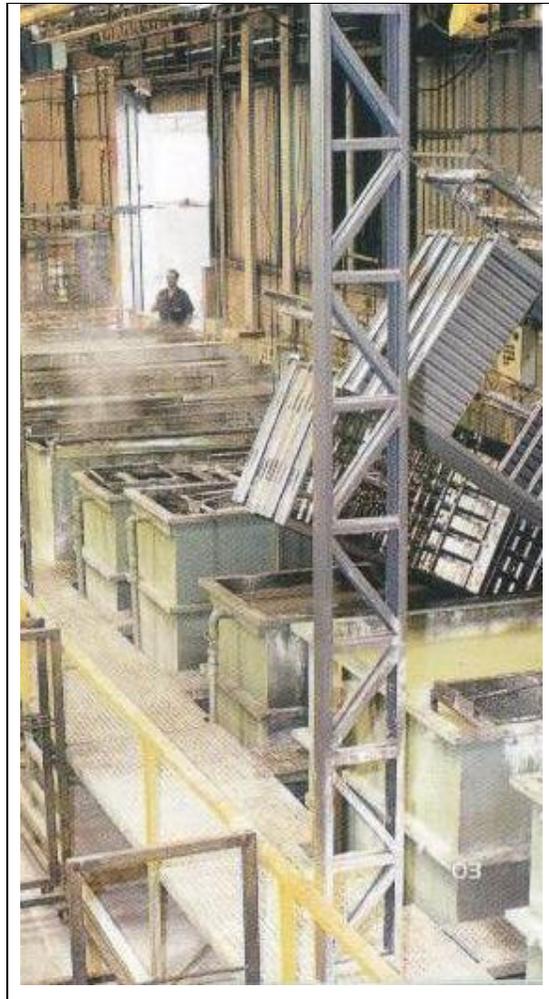
Em 1943, eles abriram uma pequena fábrica artesanal de ancinhos (produtos agrícola usados na época) e de lamparinas a óleo e lampiões de carbureto (muito usado nos tempos da 2ª Guerra, quando havia racionamento de querosene). Sua empresa se transforma, em 1958, com a entrada dos outros irmãos [Yutaka, Hachiro e Tochimiti, mais o amigo Kyomassa Shibuya] na Sasazaki Sociedade Anônima Indústria e Comércio, na época já produzindo uma grande variedade de máquinas agrícolas (MOURÃO, 1994, p. 82) [grifo nosso].

Os produtos agrícolas foram o *carro-chefe* nos anos iniciais. As invenções das plantadeiras manuais de algodão, de cereais e de amendoim conquistaram o mercado e sua comercialização contribuiu para capitalizar a indústria. Com a dinâmica do empreendimento o irmão Kosaku veio se juntar ao negócio. Paulatinamente, com muita dificuldade e persistência, aquela pequena oficina foi transformada numa fábrica. E aos poucos o trabalho familiar foi sendo introduzido. Inclusive os irmãos menores e mulheres pela necessidade de braços na oficina.

Foi a partir de 1960 que a empresa passou a produzir equipamentos agrícolas com maior eficiência. Alguns anos depois, na indústria abandonou-se a produção manual e incorporando máquinas motorizadas. Os principais produtos ao longo do tempo foram: a) fase artesanal: as lamparinas artesanais; plantadeira de algodão manual; plantadeira manual de cereais e amendoim; e, b) fase mecanizada: descascadores de amendoim e mamona; máquina DTM (descascador motorizado tríplice aplicação, que beneficiava café, mamona e amendoim); máquina Select-

Ar-800 (beneficiava café e cereais, separando os grãos defeituosos) e a máquina DMA (sigla de descascador de mamona e amendoim com abanador motorizado). A indústria Sasazaki deixou de produzir máquinas e equipamentos agrícolas devido aos episódios climáticos, ocasionados pelas geadas que ocorreram em meados de 1975. E, também, pela sazonalidade da atividade agrícola brasileira. Com isso, a indústria passa a trabalhar com as esquadilhas metálicas após a fabricação da primeira janela veneziana (foto 6).

Foto 6: O processo produtivo de janelas na empresa Sasazaki.



Fonte: Catálogo dos produtos Sasazaki 2009.

Todavia, as inovações tecnológicas ocorreram “graças” ao Departamento de Engenharia e Ferramentaria da empresa que criou novos projetos. Todos os produtos da Sasazaki são patenteados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial desde as primeiras Venezianas (Multiflex e Silenfort). Ao longo do tempo, a indústria foi diversificando os seus produtos em janelas, portas e complementos, visando sempre a qualidade e a produtividade.

Mais recentemente, em 1996, os donos transferiram a fábrica para o Distrito Industrial, com uma área construída de 60 mil m². Já em 1997, criou-se a divisão de esquadrias de alumínio, numa área construída de cerca de 70 mil m². Atualmente, a Sasazaki produz cerca de 1,5 milhão de peças (portas, janelas, portinholas, telas e guarnições – de aço e alumínio) por ano, possui um quadro de 1.350 funcionários e um parque industrial com tecnologia avançada (foto 7).

Foto 7: Vista panorâmica da indústrias Sasazaki e da cidade de Marília.



Fonte: Catálogo dos produtos Sasazaki 2009.

As *Máquinas Agrícolas Jacto S/A* teve como fundador o inventor de máquinas e equipamentos de pulverização, Shunji Nishimura, que veio para o Brasil com um diploma de técnico em mecânica e cem ienes no bolso⁴¹. A biografia dele após a chegada pode ser sintetizada de forma singular pelo dicionário de famílias no Brasil.

⁴¹ Antes o sr. Shunji trabalhava no Japão numa pequena fábrica de carvão em crise financeira cujo proprietário era o seu pai. Entrou na escola profissionalizante “Rikkokai”

Em abril de 1932, a bordo do vapor (maru) Buenos Aires, Shunji Nishimura, nasc. a 08.12.1901, em Kyoto Fu, Japão. Presidente da Máquinas Agrícolas Jacto S. A. Presidente da Associação Incentivadora de Língua Japonesa de Pompéia (BARATA e CUNHA, 1999, p.1620).

Chegando ao Brasil passou um ano na lavoura de café em Botucatu/SP, não se adaptando pelo trabalho braçal, pelo corpo franzino e pela saúde frágil. Foi para São Paulo. De lá acabou indo para Petrópolis/RJ trabalhar como garçom na casa de um empresário português. Logo se instalou novamente em São Paulo como soldador de uma fábrica. Também estudou no Colégio Adventista, em Santo Amaro. Casou-se com Chieko e teve uma filha. Depois com quatro amigos montaram uma pequena oficina de conserto chamada "*Seikôsha*". Porém, os baixos rendimentos mal davam para sustentar sua família. Ele deixou o negócio e partiu para o interior. Pegou o trem na Estação da Luz e desceu no ponto final da linha. Foi parar em Pompéia/SP, decidido abrir um negócio. Assim, o depoimento oral de Jorge Nishimura, deixa explícito o percurso na mobilidade para o trabalho de seu pai no território brasileiro.

Acho que a primeira questão que a gente tem que analisar era que o início foi a sobrevivência. Ou seja, todo um processo de sobrevivência. Isso era quase que um ponto em comum para todos os imigrantes. Os imigrantes por origem e por natureza vieram a procura de trabalho. Acho que esse era o ponto fundamental. Havia a falta de trabalho lá e aqui se oferecia trabalho. Apesar de que as expectativas dos imigrantes não eram do trabalho que eles encontraram aqui. No início era um trabalho que foi praticamente a substituição da mão-de-obra escrava. No caso da JACTO e no caso do meu pai não era diferente. Por um período ele trabalhou como bóia fria, vamos dizer assim, depois ele foi tentar conhecer um pouco o país. E Pompéia foi o ponto de partida. Quando se fala em termos empresariais o início foi em Pompéia. Porque aqui em

para ter um futuro melhor. Tal escola preparava os japoneses para enfrentar os obstáculos da emigração num outro país estrangeiro. Nishimura foi enviado para o Brasil. Com ele no mesmo navio desembarcou mais de dezesseis colegas formandos (GAGLIARDI, 1996).

Pompéia iniciou uma oficina de conserto. Como ele não tinha muito recursos tentou fazer aquilo que o conhecimento e as mãos dele conseguiam fazer. Que era a parte do conserto. A origem foi a evolução da fábrica de consertos (25/11/08).

Foi nessa cidade, depois de um longo processo de mobilidade individual/familiar, que o imigrante japonês Shunji foi re-territorializado, em 1938 (mapa 5). A luta dele pela sobrevivência aconteceu numa cidade pequena na *frente pioneira* paulista que era precária em infra-estrutura⁴² e promissora na dinâmica agrícola. Contudo, o estímulo principal da migração deu-se pela oferta de trabalho. E o interior paulista dispunha de braços, artesãos e comerciantes. Com isso, Pompéia atraiu esse imigrante mecânico e inventor.

O sr. Nishimura alugou uma casa na Rua Senador Rodolfo Miranda e nesse mesmo espaço montou uma oficina de conserto. Na frente de casa colocou uma tabuleta "Conserta-se tudo". Nos dois primeiros anos trabalhou consertando peças quebradas e fabricando canecas feitas de latas de óleo. Dez anos depois inventou o pulverizador costal facilitando o trabalho no campo. Logo a oficina se transformou em indústria, em 1948, com a razão social de Máquinas Agrícolas Jacto Ltda (foto 8). O nome da empresa foi inspirado no avião a jato que soltava fumaça como as polvilhadeiras⁴³.

Nessa pequena oficina de conserto o imigrante fundador aprendeu a mexer/conhecer os equipamentos agrícolas e a confeccionar/fazer as máquinas agrícolas. A oficina se desenvolveu associada à expansão da agricultura paulista balizada na cultura do café e algodão. Paulatinamente, Shunji foi conhecendo um pouco mais os equipamentos importados e as necessidades dos agricultores. Devemos ressaltar que a agricultura, naquela época, era praticamente manual. Por isso, Nishimura resolveu

⁴² A cidade de Pompéia fica a 470 km de São Paulo. Na época, tinha casas de madeiras, sem água, sem luz, sem esgoto, sem asfalto e muito mato. Mesmo, assim, Shunji resolveu ficar (GAGLIARDI, 1996).

⁴³ Em 1957, a empresa tornou-se sociedade anônima.

inventar uma máquina de pulverização que ajudasse no controle das pragas na lavoura de algodão.

Não sei se você sabe mais antigamente a cultura do algodão era uma cultura que requeria muito tratamento. Se você não fizesse um bom tratamento no algodão dava muita enfermidade. Ela tinha fungos, insetos e um monte de coisa. Era uma cultura que exigia muitos tratamentos. Antigamente, as pessoas pegavam o veneno que era em pó e colocava aquilo dentro de um saco e amarrava num pauzinho. Elas iam chacoalhando aquilo em cima das plantas para poder depositar o veneno matando os insetos e fungos. Quando surgiu a primeira máquina polvilhadeira que o meu pai fez foi um salto tremendo e muito mais seguro. A polvilhadeira era um equipamento que você jogava o veneno dentro dela e acionava uma alavanca que rodava um ventilador lançando o veneno sobre a planta (ENTREVISTA, COM JORGE NISHIMURA, 25/11/08).

A primeira máquina de pulverização brasileira foi feita de latão e de um ventilador que disseminava o defensivo agrícola (mapa 9). O equipamento era extremamente rudimentar, porém, significava em avanço técnico diante daquilo que era praticado. Houve uma mudança da manipulação manual do veneno para a aplicação do pulverizador que contribuiu para segurança da saúde do trabalhador rural, pois, antes, tinha muito contato com o agrotóxico ocasionando enfermidade. Portanto, a oficina virou fábrica porque o fundador da indústria tinha conhecimento de mecânica e uma boa leitura da conjuntura econômica agrícola. A mecânica ele aprendeu no Japão e aplicou depois para constituir sua oficina em Pompéia.

Mapa 5: A trajetória da família Nishimura

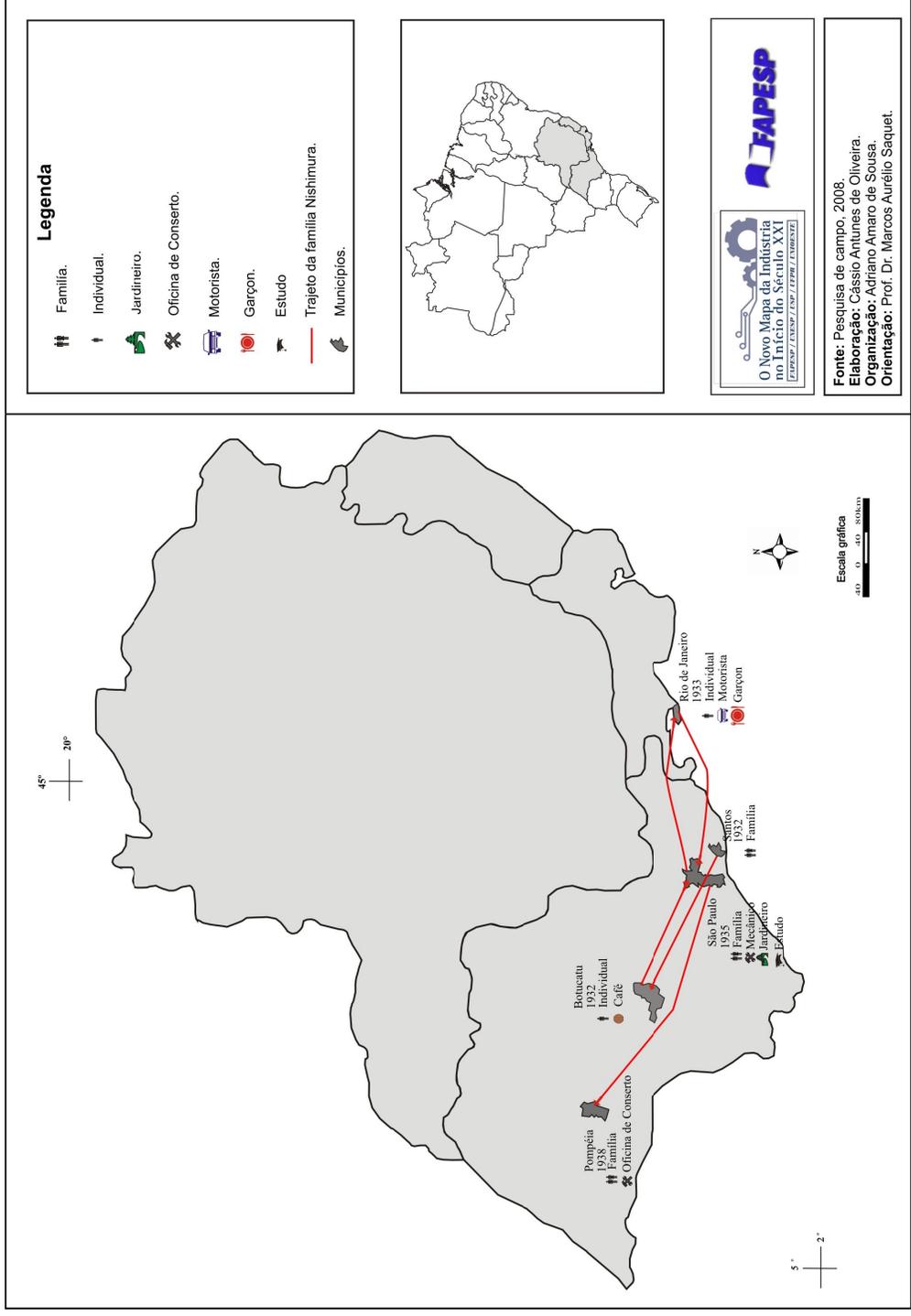
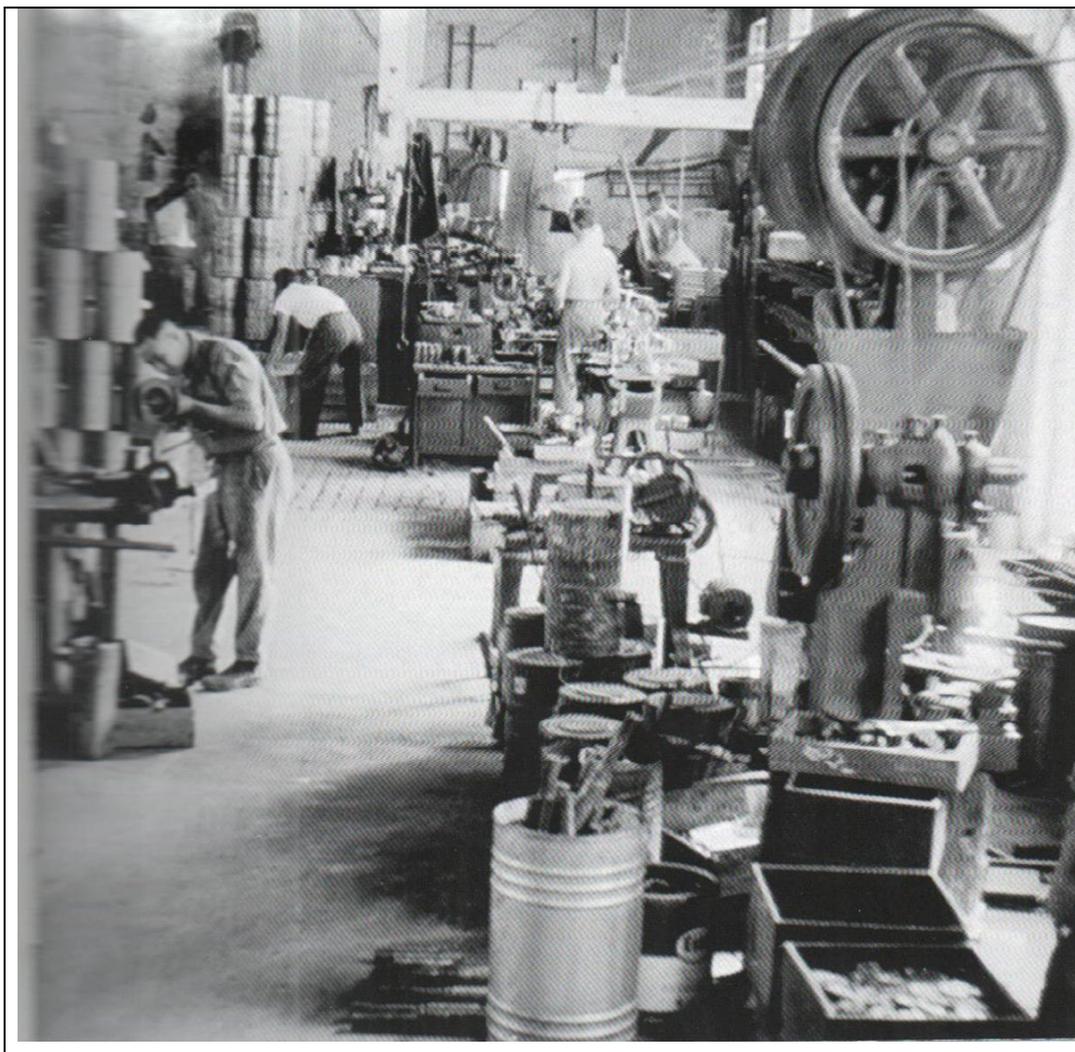


Foto 8: O interior da indústria artesanal Nishimura.



Fonte: Livro de fotos Jacto 60 anos.

O impulso inicial de inventar uma máquina de pulverização feita a manualmente deu-se por meio de uma provocação de um amigo que era vendedor de inseticida, mais não vendia o produto porque havia poucas máquinas no mercado. Com isso, o vendedor perguntou a Nishimura se ele não fazia uma máquina para aplicar o veneno. Foi daí que surgiu o desafio de inventar uma máquina de pulverização. Logo, fabricou o pulverizador costal que era prático e leve. O aparelho, também, era feito de lata fixado nas costas e com um duplo bombardeio o pó (tóxico) saía. Contudo, o

veneno em pó foi substituído pelo líquido e a Jacto teve que fazer algumas adaptações técnicas.

Foto 9: A máquina de pulverização Jacto.



Fonte: Livro de fotos Jacto 60 anos.

Ai surgiu o veneno em pó que era utilizado naquela época. Ele começou a ser substituído pelo líquido. Você tinha que mudar o seu equipamento para que ele pudesse fazer a pulverização em forma líquida. Foram desenvolvidas máquinas para poder fazer a aplicação com produtos químicos líquidos. Nesse novo conceito você tinha que reter água e não era uma coisa tão simples. Hoje você retém água no vidro e no plástico. Mas naquela época tinha que reter esses produtos químicos que eram tóxicos

em latas. Isso era terrível porque enferrujava, furava e vazava. E aquilo não poderia acontecer. Ai você tinha que buscar tecnologia para isso. E foi buscado foi o plástico. O desenvolvimento de um pulverizador usando o plástico como tecnologia aconteceu porque o plástico era leve, inquebrável e agüentava bem a questão da corrosão. A JACTO pulou outra vez de patamar em termos de conhecimento tecnológico com o plástico. Ela entrou no plástico numa época em que o mundo todo estava começando a entender o que era plástico. Isso foi muito positivo para a empresa (ENTREVISTA, COM JORGE NISHIMURA, 25/11/08).

Com a mudança na forma e no conteúdo do produto base dos pulverizadores, que era em pó e passou a ser líquido, eles tiveram que ser adaptados para reter água. Tal modificação técnico-científica levou o abandono do armazenamento do produto em latas passando-se para o plástico⁴⁴. O plástico se mostrou eficiente por ser mais resistente e leve resolvendo o problema da ferrugem e do vazamento. A Jacto introduziu o plástico, na década de 1960, quando disseminou essa nova tecnologia em escala industrial mundial, difundindo o uso de reservatórios plásticos nos pulverizadores (foto 10). De modo geral, Shunji Nishimura, na sua modesta indústria-artesanal procurou inventar um produto que suprisse a lacuna do mercado de equipamentos agrícolas pela dificuldade de importações de máquinas.

⁴⁴ Já em 1966, surgiram os novos modelos de pulverizadores manuais com reservatórios plásticos. Essas mudanças seguiram as tendências do mercado de defensivos agrícolas (inter)nacional.

Foto 10: O pulverizador costal de plástico.



Fonte: Livro de fotos Jacto 60 anos.

Sessenta anos atrás a importação era uma coisa complicada. Nos dias de hoje ficou mais fácil. A importação era um negócio difícil de você manter. Havia pouco intercambio comercial. Não só no Brasil, mais no mundo inteiro. Era tudo muito difícil e muito longe. A importação era uma opção. Mais era uma opção inserta pelo tempo, pelo custo e por uma série de coisas. Os brasileiros daquela época tinham que tentar desenvolver a sua forma sustentável de ter seus equipamentos. Nessa fase, surgiram grandes grupos industriais que começaram a desenvolver equipamentos e ferramentas para poder auxiliar no trabalho dos agricultores. Principalmente na agricultura porque a indústria veio a ser verdade mais recentemente. Dessa forma, havia a necessidade e as pessoas procuravam atender essas necessidades. No caso

da JACTO não foi diferente havia uma necessidade (ENTREVISTA, COM JORGE NISHIMURA, 25/11/08).

A dificuldade com as importações de bens de capital após a crise do complexo cafeeiro foi o estopim para a industrialização no interior paulista tendo centralidade nos imigrantes japoneses que ousaram a fabricar máquinas e equipamentos agrícolas, como ocorreu com a Jacto que se assentou no ramo da metalurgia iniciando uma oficina de conserto e, gradativamente, expandindo pela capacidade de inventar produtos próprios como os pulverizadores.

Assim, surgiram diversas polvilhadeiras montadas em tratores (funcionando pela tração do motor) que foram muito utilizadas nas culturas do café e do algodão. Elas conquistaram os agricultores rurais tornando a Jacto uma das principais empresas de máquinas agrícolas do Brasil. Além das povilhadeiras foram inventados nas décadas de 1970/80 as máquina de arar a terra, ceifadeiras manuais para jardins, gaiolas, máquinas para secagem de grãos e colheitadeira de café. Também, destacamos os pulverizadores com tanques de prolietilenos e barras grandes de comando eletrônico a ar em 1990/200 (foto 11).

Nesses sessenta e dois anos de existência a indústria de Shunji cresceu muito se desdobrando em outras empresas. Atividades que eram somente complementares acabaram ganhando centralidade, contribuindo, assim, para a formação das dez empresas que constituem o Grupo Jacto S/A. Dentre elas destacamos quatro:

- 1) Máquinas Agrícolas Jacto S/A: produz pulverizadores (costais, motorizados e tratorizados), além de colheitadeiras, lavadoras de alta pressão, carrinhos elétricos e tanques para tratamento de esgoto residencial e industrial;
- 2) Unipac Indústrias e Comércio Ltda: constituída em 1976 e fabrica embalagens plásticas, tanques de combustíveis, garrafas e caixas térmicas, cochos de alimentação de gado, peças plásticas para a indústria automobilística e aquecedor de água;

- 3) Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia: escola técnica agrícola com cursos de duração de quatro anos;
- 4) Brudden Equipamentos Ltda: surgiu há 23 anos no município de Pompéia, interior de São Paulo, Fundada pelo Tadashi Nishimura, filho de Shunji Nishimura, iniciou suas atividades produzindo equipamentos para jardinagem – pulverizadores manuais e cortadores de grama. (HERRERA, 2006, p. 7-8).

Foto 11: Pulverizadores modernos em tratores.



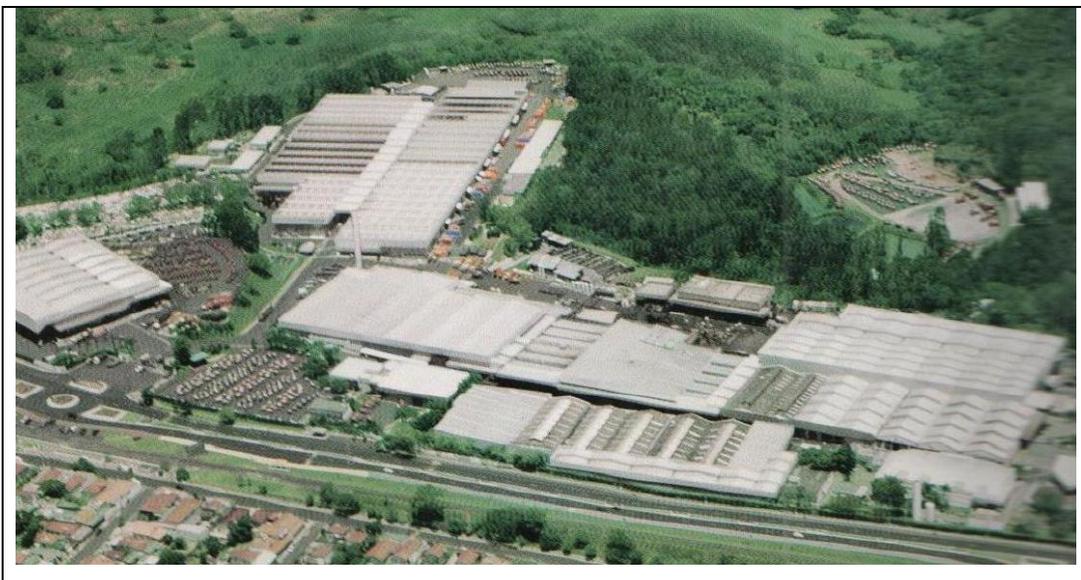
Fonte: Livro de fotos Jacto 60 anos.

Hoje a *Máquinas Agrícolas Jacto* lidera o grupo pela sua dinâmica industrial balizada pelos produtos principais da empresa: os pulverizadores e as colheitadeiras (café e laranja). Depois vem a *UNIPAC*

pelos plásticos injetáveis e aquecedor solar. *Jacto Cleaning* com as hidrolavadoras. A empresa de transporte e locação de veículos a *Rodojacto*. *Mizuno* estações de tratamento de esgoto. A *BRUDDEN* pelos produtos de jardinagem, cadeiras de rodas elétricas, patinetes elétricos, náutica e equipamentos de ginástica. Além de outras empresas do grupo: *Multijacto*, *Polycomposite*, *Fundação Shunji Nishimura* e *Ferramentaria Jacto*. Portanto, quase todas essas empresas tiveram seu crescimento atrelado a Jacto máquinas e equipamentos agrícolas.

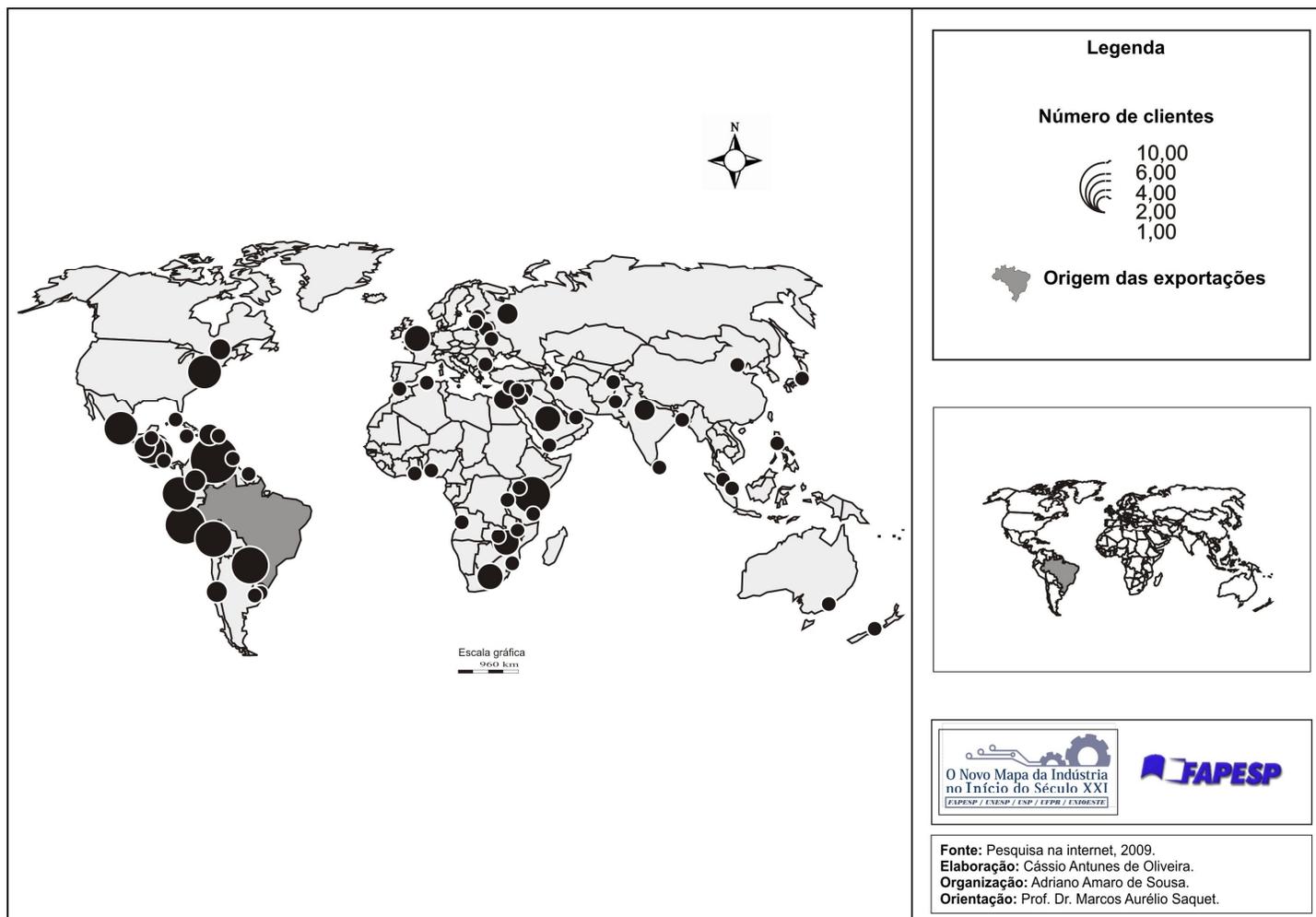
Assim, a indústria de Máquinas Agrícolas Jacto S/A faz parte de um grupo que se desenvolveu a partir do imigrante japonês, Shunji Nishimura que sempre procurou criar novos produtos balizado em novas tecnologias e no mercado, fazendo, assim, o grupo se tornar uma grande empresa no setor de bens de capital agrícola, com um considerável mercado (disperso) no exterior (mapa 6 – foto 12).

Foto 12: Vista da indústria Jacto.



Fonte: Livro de fotos Jacto 60 anos.

Mapa 6: A territorialização das exportações da Jacto.



A história da indústria de *shoyu* Sakura Nakaya Alimentos Ltda. teve como fundadores os irmãos Suekichi e Hidekazu. Ambos nascidos no Japão na cidade de Ehime-Ken, província de Matsuyama. Eram filhos de produtores de molho de soja. Chegaram ao Brasil 1932, acompanhados dos pais, irmãos, esposas e filhos.

Todos vieram para trabalhar na lavoura de café na fazenda Barra Mansa, em Promissão/SP (foto 13). Cultivavam café e hortaliças. Após seis anos de economia o patriarca Torakiti Nakaya adquiriu um sítio na cidade de Pau d' Alho/SP. Depois o filho Suekichi com apoio do pai foi para São Paulo fabricar o molho de soja em 1940 (foto 14). Paralelo a produção de molho na capital tinha uma simples casa de ferragens. A família Nakaya mudou-se para a cidade de Presidente Prudente/SP, em 1947. Iniciando, também, a produção artesanal de *shoyu* em sua residência com o filho Hidekazu, visando, assim, vender esse produto para os patrícios da colônia local. O depoimento de Ricardo visualiza o percurso da família Nakaya no ofício da produção de molho de soja: do Japão ao Brasil.

Foto 13: Fazenda Antinha em Promissão.



Fonte: Trabalho de campo 2009.

A minha família no Japão já fabricava artesanalmente o *shoyu* em casa mais para o consumo próprio. A gente sabe que no Japão existia em cada vila uma fábrica de molho de soja. Na vila dos meus bisavós era muito respeitado a produção de *shoyu* e de *missô*. Feitos, principalmente, pela massa de soja. Daí eles vieram para cá. E como eles não ganhavam muito dinheiro com essa produção lá no Japão mudaram-se para o Brasil devido o comentário de que o ouro preto (o café) dava muito dinheiro. A idéia era ficar ricos aqui e voltar novamente ao Japão. O que aconteceu foi que os meus bisavós chegaram em torno de 1931. E se estabeleceram em Promissão, numa fazenda chamada de Bairro de Antinhas, perto de Bauru. Lá eles foram para plantar e colher café. Como foram várias famílias japonesas. E com o passar do tempo, os meus bisavós, para o consumo próprio começaram a fabricar o *shoyu* e *missô* na própria residência (sítio). Outras famílias faziam também a mesma coisa. Só que com o tempo as pessoas achavam que atrapalhava no seu dia-a-dia na roça. E chegaram a oferecer para a nossa família que fosse fabricado e vendido o *shoyu* para a comunidade que estava naquela fazenda. Depois o fornecimento desse produto aos colonos da região. E aí o volume foi aumentando e os meus bisavós acharam por bem sair lá da fazenda e fazer uma pequena indústria na capital. Aí iniciou verdadeiramente a indústria (17/11/08).

A produção de *shoyu* que era para o consumo próprio passou para uma escala maior servindo os nipo-brasileiros da fazenda e da região. Sabemos que a família já tinha uma boa experiência na fabricação do molho no Japão. Por isso, foi oferecido a Torakiti a confecção desse produto típico da culinária nipônica. Como não tinha concorrente o crescimento da empresa era constante, expandia sempre com o melhoramento do poder de compra do nipo-brasileiro, que de empregado logo passou para meeiro e/ou sitiante. A fábrica de *shoyu* Nakaya de São Paulo atendia todo o núcleo urbano e vendia para o interior. Com isso, diante do aumento da demanda surgiu a necessidade de abrir outra fábrica.

A gente veio de Pau D'Alho para Presidente Prudente porque sentimos que Presidente Prudente era um local de maior concentração da colônia japonesa e que a gente

poderia abastecer o mercado nesses bicos de estados: São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. A escolha dessa cidade era estratégia de produção e de vendas (ENTREVISTA, COM RICARDO NAKAYA, 17/11/08).

A saída de uma cidade pequena Pau D'Alho/SP ocorreu porque dificultava a expansão da confecção do molho de soja. Ali a renda familiar obtida com o *shoyu* tinha que ser complementada com as atividades agrícolas. A migração para Presidente Prudente/SP (mapa 7) foi estritamente pela situação geográfica e tática do negócio. E não por algum vínculo afetivo familiar e/ou de redes sociais. Mais pela dinâmica da emergente capital regional e de sua proximidade com outras hinterlândias que possuíam uma forte concentração de associações nipo-brasileiras. Portanto, havia duas empresas da mesma família mais diferentes e distintas entre si: uma de Suekichi (São Paulo) e a outra e de Hidekazu (Presidente Prudente). Os dois irmãos conversavam, quase que diariamente, trocando informações para vender o mesmo produto em locais diferentes.

Sobre a história da razão social das duas indústrias podemos destacar que a indústria sr. Suekichi foi registrada com a denominação "S. Nakaya e Cia." no começo da década de 1940. Depois ela mudou para "Sakura Nakaya Alimentos Ltda." em 1947. Todavia, a fábrica do irmão Hidekazu foi registrada em 1950, com a razão social "Hidekazu Nakaya Companhia Ltda.". Ambos trabalharam com o *shoyu* e o *missô* utilizando-se das técnicas desenvolvidas por eles na sua produção artesanal. Em 1976, a indústria do sr. Hidekazu fundiu-se com a empresa do sr. Suekichi, formando, assim, a "Sakura Nakaya Alimentos Ltda.", que está atuando no mercado até hoje. Tal fusão aconteceu porque a indústria de Hidekazu recebeu uma proposta de compra da Kikomã uma multinacional japonesa. E os irmãos pensaram em vender as duas unidades juntas, mas o negócio não se concretizou devido à baixa oferta da multinacional. A partir daí, ocorreu a fusão das duas empresas, tendo a fábrica de São Paulo como a matriz e a unidade de Presidente Prudente como uma filial.

Foto 14: A antiga indústria artesanal na residência da família em São Paulo.



Fonte: trabalho de campo 2009.

De modo geral, a produção de *shoyu* da família Nakaya estava ligada ao ramo de alimentação pelo saber-fazer centenário do molho de soja. Ela trouxe para o Brasil alguns artefatos que auxiliaram no começo dessa pequena produção, como: o medidor de salinidade e material para medir os ingredientes. Com o tempo foram inventando/desenvolvendo

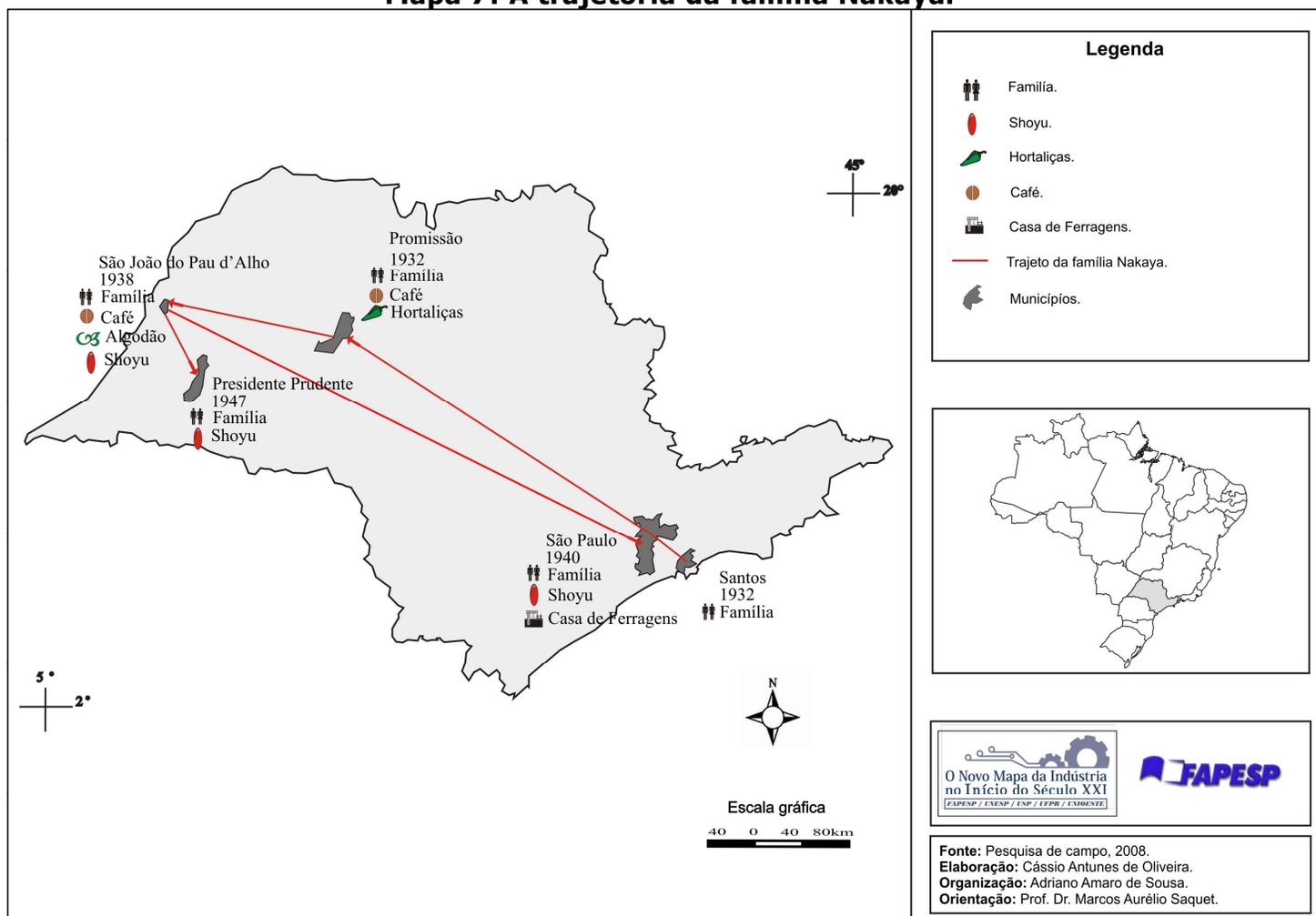
outros artefatos rudimentares para dar conta da indústria-artesanal. Sobre o início do processo produtivo Ricardo Nakaya afirma:

A produção era bastante artesanal. A fermentação natural ficava seis meses descansando como se fosse uma cerveja ou um vinho. [...] Dentro de cinquenta tanques de cimento com capacidade de dez mil litros e quinze mil litros. A gente precisa misturar o molho no tanque. Todo dia tinha esse trabalho de movimentar o molho. Ele não podia ficar parado. [...] Depois era feita a prensagem do produto que saía o caldo do shoyu (17/11/08).

A fabricação do shoyu demandava muito trabalho pelas diversas tarefas da etapa produtiva e pelo certo tempo (seis meses) no preparo do produto. Foi laborioso fazer o molho de soja em escala industrial. No processo produtivo, desde o início, teve dificuldade com a matéria-prima principal, o trigo. Porque o trigo era o fator que fazia a fermentação do molho. Com isso, ocorreu uma adaptação com o milho um produto abundante no Brasil. A técnica deu-se da seguinte forma: *"nos precisávamos torrar o milho para que ele tenha poder de fermentação em cima da soja e que depois eram colocados água e sal e daí ela começava a fermentar sozinha"*. Contudo, a venda do molho era feita para os migrantes japoneses e outros não nipônicos em armazéns urbanos e rurais.

Antigamente, nós trabalhávamos com tonéis na parte de entrega. Nessas mercearias eles compravam barril de 100 litros. O molho o pessoal levava a própria garrafa/garrafão e enchia. Era vendido só o líquido. As pessoas iam até a mercearia para comprar somente o produto. A gente não tinha esse trabalho de envase na época. As entregas eram feitas só em barris e em tonéis. Agora, com a modernização do mundo que a gente teve que se adaptar e teve que fazer/vender em garrafa. Para levar a mesa e levar para o mercado. Tudo isso teve aí uma evolução dentro da indústria que foi essa parte de envase (ENTREVISTA, COM RICARDO NAKAYA, 17/11/08).

Mapa 7: A trajetória da família Nakaya.



O shoyu era embalado no barril e vendido no atacado por meio de estabelecimentos comerciais. Essa prática perdurou por algum tempo. Mais para atingir outros mercados e se modernizar tiveram que colocar em garrafas de vidro cuja produção era manual: do enchimento do vasilhame à tampagem da rolha⁴⁵. Com isso, o produto passou a ser vendido no varejo nos supermercados para famílias nipônicas e brasileiras que, de certo modo, facilitou o acesso do produto a mais pessoas que passaram a consumir o molho. Na década de 1980, o envase e o empacotamento eram automáticos. A máquina tampava sozinha a garrafa pelo comando de um funcionário. Nessas duas últimas décadas, a garrafa de vidro vem sendo substituída pela garrafa pet. Atualmente, a empresa Sakura busca manter tradição (artesanal) e modernidade (máquinas, equipamentos e novas técnicas de produção).

A gente ainda tenta manter na produção artesanal do shoyu a fermentação natural. [...] Tem empresa no Brasil que faz esse tipo de produto só que eles colocam no rótulo que é fermentação natural. Mas, essa formulação deles é com menos dias de fermentação e feita por hidrólise. A hidrólise é um processo químico que faz adiantar a fermentação do molho. O nosso não! O nosso é a verdadeira fermentação natural porque ele fica seis meses decantando dentro do tanque. Então, nós mantemos na parte da fermentação esse valor artesanal. [...] Já mudamos totalmente o local de fazer a fermentação. Antes, nós fazíamos em tanques de cimento e hoje em tanques de vidro e aço inox. Por ser um pouco salgado o molho precisa ser colocado no tanque de vidro ou no tanque de inox. Para que não dê corrosão e não dê

⁴⁵ O trabalho manual da família Nakaya: "No começo. Bem no começo foi só a família. Eram meus bisavós e meus avós que praticamente faziam tudo isso sozinhos. Ai com o tempo logicamente tivemos que contratar funcionários com o aumento da demanda. Fugindo um pouquinho da linha familiar. Apesar de que, até a minha geração que foi a terceira geração, nós com idade de dez anos, participávamos da empresa realizando algumas tarefas. Geralmente, estudávamos de manhã e na parte da tarde lavamos os litros. Por que naquela na época não tinha garrafa pet. A gente tinha um lavador que utilizava soda caustica pra lavar e para higienizar as garrafas. Com isso, precisava passar por uma outra lavagem. Todos nós (eu, meus irmãos e meus primos) ajudávamos na parte da lavagem e na rotulagem desses litros. Não tinha máquina de rotular as garrafas, sabe. A gente sentado colocava a garrafa na nossa perna e moldava o rótulo. No trabalho manual a família ficou até mais ou menos na década de 70" (ENTREVISTA COM RICARDO NAKAYA).

ferrugem. A gente faz essa adaptação tecnológica em benefício da qualidade da fermentação (ENTREVISTA, COM RICARDO NAKAYA, 17/11/08).

A condição de fábrica da indústria Sakura não fez a mesma perder de vista o valor do seu diferencial de mercado que está centrado na qualidade da produção artesanal do shoyu. Hoje a fermentação natural é feita somente em Boituva. O produto sai de lá prensado que é o molho em si. Daí vai para São Paulo e Presidente Prudente, passando por um segundo tempero que é a colocação de alguns produtos e ingredientes para dar mais sabor ao molho. Também, elas verificam o controle de qualidade do produto que vê o sabor e a textura do shoyu. A mudança técnico-científica do processo de produção do tanque de cimento para o de vidro e inox resolveu o problema da qualidade do molho ocasionado pela salinidade. A modernização de máquina e equipamentos importados do Japão fez a Sakura se consolidar como uma grande fábrica de shoyu e missô.

Assim, depois da fusão das duas unidades a Sakura passou atender todo o mercado nacional. Iniciando um relacionamento com indústrias similares do Japão. Este intercâmbio permitiu à Sakura dominar uma série de tecnologias que vieram completar o processo produtivo. Atualmente, a Sakura detém 85% do mercado brasileiro e 80% do mercado paulista no segmento de molhos e condimentos típicos da culinária nipônica. A empresa possui 4 unidades industriais situadas em São Paulo/SP, em Presidente Prudente/SP, em Boituva/SP e em Ouvidor/GO.

As histórias dessas indústrias nipo-brasileiras são semelhantes entre si porque todas foram constituídas de capitais modestos e pelo trabalho/criatividade de seus fundadores. As particularidades de cada uma couberam às trajetórias individuais dos nipo-brasileiros que refletem nas suas formas de territorialidades no Oeste Paulista. Por isso há uma diversificação produtiva em cada município pesquisado, mostrando, que, em cada lugar o capitalismo se dá de forma diferente e desigual com

especializações em certas atividades, como vimos nas quatro indústrias nipo-brasileiras citadas. De modo geral, essas indústrias não são concorrentes entre si, muitas vezes, trabalham no mesmo setor, porém, com nichos de mercados diferentes.

O desenvolvimento dessas indústrias familiares nipo-brasileiras se destacou pela dinâmica da produção ao longo do tempo-espço, consolidando, assim, a longevidade das mesmas. Conforme Mourão (2005, p. 9911), essa tal dinâmica na produção,

[...] já podia ser encontrada nas pequenas oficinas, que artesanalmente consertavam e produziam implementos agrícolas, existentes na região durante as fases do café, do algodão e do amendoim. Algumas dessas pequenas oficinas, geralmente de imigrantes japoneses, tornaram-se indústrias produtoras de máquinas e implementos agrícolas até a década de 70. Desde o início, essas firmas demonstraram grande capacidade de se adaptar às exigências do mercado agrícola, sempre lançando produtos novos que significavam um avanço tecnológico. Essas empresas nos anos 70 e 80, vão acompanhando o processo de urbanização brasileiro, diversificam suas linhas de produtos para fugir das crises do setor agrícola. Como exemplo temos a Sasazaki que torna-se a maior produtora de esquadrias metálicas do Brasil, a Ikeda e Filhos que além do arado de aiveca produz churrasqueiras motorizadas e caixas de som de alta definição, e a Jacto, maior fabricante mundial de pulverizadores, que também produz máquinas agrícolas, carrinhos elétricos, utilidades domésticas de plástico, aparelhos para ginástica e coletores de energia solar.

Nessa perspectiva, a indústria Matsuda incorporou novas tecnologias através de convênios com centros de pesquisas e institutos, procurando, assim, uma "flexibilidade" nas relações de produção, por conseguinte, ocorreram mudanças profundas na organização e no trabalho. Ademais, a indústria procurou diversificar os seus produtos (sementes, nutrição animal, *petfood* e equipamentos agrícolas) como estratégia de sobrevivência, pois se uma área estava em crise, outras ajudariam a manter a receita.

Quanto à indústria Sakura Nakaya cresceu juntamente com o mercado de comida japonesa no país mediante a inclusão do molho de soja nos lares e nos restaurantes. Na década de 1980, a empresa cresceu devido um convênio de aliança produtiva e tecnológica com uma empresa japonesa que modernizou a indústria dando qualidade aos mais de 200 produtos. Porém, o *carro-chefe* da empresa continua sendo o *shoyu* e o *missô*. Além disso, exporta para o Japão e os EUA: o *shoyu*, o *missô*, o molho de pimenta e molho inglês, mas, sobretudo, o palmito em conserva. No Japão aumentou o volume de vendas que aconteceu pela presença dos dekasseguis brasileiros que importaram esses produtos para lá, como nos afirma Ricardo Nakaya, sobre as exportações da Sakura e sobre a história do consumo de molho de soja no mundo.

Nós estamos exportando para esses dois países: EUA e Japão. Os EUA consomem muito molho de soja. É um país que a partir da II Guerra, junto com a Holanda, que possui algumas indústrias de *shoyu* dentro de seu território. Porque na guerra eles ficavam em terras asiáticas que eram a China e o Japão. Os EUA fizeram suas bases aéreas lá na ilha de Okinawa que pertence ao Japão. Com isso, os holandeses e os americanos que ficaram em Okinawa aprenderam a consumir o molho. Hoje eles consomem cem vezes mais do que a gente consome no Brasil. Isso quer dizer, que o *shoyu* e o *missô* ainda têm um grande caminho a percorrer na alimentação do brasileiro. Porque nos EUA já se consome normalmente e é bastante influente na comida americana e na holandesa. Contudo, os nossos produtos estão entrando no Japão por causa dessa grande demanda de brasileiros que vão trabalhar lá. Eles não se adaptaram com o tipo de molho do Japão que é mais salgado e fino. Por isso, que abriu essa brecha para que a gente possa exportar e vender para aqueles brasileiros no Japão. Até os próprios japoneses que vem ao Brasil experimentam o nosso produto e acabam gostando, depois, consomem o produto lá, por ser um molho diferente⁴⁶ e mais

⁴⁶ Assim, como o Japão e o Brasil que têm produtos diferentes. A China e a Coréia também têm os seus produtos com características regionais. Lembrando que foi a China que praticamente inventou o *shoyu*. De modo geral, a fabricação do *shoyu* existe há mais 3000 a.C. dentro da China, naquela época, ela era feita com soja preta. Hoje a gente faz uma adaptação porque não tem mais essa soja preta em escala comercial, por mais que a gente queira plantar essa soja preta, ela vai ser específica ao molho de soja.

adocicado. Exportamos, também, em menor grau de importância para os EUA (ENTREVISTA, COM RICARDO NAKAYA, 17/11/08).

Sendo assim, a produção industrial-artesanal de *shoyu* contribuiu para *substituição de importações* no ramo da alimentação se destacando em um nicho de mercado com poucos concorrentes. O crescimento da empresa Sakura se mistura e se confunde com o aumento do mercado do molho de soja no Brasil, posteriormente, de forma secundária pela demanda do mercado internacional comandada pelos *dekasseguis* e pelos norte-americanos. Tal expansão deu-se pelo grande contingente de nipo-brasileiros e pelos diversos *fast food* de comida japonesa no país. A Sakura, também, faz a tercerização de *shoyu* e de molhos apimentados para as marcas de grandes empresas (Macro, Carrefour e outras empresas).

Os períodos de crises nas indústrias familiares nipo-brasileiras tiveram relevância a partir da década de 1970, com as inconstâncias do mercado agrícola brasileiro, fazendo muitos empresários mudar de ramo produtivo. Tochimiti Sasazaki nos apresentam os problemas e as dificuldades da empresa Sasazaki voltadas ao setor de máquinas agrícola.

Na parte agrícola, era muito difícil você administrar a produção de máquinas e equipamentos, que por características próprias, as vendas eram sempre sazonais. Você tinha as vendas em determinadas épocas do ano e no resto você não vendia nada. Tinha um período de ociosidade em vendas e faturamentos. A gente faturava quatro meses ao ano e tinha oito meses ociosos. Isso aí dava uma descompensação financeira muito grande. E todo ano passava por uma série de dificuldades. Era a desvantagem dos produtos agrícolas. Agora, quando nós entramos na parte de esquadilhas o início foi difícil, mais depois com a evolução nós tivemos expansões, produzíamos ano a ano. E íamos praticamente dobrando a produção. Foi um período muito forte e bom para empresa esse crescimento. Depois nos anos 2000, vamos dizer

Então, não tem interesse para a produção de alimentos, porque ela vai subir muito o custo de produção de molho, por ser uma soja especial, de uso não-comum (ENTREVISTA COM RICARDO NAKAYA).

assim, de 1995 para frente já começou a ter muita concorrência. Houve uma pulverização de fabricas. Hoje nós temos mais de cem fábricas de esquadrias espalhadas no Brasil (27/11/08).

A saída da Sasazaki do setor agrícola ocorreu pela dificuldade de capitalização. Com isso, procuraram outro setor em expansão voltado ao espaço urbano no ramo da construção civil para a fabricação de portas e janelas, não fugindo muito das suas características balizada na metalurgia. Na ultima década, aumentou a concorrência ocasionada pela abertura econômica, porém, o setor de esquadilhas metálicas não sofreu com a concorrência internacional, por que "*o produto portas e janelas tem características regionais e o que se usa no Brasil não se usa lá fora (EUA, Europa e Japão)*"⁴⁷, pois a dinâmica da concorrência está centralizada no mercado interno.

Já a Indústria Matsuda que era uma empresa de beneficiamento, também, teve problemas relacionados com a agricultura devido às intempéries ambientais. Porém, não mudou de ramo mais de cultura deixou de ser uma cerealista de grãos para trabalhar com sementes selecionadas para pastagens. Tal mudança aconteceu,

Por causa da geada de 1975, chamada de geada negra, que mudou toda a história da agricultura do país. Tudo que você imaginar de agricultura foi antes de 1975 e, depois, de 1985. Para você ter uma idéia 20% da produção do Paraná foi tudo embora tá. A geada de 1975

⁴⁷ Segundo Tochimiti, todos os outros países que nós tentamos fazer exportação foi uma luta muito árdua e injusta. Porque você tem que mudar o costume de um país. E o costume não se muda rápido demora décadas para mudar. Você não tem cacife para ficar educando um povo a usar uma coisa que ele não está acostumado. Tanto que foi essa a dificuldade que nós sentimos lá fora. Eles, também, sentem aqui dentro quando tentam vender seus produtos. Procuram fazer um produto adaptado ao Brasil. E se fizer isso vai entrar na mesma situação que a nossa. Não vai ter vantagem nenhuma. É a mesma coisa que agente ir para a Europa e fabricar um produto que eles não usam lá. Ou melhor, fazer uma fábrica na Europa para vender para o europeu o que se usa lá. Na realidade você tem uma desvantagem não só pela concorrência mais pela dificuldade de não poder entrar no mercado interno deles. E, assim, por diante nos EUA, na China, na Bolívia etc. Contudo, nós entramos na Argentina e no Chile, teimamos durante anos, vendemos bastante até mais não compensa, o trabalho é tão desgastante e custoso que chegamos a uma conclusão de que não vale apena, deixamos esses mercados.

mudou tudo. Mudou o Oeste-Norte do Paraná e o Oeste Paulista. O pessoal foi para Cerrado depois da geada. Acabou com o café, com a roça e acabou com tudo. E o pessoal foi embora. Uns para cidade grande e outros foram para diferentes lugares (Mato-grosso, Goiás, etc.). A partir daí a Matsuda começou a trabalhar com a brachiária. Por que a brachiaria tinha uma coisa chamada saúva. Ela era uma formiga cortadeira que cortava o colônio deixando a terra fraca. E o pessoal do CATI trouxe em 1971 a brachiária. Daí o agricultor começou a plantar por ser mais resistente e de boa qualidade para o gado. O Jorge Matsuda se entusiasmou e entrou no ramo da brachiária trabalhando com sementes forrageiras selecionadas (04/12/08).

Nessa perspectiva, a crise da produção agrícola pelos eventos climáticos trouxe impactos negativos e desestruturadores no cenário econômico do setor primário brasileiro. Tal geada de 1975, minou o cultivo de café no Norte do Paraná e em outras localidades no país⁴⁸. Após a crise ocorreu o processo de substituição de culturas com a introdução da mecanização da soja, milho e trigo (YOKOO, 2005). Dessa forma, a empresa Matsuda, também, se transformou com a modernização da agricultura trabalhando no ramos de tecnologia e melhoramento genético de semente e, depois, com produto(s) para nutrição animal.

A conjuntura brasileira nas últimas três décadas foi de crises e avanços no setor de máquinas e equipamentos agrícolas, na qual estava inserida a empresa Jacto S/A, como descreveu Jorge Nishimura, após o surto da mecanização agrícola.

A década de 80 foi chamada à década perdida porque nós ficamos batendo cabeça no Brasil com inflação alta. Já na década de 90, depois que deu uma acalmada, o governo criou um mecanismo de recuperação. A agricultura recebeu um excelente incentivo. Nós tivemos um bom ministro naquela época o Moraes. Ele criou alguns planos e a agricultura brasileira começou a sair de um nível para entrar em outro. O Brasil era bastante inferior aos Estados Unidos em produtividade e tal. Na década de 90, nós tiramos a

⁴⁸ Foi no ano de 1975, que ocorreram fortes geadas o qual, destruiu grande parte dos cafezais do Estado do Paraná que de acordo com Camargo cerca de 1,5 bilhões de cafezais foram danificados por geadas (YOKOO, 2005).

diferença e conseguimos nos aproximar dos melhores. Isso se deu muito à aplicação de tecnologia, da biotecnologia, do manejo, do desenvolvimento de sementes, de insumos químicos etc. Nessa década o país começou a crescer e praticamente dobrou a produção agrícola. O Brasil passou a ser uma nação importante no cenário do agronegócio. Todo mundo começou a olhar o Brasil. Com isso, começaram a ver interesses das multinacionais nos seguimentos de comércio de cereais e de equipamentos agrícolas. O país virou uma vitrine muito importante no mundo a partir da década de 90, mais especialmente, no final dela. Foi nesse período que a agricultura deu um show. O mercado cresceu e nós tivemos de trabalhar para produzir máquinas. Os concorrentes apareceram, também, porque havia muito espaço. Foi um desafio bom para todo mundo. Isso valeu até depois que entramos em 2000. Tivemos ainda anos bons mais veio uma crise muito pesada em 2004. Com isso, o Brasil entrou no maior parafuso na área agrícola. Foi o maior desastre. Três anos de crise que praticamente derrubou o setor do agronegócio de uma forma muito violenta. Foi uma depressão que aconteceu no setor agrícola. Esteve extremamente afetado pelo dólar e pelos preços internacionais. Também, foram afetados pelas dívidas que os caras contraíram por inadimplência nos bancos. Então, 2004, 2005, 2006 e 2007 foram sofridos para a agricultura (25/11/08).

Sendo assim, a indústria Jacto, nos anos 1980-90, teve um avanço na fabricação de pulverizadores pelo aumento da produção de culturas tradicionais (café, algodão e milho) e modernas (soja e cana-de-açúcar), contrariando a recessão econômica do período (1980 - inflação e juros altos) que dificultava a capitalização empresarial e, também, pelo aumento da concorrência com a abertura econômica (1992) que fizeram as empresas diversificarem mais os produtos pela reestruturação produtiva. No limiar do XXI, as crises dos preços das *commoditys* nos produtos agrícolas, em especial a soja⁴⁹, estagnaram o mercado de máquinas e equipamentos

⁴⁹ Segundo Alves (2006), o complexo da soja contribuiu ainda mais para elevar os índices da balança comercial nos anos 1990, pela sua inserção internacional comandada pelo agronegócio devido à demanda de alimentos para pessoas e animais. O crescimento econômico assentado neste produto deu-se pelos preços das *commoditys* agrícolas que teve várias oscilações negativas a partir de 2004, gerando uma bolha de crescimento que se desfez depois, pelas especulações das bolsas de mercadorias e futuros. Ademais, a cadeia agroalimentar da soja está com excesso de oferta do produto e com problemas relacionados às doenças que afetam a criação da

agrícolas, tendo melhorado depois de 2007. Todas essas recessões e crises deram-se de forma específica para cada indústria como analisamos acima. Tais crises não abalaram o poder criativo e inovador do empresário industrial nipo-brasileiro.

De modo geral, os nipo-brasileiros das firmas pesquisadas são industriais e inovadores porque o indivíduo/família investe o seu trabalho no setor fabril (de transformação de matéria-prima em produto industrializado) tendo como característica a inovação/invenção. Segundo Schumpeter (1982), a dinâmica econômica do capitalismo é dada pelas inovações tecnológicas introduzidas no sistema econômico, causando-lhes transformações, fruto do que ele chamou de novas combinações.

1. Introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem;
2. Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseado numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria;
3. Abertura de um novo mercado (...);
4. Conquista de uma nova frente de matérias-primas ou de bens semimanufaturados (...);
5. Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria (...) (SCHUMPETER, 1982, p. 48-49).

A dinâmica da invenção e da inovação pode levar o empresário a se capitalizar investindo na sua empresa, tendo, assim, ganhos individuais/coletivos. Pela concorrência, ele induz mais empresários a buscarem novos produtos e processos técnico-produtivos promovendo o desenvolvimento econômico. Essas características foram visualizadas pelas

bovinocultura (vaca louca e febre aftosa), da avicultura (gripe aviária) e da suinocultura (gripe suína), sendo, que, algumas desses vírus transmissores já foram controladas.

indústrias nipo-brasileiras mediante a dinâmica das invenções de máquinas agrícolas (pulverizadores) e das inovações no produto *shoyu* (formula da soja para o milho). Ademais, ocorreram pelas parcerias produtivas com grandes empresas nacionais e multinacionais pelo intercambio de tecnologia e capital. E, também, pelos departamentos de engenharias/pesquisas/tecnologias das próprias unidades produtivas que comandam as invenções e inovações das mesmas. Por sua vez, os industriais nipo-brasileiros para chegarem à situação de empresários schumpeterianos passaram, de certa forma, pelas fases do empresariado no Brasil.

Historicamente, dividimos a geo-história do empresariado no país em três momentos: a) **empresário paternalista** – e o maior representante foi o Conde Matarazzo. Esse período pode ser considerado o início da industrialização no Brasil e estava marcado pelo debate entre as duas burguesias industriais: os cafeicultores e os imigrantes burgueses. E pela ideologia do *self-made-man* (MARTINS, 1976; MAMIGONIAM, 1976); b) **administradores profissionais schumpeterianos** - surgiu de forma significativa a partir da grande Depressão de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, consolidando, assim, a industrialização substitutiva de importações. Logo depois, com a entrada das multinacionais (CARDOSO, 1964; BRESSER-PEREIRA, 1974); e, por último e mais recente, c) **empresários schumpeterianos empreendedores** - a dinâmica da inovação schumpeteriana pode ser encontrada no Brasil, a princípio, com a introdução dos administradores-profissionais. No entanto, só se consolidou com a abertura econômica/comercial na década de 1990, no Governo Fernando Collor de Melo (SCHUMPETER, 1982). Por fim, Bresser-Pereira (1974) sintetizou o conceito de empresário capitalista em dois tipos: o dono de empresa e o dirigente-de-empresas. O **dono de empresa** não incorporava no seu trabalho as características de inovar sejam inovações próprias ou alheias e já o **dirigente-de-empresas** comandava a unidade produtiva em nome próprio ou em nome de acionistas, dirigia a empresa inovando e promovendo a acumulação de capital.

A indústria nipo-brasileira começou com o proprietário dono de empresas tendo características paternalistas atrelada aos costumes tradicionais do método de trabalho cooperado/familiar. Com o saber-fazer e com a oportunidade de negócios entraram aos poucos na invenção e inovação schumpeteriana. Somente com a saída da família da presidência da empresa que se admitiu a introdução dos administradores de empresas profissionais. No caso da Jacto, a sucessão familiar na empresa vem ocorrendo a mais de uma década, colocando um executivo fora da família e tendo o conselho geral dos familiares onde eles junto com o administrador decide o futuro dos investimentos da Jacto. A Sasazaki e a Sakura estão em processo de profissionalização, podendo ter no comando da empresa os familiares competentes da terceira geração que estão se formando em engenharia, economia e administração de empresas. O processo de profissionalização das empresas familiares é a melhor saída para manter a indústria sempre competitiva e com novos produtos.

Assim, as indústrias familiares nipo-brasileiras tiveram como motivação inicial os *Zaibatsus* e, atualmente, tem como referência a dinâmica do *toyotismo* assentada nos grandes conglomerados japoneses os *Keiretsus*. Na década de 1990, essas indústrias nipo-brasileiras procuraram transformar a organização e a gestão do processo produtivo pela introdução de novos métodos, como: do *just in time*, de inovações tecnológicas, de desverticalização da produção, da certificação de ISO, do Controle de Qualidade Total e da organização/terceirização do trabalho. Tais métodos são utilizados de forma parcial porque a dinâmica do processo produtivo das indústrias nipo-brasileiras não é de tecnologia de ponta e nem tão organizada e eficiente como as empresas japonesas, porém, esses procedimentos foram importantes e deixaram as firmas nipo-brasileiras mais competitivas e sólidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da contribuição japonesa e nipo-brasileira no processo de industrialização brasileira aconteceu após a *substituição de importações* com a formação das indústrias nipo-brasileiras a partir da década de 1940, pelas parcerias produtivas Brasil/Japão e com a instalação de empresas multinacionais japonesas. Tais indústrias fortaleceram e desenvolveram o setor de bens de consumo não-duráveis em nichos de mercado com baixa capacidade tecnológico, em especial, pelas parcerias produtivas e pelas empresas multinacionais que dinamizaram o setor de bens de capital introduzindo tecnologia de ponta e dinamizando o sistema econômico. De modo geral, as indústrias dos descendentes de japoneses tiveram centralidade e expressão nas indústrias nipo-brasileiras originadas no Oeste do Estado.

É importante destacar que, de certo modo, os empresários industriais nipo-brasileiros do Oeste Paulista não eram agricultores em seu país de origem. Por isso, alguns deles conseguiram reproduzir no Brasil as velhas atividades que eram tradições familiares no Japão, como trabalhar com bebidas (de saquê no Japão para água ardente no Brasil), shoyu (molho de soja) e fiação de seda. Por outro lado, outros nipo-brasileiros iniciaram os seus empreendimentos pela oportunidade de investirem em um negócio (comércio-indústria), começando de forma modesta sem experiência no ramo, buscavam se informar pelas revistas e pelas tentativas de adaptações na formulação do produto. Os nipônicos que se tornaram empreendedores souberam aproveitar a dinâmica econômica década de 1940-50, em meio à formação do mercado interno do interior paulista, montando pequenos comércios e unidades fabris artesanais.

A dinâmica do capital industrial dos nipo-brasileiros no território do Oeste Paulista aconteceu pela fusão do capital agrícola com capital comercial. Os industriais se capitalizaram trabalhando na agricultura como Suekichi Nakaya e Yasaburo Sasazaki, entretanto, os industriais que

acumularam capital no comércio e na prestação de serviços foram Shichiro Matsuda e Shunji Nishimura. Desse modo, o desenvolvimento empresarial desses imigrantes pode ser compreendido pelo trabalho familiar associado à disciplina e à organização laboral. O salto qualitativo do nipo-brasileiro de agricultor para capitalista industrial deu-se eminentemente pela exploração do trabalho de outrem e, também, pelas inovações e invenções desses empresários.

Assim, compreendemos três fases na indústria nipo-brasileira do Oeste do Estado, que se deram da seguinte forma: a) origem – pequena unidade fabril iniciada com base no saber-fazer dos imigrantes japoneses e pela oportunidade de negócio na *frente pioneira paulista* (1930-1970); b) consolidação – fortalecimento da indústria nos mercados regional e nacional pela capacidade produtiva e técnica devido à presença dos filhos desses imigrantes com um elevado nível educacional (1970-1990); c) atual – fase de transição para a terceira geração de nipo-brasileiro, nela há uma preocupação com a sucessão familiar em tempos de reestruturação produtiva. Notamos, no decorrer da pesquisa, que a estrutura do saber-fazer presente nas indústrias nipo-brasileiras está gradativamente cedendo lugar ao longo do tempo-espço para as necessidades da demanda do mercado, pela competitividade acirrada e pela aceleração das necessidades de invenções/inovações focadas para o consumo incessante de mercadorias. Há um movimento contínuo de superação por meio de novas técnicas e tecnologias, processo que está na base da territorialização cada vez mais ampla de cada estabelecimento industrial estudado.

Enfim, as indústrias iniciadas por imigrantes japoneses foram estimuladas pela formação do mercado interno paulista que estava balizado na *Marcha para o Oeste*, nas ferrovias, na economia algodoeira, nas vendas de lotes/terras (rural e urbana) e, sobretudo, na migração estrangeira, como demonstramos. Elas se estruturaram, cresceram e desenvolveram dentro de um modelo econômico, o modo capitalista de

produção que, na sua essência, é contraditório e desigual. O trabalhador japonês veio para o Brasil para ser mão-de-obra barata nas fazendas de café. Foi com o subsídio do Estado brasileiro e do Governo do japonês que esses imigrantes foram re-territorializados e, aos poucos, assumir certa centralidade na industrialização do Oeste paulista. Foi também com o trabalho e com a poupança do grupo familiar ou individual, sobretudo com a exploração do trabalho de outrem, que os nipo-brasileiros puderam constituir aqui as suas unidades fabris transformadas em fábricas modernas. Essa tal exploração do trabalho a outrem, juntamente com a inserção ao mercado, configuraram o cerne da acumulação e expansão territorial do nipo-brasileiro industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972

ALLEN, G. C. **A economia japonesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. São Paulo: FFLCH/USP, 2006 (Tese de Doutorado).

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; CUNHA, Antônio Henrique Bueno da. **Dicionários das Famílias no Brasil**. São Paulo: Origens-X Sociedade de Pesquisa, v. 2, 1999.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Os sonhos da migração**: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Entre o Japão e o Brasil**: a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007 (mineo).

BUTUSGAN, Sumi. **Participação social e tendência de casamento interétnicos**. In: SAITO, Hiroshi. A presença japonesa no Brasil: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: USP, 1961.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes/Unijut, 2000.

CAMAGNI, Roberto. **Economia Urbana**. Barcelona: Antoni Bosch, 2005.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1997**. 2ed. Campinas: IE, 1998.

CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre cidade/urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARVALHO, Fernando Antônio Nunes; SUZUKI, Fumiko Matsuda. **A saga da família Matsuda**. Presidente Prudente: Impress, 2008.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini Castilhos. **A indústria de máquinas e implementos agrícolas (MIA) no RS**: notas sobre. São Paulo, 2010 (mineo).

CHESSAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica. **Revista Economia e Sociedade (IE)**, Campinas, n. 1, agosto, p. 69-88, 1992.

DELIBERADOR, Luzia M. Y. **Imigrantes japoneses: empresários no Brasil, história de vida e luta**. São Paulo: FFCLH/USP, 2007. (Tese de Doutorado)

DEZEM, Rogério. Um exemplo singular de política emigratória. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S (Orgs.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: E. Unesp, 2008.

D' INCAO, Maria Angela; Nascimento, Luís Eduardo Passos. **Presidente Venceslau: uma região, a cidade e sua gente**. Presidente Venceslau: Ed. LetrasAmargem, 2006.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente**. Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado)

ENNES, Marcelo Alário. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior de São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2001.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: NOVAIS, F. A. (coord). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FIRKOWSHI, Olga Lúcia Castreghini; SPOSITO, Eliseu Savério. **Indústrias, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GAUDEMAR, J. P.. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias paulistas**: Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto. São Paulo: FFCLH/USP, 2007. (Tese de Doutorado)

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. _____ . Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**: a história de sua vida no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros/ T. A. Queiroz, 1987.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HASHIMOTO, Francisco. **Sol nascente no Brasil**: cultura e mentalidade. Assis: HFV Arte & Cultura, 1995.

HERRERA, Vânia Érica. **Análise da indústria de bens de capital agrícola no Brasil**: estudo de caso do Grupo Jacto S/A. Marília: Centro Universitário Eurípides de Marília, 2005 (mineo).

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento de Marx e Weber. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

JACTO 60 ANOS: **uma história de pioneirismo**. Pompéia: Grafilar, 2008.

LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

MAMIGONIAN, Armem. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 50, p. 85-101, 1976.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARX, Karl. **A origem do capital**. São Paulo: Fulgor, 1964.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

MATUSHIMA, Marcos Kazuo; SPOSITO, Eliseu Savério. Dinâmica económica en el Estado de São Paulo: Los desdoblamientos de un eje de desarrollo. Barcelona: **Revista Scripta Nova**, vol. VI, núm. 126, octubre de 2002.

MEDEIROS, Célia Maria dos Santos Viera de. **O produtor familiar rural e dinâmica econômica e social da região de Presidente Prudente nos 1980-1990**. São Paulo: FFCHL/USP, 2002. (Tese de Doutorado em Geografia)

MITA, Chiyoko. **Bastos**: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais (Antropologia Social), FFCHL/USP, 1986.

MIZUMOTO, Fabio Mituoka. **As estratégias nos canais de distribuição de ovos**: análise dos arranjos institucionais simultâneos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (Dissertação de Economia)

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Rui. Os períodos técnicos os paradigmas do espaço do trabalho. **Revista Ciências Geográficas (AGB)**, Bauru, ano VI, vol. II, n.16, p. 4-8.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista**: o caso de Marília. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1994. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Reestruturação produtiva da indústria e desenvolvimento regional**: a região de Marília. São Paulo: FFLCHT/USP, 2002. (Tese de Doutorado)

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

NUNES, Paulo Henrique Faria. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. Uberlândia: **Caminhos de Geografia**, v.6, n. 19, outubro, p. 90-101, 2006.

OKABE, Hiroji. Algumas reflexões sobre a formação do capitalismo japonês. In: **Argumento**: revista mensal de cultura, n. 3, ano 1, p. 51-65, 1974.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atraso. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: USP, 1961.

_____ & MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

SALGADO, Fernando Carlos da Fonseca. **As colônias de Bastos e Pedrinhas**: estudo comparativo de geografia agrária. Presidente Prudente: FFCLPP, 1971.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: Fausto, Boris. (Org.). **Fazer a América**: imigração em massa para a América Latina. Edusp, 2000.

_____. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Revista USP, n. 27, set/out/nov, p. 32-45, 1995.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 2000.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Ed. EST, 2003/2001.

SCHUMPETER, Joseph Alóis. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Abril, 1982.

SILVA, Luciana Acioly da. **O perfil do investimento direto japonês no Brasil (1990-2005)**. Brasília: Nota Técnica/IPEA, julho de 2006. http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/investimentos_web/arquivo/Japão/relatório.IVestudodoIPEA.pdf. Acesso em 06/04/09.

SILVA, Marcos Aurélio da. Japão: Revolução passiva e rivalidade imperialista. **Cadernos Geográficos** (UFSC), Florianópolis, v.1, p. 48-66, 2007.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Japão: o capital se faz em casa**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

SUZUKI, Teiiti. Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses**

no Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, p. 224-239, 1973.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Raízes de um povo:** a colônia japonesa de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

TERRA, Ademir. Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa. Presidente Prudente: **CPG**, n. 31, v.1, 2009.

VIEIRA, Francisca Isabel Shurig, **O japonês na frente de expansão paulista.** São Paulo: Pioneira, 1973.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil.** 2002. WWW.fjisp.org.br/estudos/ed%2002/crescimento-econômico.doc. Acesso em 04/04/09.

YOOKO, Sandra Carbonera Yokoo A CRISE DA PEQUENA PROPRIEDADE ASSOCIADA ÀS INFLUÊNCIAS CLIMÁTICAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO – PARANÁ. Presidente Prudente: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária** – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária e Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Cd-rom, 11 a 15 de novembro de 2005.

Wawzyniak, Sidalva Maria. A “Colônia” como representação: imigração japonesa no Brasil. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S (Orgs.). **Cem anos da imigração japonesa:** história, memória e arte. São Paulo: E. Unesp, 2008.

_____. Contornos e representações familiares: a constituição da família japonesa no Brasil. *Revista Neuvo Mundo Mundos Nuevos*, Colóquios 2008. <http://nuevomundo.revues.org//index20732.html>. acessado em 10 de julho de 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)